



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS – RIO CLARO



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
Políticas, Gestão e Sujeito Contemporâneo

LEONEL DE ARRUDA MACHADO LUZ

PEDAGOGIA DA CIDADE: experiência, estética e subjetivação.

RIO CLARO-SP

AGOSTO - 2017

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
Políticas, Gestão e Sujeito Contemporâneo

PEDAGOGIA DA CIDADE: experiência, estética e subjetivação.

LEONEL DE ARRUDA MACHADO LUZ

Dissertação apresentada ao Instituto de Biociências do Câmpus de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.
Orientador: Professor Doutor Romualdo Dias.

Agosto - 2017

910.1 Luz, Leonel de Arruda Machado
L979p Pedagogia da cidade: experiência, estética e subjetivação /
Leonel de Arruda Machado Luz. - Rio Claro, 2018
133 f. : il., fots.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista,
Instituto de Biociências de Rio Claro
Orientador: Romualdo Dias

1. Geografia humana. 2. Juventude. 3. Rolezinho. 4.
Subjetividade. 5. Cidade. 6. Fluxos. I. Título.

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: Pedagogia da cidade: experiência, estética e subjetivação.

AUTOR: LEONEL DE ARRUDA MACHADO LUZ

ORIENTADOR: ROMUALDO DIAS

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Mestre em EDUCAÇÃO, pela Comissão Examinadora:



Prof. Dr. ROMUALDO DIAS

Departamento de Educação / UNESP - Instituto de Biociências de Rio Claro - SP



Prof. Dr. SILVIO RICARDO MUNARI MACHADO

Educação e movimentos sociais / Universidade Federal de São Carlos - SP



Profa. Dra. AUREA MARIA GUIMARÃES

Faculdade de Educação / Universidade Estadual de Campinas - SP

Rio Claro, 25 de agosto de 2017

Resumo

Este trabalho discute a formação de jovens e as suas relações com a cidade, a partir de encontros promovidos pela juventude em espaços públicos, em especial na cidade de Rio Claro/SP. Também promoveremos o diálogo destas experiências com outras semelhantes em diversas cidades do Estado de São Paulo que ficaram conhecidas como 'rolezinhos'. A análise elaborada vem do confronto dos dados recolhidos durante a presença do pesquisador com jovens em alguns territórios e acontecimentos e os discursos construídos sobre eles por outros atores sociais como a mídia, governos, instituições e autoridades, registrados em fontes documentais. A pesquisa busca traçar uma cartografia das forças que operaram na tentativa de controle do uso do espaço público e dos fluxos na cidade e a relação disso com os processos de subjetivação que, nesse caso, passam a ser marcados pela interdição do movimento do encontro com o outro, algo que chamamos de colonização do espaço do 'entre'.

Palavras-chave: Juventude. Rolezinho. Subjetividade. Interdição. Cidade. Fluxos.

Abstract

This text discusses a youth formation and its relations with the city, from meetings promoted by youth in public spaces, especially in the city of Rio Claro/SP. We will also promote the dialogue of these experiences with other similar ones in several cities of the State of São Paulo that became known as 'rolezinhos'. The elaborated analysis comes from the comparison of the data collected during the researcher's presence with the youth in some territories and events and the speeches built on them by other social actors such as the media, governments, institutions and authorities, recorded in documentary sources. The research seeks to draw a map of the forces that operated in the attempt to control the use of public space and flows in the city and the relation of this to the processes of subjectivation that, in this case, are marked by the interdiction of the movement of the encounter with the Another, something we call the colonization of the space between.

Keywords: Youth. Rolezinho. Subjectivity. Interdiction. City. Flows.

Sumário

1.	O que Vai Passar por essas linhas	3
1.1	Apresentando a questão	3
1.2	Objetivos: O que se pretende nesta pesquisa?.....	5
1.3	Referências: ‘cada paralelepípedo essa noite vai se arrepiar, vai passar (?)’	8
2.	Praça da Santa Cruz: ‘passos livres’ e interdição	13
2.1	A Praça da Santa Cruz: ‘O coração tem razões que própria razão desconhece’	19
2.2	Habitando este espaço	22
2.3	A construção do ‘problema’: ‘alguém tem que dar um jeito’	30
2.4	A Solução: cercar a Praça. Decisão tomada, busca-se a legitimação.....	34
2.5	Praça Cercada.....	40
3.	Rolezinhos	54
3.1	A escuta dos adolescentes, afinal, o que se passa?	54
3.2	Reações da Polícia aos Rolezinhos	72
3.3	Reações do Poder Judiciário aos Rolezinhos.....	79
3.4	Na escuta: outras vozes sobre o Rolezinho.....	92
3.5	Em Rio Claro, tivemos Rolezinhos?	96
3.6	Repressão, expulsão, nomadismo: A luta no território	100
4.	Considerações: procurando diálogo com os parceiros políticos.....	105

1. O que Vai Passar por essas linhas

Nenhuma fórmula para a contemporânea expressão do mundo. Ver com olhos livres (ANDRADE, 1970, p. 09).

1.1 Apresentando a questão

As cidades brasileiras vivenciaram um acontecimento muito interessante na segunda década do século XXI: adolescentes e jovens ocupam espaços públicos para se encontrar, se reunir, se divertir. Dito assim, parece algo ordinário, recorrente. Parece algo como eram os *footings* no início do século XX ou ainda os festejos carnavalescos como as batalhas de confete, blocos ou desfiles de escola de samba desde a segunda metade do século XIX, ou seja, não seriam propriamente uma novidade e não diriam nada de importante sobre o nosso tempo. Apenas corpos jovens nas ruas, praças, centros comerciais ou outros espaços públicos. Mas nos sentimos provocados e intuimos que há algo a se investigar melhor. Em um momento histórico em que se acompanha uma ‘virtualização’ das relações, através da internet, a juventude utilizou desta mesma rede de comunicação social para agendar encontros em que seus corpos pudessem estar juntos. Em diversos lugares do país esse fenômeno aconteceu ganhando mais destaque em São Paulo, onde tal atividade recebeu o nome de “Rolezinhos”. Em Rio Claro, cidade de 200 mil habitantes, localizada a 180 km da capital paulista, isto não foi diferente: adolescentes e jovens reiteradamente têm se encontrado nos espaços públicos da cidade. Não é possível precisar ao certo quando o evento começou, mas de 2011 até os dias atuais (2017), ele tem se repetido em formatos e espaços diferentes. Em dois espaços da cidade a prática se mostrou mais recorrente, na Praça da Santa Cruz (Praça Irmão Roberto Giovanni) e na Praça Orlando Momente. Este trabalho é sobre estes encontros, sobre como se desenrolaram e o que trazem de inédito para o pensamento sobre a juventude de nosso tempo.

Rio Claro é uma cidade média do interior paulista. Força econômica da época dos barões do café, Rio Claro foi a segunda cidade do País a possuir luz elétrica. Guarda algumas poucas referências arquitetônicas deste período, como a bela estação de trem preservada no centro da cidade, onde se encontram a Avenida Um e a Rua Um. O sistema de ruas numeradas foi importado de uma experiência estadunidense que propunha uma cidade organizada em quarteirões de mesmo tamanho, um tabuleiro de xadrez, um quadriculado. Da Avenida Um para o norte, as ruas paralelas receberam números pares (Um, Três, Cinco, Sete...). Da Avenida Um para o sul, receberam os números ímpares (Dois, Quatro, Seis, Oito...). As ruas são sequenciais, paralelas à Estação Ferroviária, depois da Rua Um, vem a Rua Dois, Três e assim por diante. As ruas estreitas e cheias de valetas demonstram sua construção para outro tempo, quando o desenvolvimento urbano e organização das cidades ainda não eram feitos para os carros e a circulação de pessoas e mercadorias se dava no lombo de burros ou através de carroças. O modelo, típico no interior paulista, constituiu uma cidade orgulhosa de si, com uma elite provinciana, onde as pessoas se conhecem e as relações de poder se expressam pelo apelo ao sobrenome. Esta rápida explicação apresenta brevemente o cenário onde acontecem os fatos que esta pesquisa se propõe a analisar¹.

Esta cidade 'de céu sempre azul', como diz o seu hino, cresceu. Pós-abolição a cidade passou a conviver também com as pessoas que foram escravizadas e seus descendentes, assim como com os muitos operários que vieram para a construção da ferrovia da Companhia Paulista de Estradas de Ferro e, por fim, na última etapa, já na segunda metade do século XX, pelos imigrantes que serviram de mão de obra das grandes indústrias nela instaladas. Já com 200 mil habitantes não é possível mais que o sistema de 'jogo de xadrez' das ruas do centro da cidade se mantivesse na periferia. Os territórios dos novos bairros, nas margens, foram se constituindo a partir de outras formas de organização, atendendo aos interesses do mercado que lucra com determinadas formas de ocupação do espaço da cidade. Assim, como também é comum em outras cidades brasileiras, criaram-se abismos entre periferia e centro. Os altos preços da terra no centro da cidade e outras medidas de

¹ Para conhecer a formação da cidade de Rio Claro e como foram estabelecidas as relações sociais e econômicas que formaram seu modo de ser, é indicada a leitura de Dean (1977).

'gentrificação'² produzem a expulsão das classes operárias dos lugares mais centrais para lugares mais distantes. Assim como o quadriculado das ruas do centro não é mais hegemônico em toda a cidade, a cultura do centro também não o é. Novos estilos, jeitos de ser, pensar e viver a cidade vão surgindo. Nem todo mundo se conhece ao se encontrar na rua, novos sobrenomes embaralham o jogo do poder, outras formas de produzir, consumir, se organizar e se divertir vão configurando as emergentes paisagens da cidade.

Os programas governamentais no Brasil, somados a um crescimento econômico que não se via há 40 anos, geraram um processo de aumento da renda da população mais pobre durante a primeira década do Século XXI. O acesso à renda e ao crédito estimulou que milhões de famílias passassem a consumir mais. A ascensão social, propiciada pelo acesso ao consumo, interfere na configuração da cidade, altera suas estruturas físicas e os processos de subjetivação, sob a aparência de que estão todos incluídos nas dinâmicas do poder. Ledo engano que anuncia uma imensa perversidade deste momento histórico: a cidade, como já alertava o 'jumento' na sátira dos saltimbancos³, 'sorriu' para esta população, garantindo-lhe acesso à renda e ao consumo, entretanto, 'devorou' esta mesma população, nas suas manifestações culturais e expectativas de real inclusão, tanto na cultura quanto na política. A pesquisa vai estudar estes conflitos ocorridos no território da cidade.

1.2 Objetivos: O que se pretende nesta pesquisa?

Este estudo denominado como "Pedagogia da Cidade: Experiência, Estética e Subjetivação" assume o pressuposto de que a cidade não é só o local onde os sujeitos apenas existem em determinadas condições de pertencimento, mas ela em

² Sobre gentrificação ver HARVEY, 2014.

³ Na peça de teatro 'Os Saltimbancos' de Luis Enríquez Bacalov e adaptada para o português por Chico Buarque, quatro simpáticos bichinhos decidem viajar o país fazendo música. Em uma das músicas conversam sobre o que seria a 'cidade ideal' de cada um, quando o Jumento, percebendo a ingenuidade dos colegas alerta: "A cidade é essa estranha senhora, que hoje sorri e amanhã te devora".

si é disparadora de processos formativos, portanto convocamos o termo produção para tratar disso. Assim enfatizamos uma relação na qual se faz a cidade ao mesmo tempo em que é produzido por ela. Esta pedagogia articula três dimensões da cultura que farão parte de todo o estudo: a experiência, a estética e a subjetivação.

Nós discutimos os temas enunciados, a partir de episódios protagonizados pela juventude em espaços urbanos, as relações entre os processos de subjetivação e a configuração das cidades na contemporaneidade. Investigamos como as cidades ao se reconfigurarem a partir dos interesses do mercado e assumir um papel central na absorção de excedente do Capital (HARVEY, 2014), também produzem a exclusão, a segregação e a aculturação, em especial da juventude. Discutimos como essa cidade-mercado promove o cerceamento ao uso do espaço público, operando nos processos de produção de subjetividades, colonizando as experiências do encontro com o outro, dito de outra forma, o exercício da alteridade. Então lançamos algumas perguntas para iniciar o percurso: o que dizer a respeito das dinâmicas de produção de subjetividade neste contexto? E ainda, o que dizer da vida de crianças, adolescentes e jovens que, no encontro nos espaços públicos da cidade, são expulsas violentamente? Como estes dispositivos de violência reforçam as dualidades inclusão-exclusão, periferia-centro, dominantes-dominados? O que dizer se seus estilos de ser (estética) não encontram lugar na cidade-mercado? Nós nos inseriremos nestas discussões que relacionam cultura, educação, cidade e processos de subjetivação.

Os dados recolhidos durante a presença do pesquisador com a juventude em alguns territórios da cidade vêm do confronto entre os afetos produzidos nestes acontecimentos e os discursos construídos sobre eles por outros atores sociais como a mídia, governos, instituições e autoridades policiais. Afetos que vêm da escuta e da presença do pesquisador no território, confrontando-se com discursos que geraram ações concretas como a repressão policial e a instalação de grades na Praça da Santa Cruz, em Rio Claro/SP. Também traçamos paralelos com as repercussões de movimentações parecidas em outras cidades, que nos ajudarão, pela maior disponibilidade de materiais, a compor esta paisagem que estamos buscando cartografar. Analisamos esta dinâmica social tendo como apoio alguns estudos realizados por autores que possam contribuir com os temas que compõe o

cenário desta discussão. Cenário este que inclui pensamentos produzidos a partir de episódios vivenciados pelo pesquisador e nas duas últimas décadas junto a experiências de participação social juvenil, tecendo um entrelaçar de afetos que a experiência proporcionou. Estas experiências foram possíveis por causa da inserção que tivemos em movimentos de juventude de grande relevância ao longo das últimas duas décadas. Toda esta participação e ideário construído são confrontados, neste momento, com outro episódio que vimos acompanhando muito de perto, vivenciando e nos deixando afetar pela presença neles, algo que ficou conhecido como “Rolezinhos”.

Então, como a cidade-mercado respondeu a este ‘*estar-junto no espaço urbano*’? Ou antes disso, como a cidade se revela como cidade-mercado? Como esta cidade produz a subjetivação a partir e com o outro, a partir da produção de isolamentos, do controle dos fluxos possíveis, das vidas possíveis? Em pequeno fragmento já temos a dimensão política destes processos de subjetivação quando encontramos uma análise capaz de situar no núcleo do exercício do político, a liberdade em articulação com a produção do desejo, tal como encontramos em David Harvey “a liberdade da cidade é, portanto, muito mais do que o direito de acesso àquilo que já existe: é o direito de mudar a cidade mais de acordo com o desejo de nossos corações” (HARVEY, 2013, p. 28).

A partir do pensamento de Harvey, exploramos essa possibilidade de mudar os espaços, ao modo do exercício da multiplicidade de configurações possíveis. Trazemos para este trabalho a disputa entre os desejos do ‘capital’, que tem no neoliberalismo o seu modelo mais apurado de reprodução ilimitado e os desejos da vida por se afirmar em sua potência de reinvenção. Também identificamos alguns sinais de como o Estado se comporta nesta disputa que flagramos nos episódios analisados. Entendemos estar em um período histórico de predomínio do neoliberalismo, concebido como a emergência de um modelo de organização da economia que aceita por completo que os regulamentos e estatutos do mercado coordenem as vidas e a sociedade. Mas também percebemos a vida que escapa ao se afirmar, o desejo que transborda e ao transbordar também constitui espaços, que nos interessam explorar em nosso estudo. Assim, temos que “nas ruas o desejo transborda, gritando a impossibilidade de manter a impossibilidade do real,

grafitando de vida as paredes cinzas da ordem moribunda” (IASI, 2013, p. 46). Fazemos coro com Iasi (2013): “devemos apostar na rebelião do desejo”.

Muitos estudiosos têm pensado a cidade neste sentido, assim como muitos filósofos e pedagogos têm também pensado a educação nesta perspectiva. Nós nos inseriremos neste debate a partir do encontro destas duas discussões dos afetos provocados pelas nossas experiências junto à jovens realizadas nos meios urbanos atuais.

1.3 Referências: ‘cada paralelepípedo essa noite vai se arrepiar, vai passar (?)’

Todo o pensamento desenvolvido neste texto tem um personagem, ou personagens, que estão sempre presentes, permeando as provocações, os pensamentos, as inquietações, os afetos: são as crianças, adolescentes e jovens⁴ com quem habitamos certo espaço em certo tempo. Aqui eles não são objeto da pesquisa, como se fossem algo dado que precisa ser analisado por esse sujeito pesquisador. O pesquisador também se lança em um processo e não é algo dado, se transforma, transmuta, se reinventa no processo de pesquisar. Aqui o pensamento se desenvolve a partir das crianças, adolescentes e jovens, assim como aproveita as vivências do pesquisador. São os movimentos do pensamento recolhidos nestas experiências que irão compondo o texto ao se confrontarem com referências já sistematizadas por outros pensantes (viventes, inventores, compositores, escritores, artistas). Assumimos a hipótese de que pesquisa é uma experiência, é uma travessia. Passamos por um processo e este processo desperta uma quantidade de implicações que podem nos colocar em movimento e ação ao produzir deslocamentos em nós. Estamos mais preocupados com o processo do que com o produto. O produto é importante na medida em que ele puder produzir novas

⁴ Para a legislação brasileira, através do Estatuto da Criança e do Adolescentes, crianças são as pessoas com idade entre 0 e 12 anos, adolescentes, as pessoas com idade entre 13 e 18 anos. Segundo o Estatuto da Juventude, os jovens possuem entre 15 e 29 anos. Neste trabalho por muitas vezes o termo juventude poderá servir para generalizar todos estes recém-chegados, crianças, adolescentes e jovens, deixando os termos específicos, criança e adolescente, para quando se fizer necessário enfatizar um ou outro segmento e seus estatutos legais.

afecções, ou seja, novos movimentos. A pesquisa cartográfica pressupõe um sujeito inacabado, esse sujeito que pesquisa e que se forma na pesquisa, junto com o seu 'objeto', que não é um objeto estático, que pode ser olhado e descrito ou analisado definitivamente. Assim entendemos que sujeito e sentido se constituem mutuamente em um exercício de interpretação realizado pelos esforços da cartografia. Essas conexões, confrontos, afetos, presentes neste estudo, emergem em uma síntese que faz o embate com outro desafio, o desafio da linguagem, que também é colocado como uma limitação para o esforço de produção do conceito, tal como ocorre na dinâmica dos sentidos em mútua implicação com o sujeito em sua singularidade de se pronunciar.

Vai passar
 Nessa avenida um samba popular
 Cada paralelepípedo
 Da velha cidade
 Essa noite vai se arrepiar
 Ao lembrar
 Que aqui passaram sambas imortais
 Que aqui sangraram pelos nossos pés
 Que aqui sambaram nossos ancestrais

Num tempo
 Página infeliz da nossa história
 Passagem desbotada na memória
 Das nossas novas gerações
 Dormia
 A nossa pátria mãe tão distraída
 Sem perceber que era subtraída
 Em tenebrosas transações

Seus filhos
 Erravam cegos pelo continente
 Levavam pedras feito penitentes
 Erguendo estranhas catedrais
 E um dia, afinal
 Tinham direito a uma alegria fugaz
 Uma ofegante epidemia
 Que se chamava carnaval
 O carnaval, o carnaval
 (Vai passar)

Palmas pra ala dos barões famintos

O bloco dos napoleões retintos
 E os pigmeus do bulevar
 Meu Deus, vem olhar
 Vem ver de perto uma cidade a cantar
 A evolução da liberdade
 Até o dia clarear

Ai, que vida boa, olerê
 Ai, que vida boa, olará
 O estandarte do sanatório geral vai passar
 Ai, que vida boa, olerê
 Ai, que vida boa, olará
 O estandarte do sanatório geral
 Vai passar⁵

Fizemos para esta pesquisa uma opção teórica, metodológica e política elegendo a cartografia enquanto um recurso de interpretação e um estilo de composição. Esta escolha pode abrir um campo de possibilidades de atuação frente aos desafios que se apresentam ao pesquisador.

Aprendemos com Virgina Kastrup⁶ que uma pesquisa cartográfica começa quando o pesquisador se pergunta: ‘Como assim?’ quando está diante de algo (um fenômeno, episódio, situação, imersão, território) e se sente incomodado com o que se passa. E se algo se passa estamos falando de uma experiência, como aprendemos com Jorge Larossa (2015). O produto final desta pesquisa tenta dar língua a isso que se passa com o pesquisador nesta experiência. Dito de outro jeito: tenta dar língua às intensidades que atravessaram sua existência.

O pesquisador aqui decide correr um risco: dar língua, ou seja, ‘constituir mundos, que se desmancham e se formam enquanto estamos escrevendo’ (ROLNIK, 1989). Estamos avisados por Nietzsche de que “dever-nos-íamos libertar da sedução das palavras” (Nietzsche, 2004, p. 46).

Estamos falando de intensidades e também sobre as forças que nos atravessam, ou ao menos, daquelas que foram forças o suficiente para se tornarem

⁵ Letra da canção ‘Vai Passar’ dos compositores Francis Hime e Chico Buarque.

⁶ Informação retirada da aula intitulada ‘Cartografia da invenção: pistas e políticas de um método de pesquisa’, ministrada pela Professora Virgínia Kastrup em 09 de maio de 2008, ideias semelhantes sobre o tema podem ser encontradas em PASSOS (2010).

um pouco visíveis pelo cartógrafo, que tenham deixado rastros, borrões, de modo que possamos segui-los, investigá-los. As forças que estão operando, é isso que cartografamos.

Intensidades, forças, movimentos: algo que nos passa, que “vai passar nessa avenida um samba popular, cada paralelepípedo da velha cidade esta noite vai se arrepiar”. Do que esta cidade tem sido testemunha? Seu chão pisado de terra, coberto por paralelepípedos e depois por asfalto, o que está nas suas camadas meio submersas, meio aparentes. Suas calçadas de pedra portuguesa, suas árvores, monumentos, suas ‘estranhas catedrais’. Suas grades. O que suas grades estão a nos dizer? O que elas tornam (im)possível?

‘Cada paralelepípedo da velha cidade esta noite vai se arrepiar’.

Ao lembrar:

‘Que aqui passaram sambas imortais’, e passam.

‘Que aqui sangraram pelos nossos pés’, e sangram.

‘Que aqui sambaram nossos ancestrais’, e sambam.

E passam e sangram e sambam. Sambam, sangram e passam. E passam. E sangram. O que dizem as gotas de sangue que mancham as ruas e calçadas?

Como fomos deixar a ‘passagem desbotar da memória’?

Por que aqueles que ‘carregam pedras feito penitentes’ só ‘tenham uma alegria fugaz’?

‘Uma ofegante epidemia

Que se chamava carnaval

O carnaval, o carnaval

(Vai passar) (?)’

‘Palmas pra ala dos barões famintos’. Têm fome de que estes barões? O que querem ao sufocar nossa alegria, adiada, abafada, quem dera gritar?⁷ Que gritos seriam esses?

‘E quem me ofende, humilhando, pisando, pensando que eu vou aturar?’

(...) E quem me vê apanhando da vida duvida que eu vá revidar’

‘Meu Deus, vem olhar

Vem ver de perto uma cidade a cantar

A evolução da liberdade

Até o dia clarear’.

Meu Deus, mais perto que isso impossível. Por favor, vem olhar.

O estandarte do sanatório geral (,) vai passar.

Nós pensamos neste texto como adolescentes e jovens deixam suas marcas na cidade a partir de alguns episódios, como trazem para a cidade o seu discurso e como, com isso, acionam outros discursos que atuam como interdição, como afirma Foucault (2006): “(...) interdição. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa.” (FOUCAULT, 2006, pág. 09).

E já sabemos, a essa altura dos acontecimentos, que produzir discursos não é só uma maneira de expressão de ideias, mas também uma forma de elaboração de si. Transitar sobre as linguagens disponíveis para que se torne uma força, imbricada com tantas outras forças que estão a produzir o mundo. E esse processo é sempre mais intenso em jovens, pois precisam elaborar esse mundo no qual são um pouco mais recém-chegados, têm menos capacidade de funcionar como instituição e mais como desejo com suas estratégias políticas para lidar com isso,

⁷ Diálogo entre a canção “Quando o carnaval chegar” (Chico Buarque) com a canção “Vai passar” (Francis Hime e Chico Buarque).

hora transbordando e hora contido, produzindo marcas em si, mas também na paisagem da cidade. E também testam os contornos possíveis das instituições, os alargam a procura de uma fronteira, um limite, roçam estes limites, por hora os superam, por hora aceitam sua circunscrição. Interessam-me essas marcas, os transbordamentos, as irrupções, as reações e também as interdições, os discursos. A intenção é cartografar a eclosão da diferença na cidade, para tentar pensar em outro tempo, em outra condição de chegada ao mundo que passará por outras posturas éticas, de outro sentido da possibilidade do novo na reconfiguração do mundo. Destrinchar o conjunto de forças que atuam nestes episódios e nos sujeitos envolvidos nele, sem desprezar as forças que atuam sobre nós, nesta condição de ser pesquisador, nestes espaços. São experiências corporais, de presença, de intervenção, de ação, não poderiam ser de outro jeito. Uma travessia e os afetos que essa travessia produz, vive-se uma experiência e ao passar por ela há um conjunto de intensidades que afloram, penso em como dar língua a essas intensidades e registrá-las num desenho de paisagens. Assim faço o movimento de composição entre autores, artistas, militantes e outros pensadores, que produzem mapas em textos, poesias, filmes, músicas, performances e tantas outras formas de expressão.

2. Praça da Santa Cruz: 'passos livres' e interdição

Acreditar no mundo é também suscitar acontecimentos, mesmo que pequenos, que escapem do controle, ou então fazer nascer novos espaços-tempos, mesmo de superfície e volume reduzidos (Deleuze, 1990, p. 73).

Convidamos você leitor a compor conosco o desenho de uma paisagem. É a última noite do Carnaval em Rio Claro. Neste dia as escolas de samba campeãs desfilam descontraídas para comemorar o feito do desfile bem realizado. Recebem das mãos do Prefeito os troféus que simbolizam sua premiação. Milhares de pessoas acompanham o ritual na principal Avenida da cidade, construída sobre o Córrego da Servidão, afluente do Ribeirão Claro, que abastece e dá nome à cidade. A Avenida, colorida neste dia, clara e iluminada, esconde o Rio, que corre por dentro

dos canos enterrados debaixo dela. Os desfiles já estão próximos do fim quando chega a madrugada, já são as primeiras horas da quarta-feira de cinzas. Este dia na tradição cristã, marca o fim das comemorações e das extravagâncias do corpo.

A menos de um quilômetro da Avenida principal está a Praça da Santa Cruz que ocupa meio quarteirão da quadra localizada entre as Ruas Oito e Nove e as Avenidas dez e doze. A outra metade da quadra é ocupada pela Igreja, que também abriga o prédio onde funcionou por muito tempo um colégio e hoje é sede administrativa e de outras atividades da irmandade dos Claretianos.

Neste espaço, da Praça da Santa Cruz, na madrugada de terça para quarta-feira daquele carnaval, também acontecia uma festa. Não havia sido organizada por nenhuma instituição, mas por jovens da cidade, em especial moradores das periferias da cidade. Curiosamente, assim como na Avenida Central, a festa na Santa Cruz atraía a atenção de canais de televisão de abrangência nacional e forças de segurança.

Neste dia chegamos à Praça perto de uma hora da manhã e você, leitor, chega comigo em uma cena de guerra: tiros, bombas, pessoas correndo, gritando e chorando. Nosso espanto se deve ao contraste desta situação com o propósito de uma festa de carnaval.

Então faremos uma pausa para assistir a um programa de televisão e ver como foi contado o que acabamos de ver naquela Praça. Trata-se do programa 'Polícia 24 horas', da Rede Bandeirantes. O programa, em seu sítio se define como um programa "sem maquiagem, atores ou ficção: nesse programa os protagonistas são a comunidade e a Polícia de São Paulo e as histórias nem sempre acabam bem"⁸.

O episódio inicia com a orientação de policiais militares para atuarem durante o carnaval da Cidade de São Paulo, as imagens mostram policiais em treinamento dentro da Academia do Barro Branco. Diz um policial não identificado pela reportagem: "a academia ela tem um papel bastante importante, está dentro da operação Carnaval-2012 que é uma operação bastante maior (...) coube à academia esse ano fazer o policiamento na concentração um pouco antes das escolas

⁸Para saber mais e assistir ao programa: <http://www.band.com.br/policia24h/>

adentrarem a área do desfile”. Outro policial não identificado pela reportagem, responde ao repórter que “tenho uma experiência aí de 11 anos já como praça, mas o carnaval aqui de São Paulo é a primeira vez. Os que estão aqui estão porque desejam estar aqui e se sentem satisfeitos por trabalhar em um dia tão importante e tão necessário”. Depois a câmera da reportagem registra o momento em que os policiais recebem orientações para sua atuação no carnaval: “Temos que agir para sermos invisíveis. Porque quem está lá para brilhar na festa do carnaval são as escolas, as escolas, seus carros alegóricos. Mas é lógico se o cara estiver lá cometendo um crime a gente vai ter que atuar.” E faz o chamado em um tom mais elevado de voz: “Academia ao fora de forma um brado de Academia. FORA DE FORMA”. Todos respondem com um grito muito forte, enfileirados com os braços esticados ao longo do corpo enquanto dão um passo à frente: “ACADEMIA”. O programa tem uma edição bem feita, com cortes rápidos de cenas e músicas animadas, logo nos seduz e quase nos esquecemos que estamos assistindo por um propósito. Então você nos chama a atenção, estejamos alertas.

O programa segue mostrando o carnaval na Capital Paulista e a atuação da polícia, então decidimos dar um salto para tratar de Rio Claro, trecho que nos interessa mais. Quando a reportagem chega aos oito minutos e vinte e dois segundos anuncia que passará a mostrar cenas de Rio Claro. As imagens mostram o desfile das escolas de samba na Avenida Visconde do Rio Claro. A música é uma marchinha cantada para a apresentação do Rei Momo, que marca o início dos desfiles das escolas. Entoam: “Cidade Maravilhosa, cheia de encantos mil...”. Depois de quatro segundos de imagens do carnaval começa uma entrevista com o Policial Cândido, 2º Tenente, que diz: “O Carnaval de rua aqui na Cidade de Rio Claro, vai se dar pela Avenida Rio Claro, que é a principal da cidade, no qual aí, cerca de 3 a 4 mil foliões serão esperados”. Segue a marcha: “Cidade Maravilhosa, coração do meu Brasil...”. A próxima entrevista é do Rei Momo do Carnaval: “Aqui é a capital da alegria, aqui é o melhor carnaval do interior. Na avenida você vai ver que as escolas têm batalhado, trabalhado, os carros estão gigantescos. Dificulta um pouco o trajeto na avenida, mas o carnaval de Rio Claro tem tudo, não deixa nada a desejar da capital”. Logo depois a reportagem entrevista duas mulheres, aparentemente com idade entre 40 e 60 anos que estão na arquibancada esperando para ver o desfile, o

nome delas não é citado, a pergunta feita é: 'o que tem no carnaval de Rio Claro?'. A primeira senhora trata da presença de homens e mulheres bonitas. A segunda diz o seguinte: "Eu fui pular carnaval, a primeira vez, noiva de aliança. Família, pai e mãe, não deixava. Hoje, primeiro que eles não sabem aproveitar a juventude e nem a adolescência. Eles vêm do fim para o começo. Eles não têm mais romantismo. Não sabe flertar". Peço a você leitor que mantenha a calma, também me incomoda esse tom 'saudosista', mas não podemos mudar de canal agora, perceberemos discursos sendo construídos.

A próxima entrevistada pela reportagem é a Rainha do Carnaval que é perguntada pela repórter "você como rainha recebe muito xaveco?". "Muitos, muitos, muitos", responde. "Como é o xaveco aqui de Rio Claro, me conta", segue a repórter. "Cada um pior que o outro, na verdade não tem como explicar", responde a Rainha. A repórter, então, chama um grupo de adolescentes que estavam próximos fazendo folia e pergunta apontando para a Rainha: "Como vocês conquistam ela?", um dos adolescentes responde: "Hoje é carnaval, vamos lá pra casa, vamos fazer a festa lá". Eis que há um corte e a imagem vai para um casal de idosos, que também aproveitavam o carnaval. A Senhora que está sendo entrevistada pergunta para o Senhor ao seu lado sob o registro da câmera: "Como você conquistou eu?", ele responde: "No baile". E a Senhora então se vira para a repórter e continua: "Porque no meu tempo tinha o romantismo, eu acho que tinha sedução porque hoje não, hoje é outra coisa, é muita.... não vou falar. Porque hoje está muito descartável, no nosso tempo tinha romantismo. Ele puxa a cadeira pra mim, ele me dá flor. As meninas hoje é outra coisa, é outra era. Tchau para vocês".

Antes de continuarmos, comentamos com você que assiste ao programa comigo sobre como foram mostrados os personagens neste trecho. Os jovens são rudes, agressivos, 'sem o romantismo' dos idosos que, por sua vez, são calmos, tranquilos, os que 'sabem aproveitar a vida'. Há um discurso operando sobre a sexualidade e sobre a forma de viver e amar dos personagens da nossa reportagem que contrapõe jovens e idosos e estabelece um espécie de certo e errado das condutas. Apesar disso, a reportagem deixa claro que esta festa é legítima e importante, tem seu lugar no mapa cultural vigente, tem organização e pessoas 'de bem'.

Então chamamos você novamente para assistir a continuidade da reportagem, que deixa de mostrar cenas da Avenida Visconde do Rio Claro, bonita e iluminada, para mostrar cenas de um camburão de polícia com a sirene ligada. Dentro do camburão, o policial diz ao repórter: “A gente está indo para a Praça Santa Cruz onde os foliões depois dos desfiles das escolas aqui pela (Avenida Visconde do) Rio Claro se aglomeram nessa Praça. A gente vai prestar um apoio para as equipes de Cavalaria, que a população lá está um pouco arredia”. Seguem imagens dos carros da polícia ao som de uma música de filme de ação. A primeira imagem da Praça da Santa Cruz é de uma fileira da cavalaria da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Na segunda imagem se vê ao longe algumas pessoas juntas, mas a câmera não se fixa no grupo, a câmera se move rapidamente, deixando as imagens borradas, como se procurasse alguém que está oculto, escondido. Encontra então uma moto da Polícia Militar invadindo a Praça com as sirenes ligadas. Os próximos dois minutos da reportagem serão tomados por cenas de guerra. A festa do carnaval fica de lado para dar lugar ao conflito, à escuridão, ao medo. Carros de polícia fazendo manobras bruscas, há policiais em motos e cavalos. Não fica muito evidente o que eles estão atacando, reprimindo ou resolvendo. Então vem a fala de um policial (não identificado pela reportagem): “Aa (grunhido). No caso, os populares começaram a atacar objetos contra as equipes. A gente vai ter que dar uma saturada, mas nada demais”. Rapidamente aparece um grupo de jovens, caminhando. Um grupo de policiais também anda pela rua, a câmera vem atrás dos policiais e, bem ao longe, flagra pessoas caminhando para lados diferentes. Então, um policial saca uma arma e atira contra estas pessoas. É uma arma grande, acredito que de bala de borracha. Ouvem-se mais tiros. Um destes tiros gera uma explosão bem próxima às pessoas que estavam caminhando, indo embora. Caminhando ainda um pouco mais, já na frente do Mercado Municipal, dois rapazes estão sentados em um banco. Um deles parece bêbado. O policial passa por eles e diz “leva ele embora”. O outro rapaz responde: “Tô só esperando ele melhorar”. O repórter se aproxima dos dois e então o rosto deles é desfocado, como se faz quando alguém que não quer se identificar dá entrevistas. O repórter pergunta: “O que aconteceu com ele?”, responde o rapaz: “Ele? Não aconteceu nada não”, então duas vozes perguntam junto, provavelmente a repórter e o câmera: “Bebeu muito?” e “Passou mal?”. O rapaz respondeu “só um

pouco”. A edição da reportagem inseriu um áudio, um barulho que remete a um som de zombaria. Os policiais chegam a Avenida Visconde do Rio Claro e atiram mais em algo que a câmera não consegue mostrar o que é. Diz o policial “Aqui, aqui. Vem, vem”. A essa altura já estão a cerca de quatro quarteirões da Praça da Santa Cruz. Viram a rua e algumas pessoas aparecem, não se sabe o que fazem e os policiais atiram contra elas. Os policiais chegam a um posto de gasolina lotado de pessoas e mandam que todas elas saiam. A essa altura já estão na Rua Oito com a Avenida Quatro, bastante distante da Praça onde se iniciaram os conflitos e a reportagem mostra um policial atirando uma bomba. Na Rua, umas poucas pessoas paradas conversando. Então as imagens voltam para frente da Praça da Santa Cruz. Algumas pessoas estão andando, outras paradas. Os policiais atiram sobre elas, gerando susto. A música remete a filmes policiais, a conflitos de heróis e bandidos. Novamente uma entrevista com um policial que diz: “Eles começaram a tacar vários produtos, começaram a tacar garrafas, tal. E aí com isso, a gente pegou uma viatura de força tática para fazer uma saturação (aqui a edição do programa não inclui a frase força tática para fazer uma saturação na legenda do programa, mas o áudio é claro). Então agora já está contornada a situação é só manter do jeito que está agora”. A câmera então registra a praça mostrando-a totalmente vazia e escura. Continua o policial: “O fato deles fazerem essa comemoração aqui na praça é tradicional, eles sempre fazem todo ano e todo ano tem esse problema aqui. Vocês podem ver que a maioria é menor de idade e todos aí fazendo uso de entorpecente”. Nessa hora a câmera mostra de muito longe, as cenas anteriores ao conflito, do agrupamento de jovens que, pela distância, não é possível identificar suas idades e nem se consomem algo. A câmera se aproxima do rosto do policial e a reportagem se encerra.

Ufa! Pedimos desculpas ao leitor ter feito a descrição deste trecho de uma vez só, abusando o seu fôlego, isso é o que nos faz a reportagem. Não sabemos você, mas nós assistimos esse trecho com a testa franzida, como se vendo algo que não gostássemos. Quisemos interromper para comentar as palavras ‘saturação’, ‘arredia’, mas vou deixá-las para serem digeridas ao longo do texto. Encerramos esta etapa e algumas explicações são necessárias para podermos habitar novamente a Praça e levantar novos elementos de análise deste conflito.

2.1 A Praça da Santa Cruz: ‘O coração tem razões que própria razão desconhece’

Aos pés da Santa Cruz / Você se ajoelhou / Em nome de Jesus / Um grande amor você jurou / Jurou mais não cumpriu / Fingiu e me enganou / Pra mim você mentiu / Pra Deus você pecou / O coração tem razões / Que a própria razão desconhece / Faz promessas e juras / Depois esquece / Seguindo este princípio / Você também prometeu / Chegou até a jurar / Um grande amor / Mas depois esqueceu (Marino Pino e Zé da Zilda)⁹

Convidamos você agora para habitar conosco e com um grupo de jovens a Praça da Santa Cruz em dia de festa. São grupos de jovens, na sua maioria das periferias de Rio Claro, os mesmos que nos últimos anos vêm sendo sutilmente ‘convidados’ a participar desta ‘festa’ do consumo: celulares, roupas, vídeo games, televisão, geladeira, tudo isso entrou em suas casas na última década. Aos finais de semana, esses jovens têm se sentido no direito de frequentar o centro da cidade, seus espaços de consumo, avenidas largas, praças, bares e outros espaços de sociabilidade. Em alguns finais de semana, o espaço de encontro destes jovens foi a Praça Irmão Roberto Giovanni, conhecida como Praça da Santa Cruz. Vou lhe explicar um pouco como é este espaço e depois vamos nos encontrar com jovens que a frequentam.

Este espaço, no Bairro da Santa Cruz, próximo ao Centro, possui a Igreja e uma antiga escola. Ambos estão acoplados à uma bela praça, com amplos espaços de circulação e convivência. Na lateral desta Praça, atravessando a Rua Nove, está um clube com mais de cem anos de fundação, o Grêmio Recreativo dos Empregados da Companhia Paulista, construído pelos ferroviários desta empresa. Possui piscinas, salas de jogos, campos de futebol e um bonito salão social, onde se realizam shows e grandes festas. O Grêmio é o clube com o maior número de sócios na cidade, seus sócios são pessoas de classe média. No imaginário da cidade (já que não há dados sobre isso), o Ginástico e o Clube de Campo são clubes da elite, das classes mais ricas da cidade e o Grêmio é o clube da classe média. A Classe

⁹ Essa canção da música popular brasileira faz referência à frase do filósofo Blaise Pascal.

média de Rio Claro é formada pelos profissionais liberais, aposentados, prestadores de serviços e funcionários públicos. Os filhos desta classe média frequentam o Grêmio em dias de bailes e shows de música popular. Rio Claro sempre foi uma cidade de alta intensidade cultural, tendo durante a primeira metade do século XX, teatros dos mais importantes do Estado, além de cinemas e uma animada vida cultural. Os clubes sociais contribuíram com isso. Entretanto, essa cena cultural nem sempre foi para todos os cidadãos da Cidade. Por exemplo, até o final da década de 60, os negros não eram autorizados a participar dos clubes sociais como a Philarmônica, o Ginástico e Grêmio. Há na cidade dois clubes sociais fundados exatamente por esse motivo: realizar as festas e celebrações da comunidade negra. Estão situados, no que à época, era a periferia da Cidade: trata-se da Sociedade José do Patrocínio e do Tamoyo¹⁰. Portanto, os clubes representam muito bem as artimanhas de segregação que foram sendo criadas na cidade.

O Grêmio Recreativo dos Empregados da Cia Paulista. Segundo o sítio do clube:

A história do Grêmio Recreativo da Companhia Paulista de Estradas de Ferro se confunde com a própria história de Rio Claro. Fundado em 5 de agosto de 1896, o maior e melhor clube social e poliesportivo de Rio Claro e região, é o orgulho maior dos ferroviários e moradores do bairro Santa Cruz. Contando atualmente com 8.000 mil sócios, o Grêmio oferece opções de lazer a toda família desde crianças, até aqueles que são testemunhas de boa parte de sua gloriosa história. Fazer parte da família gremista é estar integrando a movimentada vida social, esportiva e principalmente exercer o saudável direito de ser feliz. A duração da Sociedade é por tempo indeterminado e o número de associados ilimitado¹¹.

O Grêmio Recreativo, como já citamos, recebe shows populares com frequência, realiza bailes e festas. Neste início da segunda década do século XXI, se tornou hábito que, quando da realização destes eventos, vários jovens, que não são sócios do clube se reúnam na Praça da Santa Cruz, em frente ao clube. Esses encontros não agendados começaram a crescer e acontecer com frequência, chegando a atrair milhares de jovens. No início era um espaço para acompanhar a

¹⁰ Para saber sobre a criação dos clubes negros em Rio Claro ver PEREIRA, 2008.

¹¹ Disponível em: www.gremiocup.com.br/novo2013/clube.php, acessado em 27/12/2016

entrada das pessoas que iam para o clube, como uma forma de, mesmo não podendo entrar, participar da celebração. Com o tempo estes eventos passaram a ter vida própria, se transformando em grandes festas no interior da Praça. Os jovens presentes vinham das periferias da cidade, traziam de lá suas roupas, estilos, cabelos 'invocados', seus hábitos, músicas e uma característica muito presente das periferias urbanas brasileiras: o costume de ficar na rua e nos espaços públicos para se encontrar com os amigos. Essa juventude compõe a parcela da população que havia ascendido economicamente nos últimos anos, passando a ter acesso a bens de consumo: celulares, roupas, eletrodomésticos, motocicletas passaram a ser utensílios comuns nas famílias das classes populares das periferias urbanas. Mesmo com essa inclusão proporcionada pelo acesso a bens de consumo e serviços, vamos perceber nos episódios citados, as barreiras que impedem o seu acesso ao território do centro da cidade como espaço para suas atividades de lazer, de fazer parte da 'festa', do encontro de jovens que acontecia em lugares como o clube.

Quando começaram, os encontros na Praça tinham o intuito de acompanhar a entrada da juventude da classe média ao baile. Não podiam ter acesso ao interior do clube, ao baile propriamente dito, mas de alguma forma passaram a fazer parte daquilo, fazer parte da celebração cultural da cidade, ainda que como expectadores. Conforme o público cresceu, estes jovens, os de fora, também decidiram fazer suas festas: depois que todos entravam no clube e não havia mais o que olhar, decidiram olhar para si mesmos. Trouxeram para a Praça as suas culturas, os seus hábitos da periferia. Som, danças, rituais. A Praça como que se transformou em espaço de festa, de paquera, de encontro. As festas cresceram e passaram a se repetir toda vez que havia evento no Grêmio, sempre havia um carro que ligava uma música, os estilos predominantes de música eram o *funk* e a música eletrônica. O evento começou a mobilizar também comerciantes que passaram a vender bebidas no local. Na Rua Nove, à frente do clube, muitas motos se perfilavam, assim como alguns jovens, reunidos em pequenos grupos. Na Praça, acontecia um baile, um ritual, meninos e meninas dançavam, desempenhando o seu papel neste ritual. A festa se arrastava noite adentro, sendo muito comum que alguns jovens, mesmo sócios do clube, decidissem não entrar mais no salão, ficavam na festa da Praça.

2.2 Habitando este espaço

Caro leitor, nós e você ficamos sabendo que isso está acontecendo e não somos de recusar uma festa, ainda mais quando sabemos destas características interessantes. Parece-nos que os meninos e meninas querem nos dizer alguma coisa com isso. Além disso, recebemos um convite para estar lá, que estendemos a você. Fomos convidados por alguns adolescentes que frequentavam o Centro de Voluntariado, ONG onde nós realizávamos alguns projetos. Desculpe-nos, esquecemos de dizer que atuávamos nesta ONG e isso é importante para podermos acompanhar juntos este episódio.

O Centro de Voluntariado¹² é uma ONG fundada em 1999 em Rio Claro por um grupo de adolescentes (entre eles eu) com 13, 14, no máximo 15 anos de idade e alguns educadores que se reuniam anteriormente no Projeto Semente. Este Projeto teve início no começo dos anos 90 dentro de uma escola particular da cidade chamada Escola Semente que prezava por uma educação diferenciada, muito baseada na intensa participação comunitária, no desenvolvimento de uma visão crítica da sociedade e na participação social. Em determinado momento de sua história, esse grupo de adolescentes, que já desenvolvia projetos com outros adolescentes da cidade que não estudavam na escola, decidem por ter sua atuação desvinculada dos limites da escola. Reivindicam uma autonomia para 'além dos muros' da escola e fundam esta ONG que vai desenvolver projetos com a juventude desde então. Toda minha adolescência atuei nos projetos que nós desenvolvemos coletivamente. O mais conhecido deles foi o EMA, Encontro Municipal de Adolescentes, evento anual que reunia por três dias, pelo menos 400 adolescentes da cidade para habitar coletivamente o espaço de uma escola, dividindo as tarefas de dormir, se alimentar e gerir o espaço, intercalado com discussões acerca da visão que os adolescentes tinham da cidade. Nós fizemos por 12 anos¹³ encontros como estes, sendo que a partir do 4º ano, decidimos que ele seria mais amplo e

¹² Esse nome surge pelo engajamento em um programa de voluntariado gerido pelo Governo Federal à época da sua fundação, 1999.

¹³ Os encontros foram realizados anualmente entre 1998 e 2009 com um único intervalo em 2008. Há a possibilidade de ele ser retomado algum dia, mas até aqui foram estes os encontros realizados.

aconteceria com atividades o ano todo, pois apenas um encontro era muito pouco para os nossos anseios de transformação da cidade. Quando nos aproximamos de problemas mais reais da juventude e dos movimentos sociais, como o Hip-Hop, tratamos de desenvolver um conteúdo mais político para o nosso discurso e intensificar uma posição de luta por direitos. Também precisamos nos articular com lutas de outros lugares do País, quando compusemos a Rede Movimento de Adolescentes do Brasil (MAB), de forma que compusemos a discussão sobre participação e direitos juvenis a nível federal e realmente vimos isso acontecer com diversas políticas públicas, coordenadas pela Secretaria Nacional de Juventude, criada neste período de intensos movimentos juvenis pelo país. Fomos fundadores desta rede que chegou a ter presença em mais de uma dezena de estados brasileiros. Atuamos em outros projetos decorrentes destas reflexões e destes encontros e em determinado momento nos tornamos Ponto de Cultura Rio Claro Cidade Viva, passando a compor outra rede nacional importantíssima, a rede dos Pontos de Cultura, incentivada pelo Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura e que tinha como lema ‘desesconder o Brasil’¹⁴. Então, disponibilizamos nossa sede para ser um espaço de encontro dos movimentos culturais da cidade. Vários grupos vieram até nós e passaram a usar o espaço para seus ensaios, projetos, manifestações e passamos a intercambiar as diferentes visões de mundo destes grupos culturais tão diferentes. Hip-Hop, cineclube, cultura popular, grupos de Cacuriá, Samba, *Free-Step*, foram grupos que conviveram diretamente conosco nesse tempo.

Tentamos ser breves neste resumo, o que não é fácil, mas chegamos até o grupo de *Free-Step*, que logo mais nos convidará para ir à Praça da Santa Cruz, então vou tratar de apresentá-los. Um dos grupos que usava o espaço do Ponto de Cultura era o grupo “*Angel In The Sky*” (anjos no céu), pediram o espaço para o ensaio da dança que praticavam, chamada *Free-Step* (passos livres). Não conhecíamos na equipe este tipo de dança, mas o entusiasmo dos meninos e meninas nos pareceu interessante para compor conosco o Ponto de Cultura. Em algumas semanas de encontros já eram mais de 50 adolescentes que apareciam

¹⁴ Para saber mais sobre o Programa Cultura Viva e a rede de pontos de cultura, sugerimos o livro de Célio Turino, intitulado “Ponto de Cultura – o Brasil de baixo pra cima” (Turino, 2009).

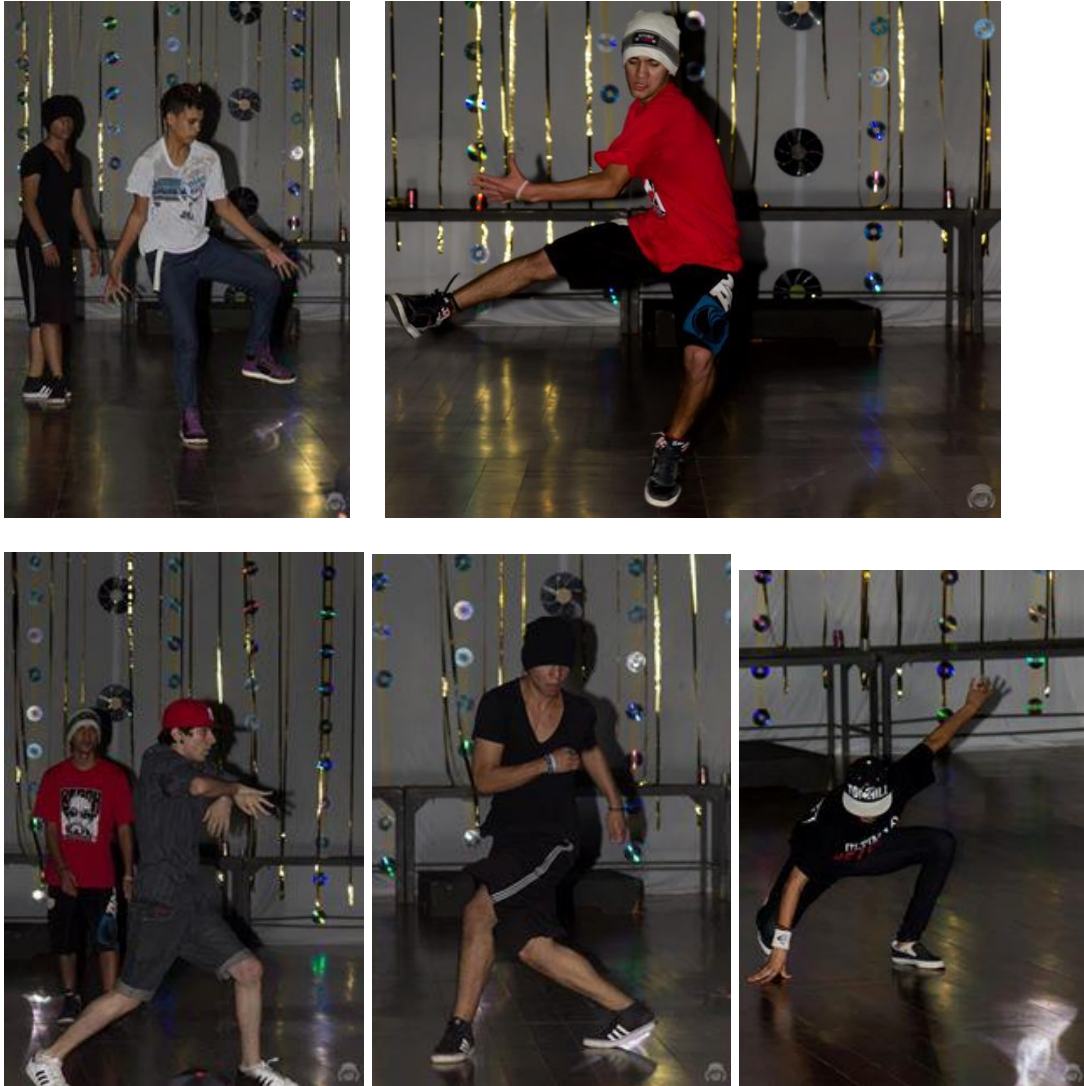
para praticar, ensaiar ou assistir a prática da dança. Fomos entendendo o que faziam, apesar de nunca ter conseguido praticar os ágeis passos que eles realizavam (e tentamos por diversas vezes, o que só tirou risos dos meninos e meninas). A dança consistia na realização de movimentos muito rápidos com as pernas e os braços sob a base de uma música eletrônica. Na ausência de fontes mais confiáveis, trazemos uma definição do sítio colaborativo Wikipédia, que diz que *Free Step* é: “uma dança que consiste em deslizar sobre o chão fazendo movimentos com as pernas e com as mãos sob as batidas da música eletrônica. A dança baseia-se em movimentos elaborados e rápidos, e até inclusão de outros estilos de danças como fonte, por ex: Melbourne Shuffle, Jumpstyle e C-Walk”. O sítio continua tentando traçar um histórico do *Free Step*:

O *Free Step* é a evolução do antigo *Rebolation*, que é a evolução de uma outra dança estrangeira, chamada *Charleston Dance* (dança em que se movimentam as pernas, ouvindo uma espécie de blues como música), que o brasileiro viu, gostou, e adaptou à música eletrônica criando o *Rebolation*. A dança virou diversão entre jovens e fez muito sucesso em festas *Rave* no Brasil por volta de 2008 e 2009, seguindo o gênero *Dance* baseava-se nos ritmos *Psy* e *Trance*. No final de 2009, viu-se na necessidade de criar novos passos para a dança, pois o *Rebolation* estava muito limitado a passos pra frente e pra trás, não havia muita variação. O *Rebolation* então passou por uma reformulação, tornando os passos mais elaborados principalmente pela utilização de saltos na sua própria base. Ainda no final de 2009, a banda de pagode baiano chamada Parangolé criou uma música chamada *Rebolation*, inspirada na dança, mas insinuando que ela se baseava em rebolados de pagode e não no movimento das pernas. A música fez muito sucesso no Brasil e com isso foi feita a associação geral da população entre o Parangolé e o *Rebolation*, constrangendo quem dizia que dançava *Rebolation*. O nome "*Free Step*" foi dado por "*dancers*" dessa modalidade, e fez muito sucesso, principalmente pela internet. Hoje há competições chamadas "Meet Up" em que os dançarinos competem entre si, sendo julgados pela inovação, sincronismo, perfeição, e criatividade nas sequências. (Fonte: Wikipédia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Free_step).

Esta história conta as vertentes que foram influenciando adolescentes a criarem um estilo de dança e se encontrarem para praticá-la. Ficamos surpresos com a quantidade de gente que se juntava em torno dos ensaios e com a propriedade com que falavam da cultura que praticavam. Era nítida a influência do

Hip-Hop, mais especificamente o *breaking*, enquanto um estilo de dança jovem urbana e que também propunham as 'batalhas', ou seja, confrontos entre dançarinos onde o vencedor seguia na competição. Em dado momento, sugerimos que os meninos e meninas do *Free Step* conversassem com os do *Hip-Hop*, que praticavam o *breaking* e também ensaiavam no espaço da ONG, mas em dias diferentes. Pensamos que o *Hip-Hop*, como uma cultura mais consolidada e com uma trajetória reconhecida, poderia ajudar o *Free Step* a se legitimar no mapa cultural vigente, o que realmente aconteceu, numa troca de saberes interessante e com uma cena que nos chamou muito a atenção: um dos garotos do *Hip-Hop*, já com seus 25 ou 26 anos disse para os meninos do *Free Step* que o movimento deles tinha origem nas lutas sociais e contra o racismo, fazendo um discurso com as pautas políticas do movimento e cobrando do *Free Step* uma postura frente a isso. Depois de alguns segundos de silêncio, um menino de não mais de 14 anos, dançarino do *Free Step* disse um pouco encabulado: "Mas a gente só queria dançar". E então pensamos a partir deste episódio: não seria dançar um ato político? Não seria uma contestação adolescentes colocarem seus corpos em movimento, rompendo com diversos estigmas sociais, como por exemplo, os paradigmas da masculinidade quando se propuseram a rebolar? Não seria radical se propor a encontrar outros adolescentes, saindo da vida mesmice que a sociedade oferece, trancado em espaços fechados e se individualizando? Haverá algo de político no ato destes meninos e meninas, assim como no *Hip-Hop* que para nós constitui o movimento social, cultural e político mais importante da história recente do Brasil. Não seria a dança uma forma de dar língua a essas intensidades da vida juvenil, assim como as manifestações políticas?

Figuras 01, 02, 03, 04 e 05: *Match up*, o campeonato de *Free Step*.



Então, caro leitor, devidamente apresentados, estamos quase chegando à Praça da Santa Cruz e em dia de festa. Esta breve explicação sobre o grupo *Angel In The Sky* se fez necessária aqui para que falássemos como fomos convidados para ir até lá. Certo dia o Júlio, um dos líderes do grupo e organizador dos ensaios, nos procurou para pedir que eu estivesse lá na praça em um sábado à noite em que houvesse evento no Grêmio e em outro sábado na Praça Orlando Momente em frente ao *Shopping Center* Rio Claro. Segundo ele, o grupo estava ensaiando lá também nestes dias e estava juntando muita gente para assistir (o que eles adoravam), mas por algum motivo a polícia os estava reprimindo e mandando de volta pra casa, às vezes com muita truculência, com balas de borracha, bombas e

cães. Ele usou uma frase mais ou menos assim: “Será que você poderia ir dar uma olhada, a gente acha que não está fazendo nada de errado”. Pensamos ‘quantas coisas estão nesta frase’, os processos de normalização, de aculturação, de restrição ao uso do espaço público da cidade. Júlio ainda insistia em dizer para nós que eles não bebiam e não usavam drogas, apesar de ele perceber que estas coisas estavam presentes na Praça. Ele sabia que se bebessem seriam facilmente condenados, então se antecipou. Provocado pelo Júlio fomos à Praça em alguns sábados e agora nós fazemos o convite para você ir conosco.

Chegando lá vemos um movimento intenso que nos provoca. Fluxo de pessoas, estilos, sons, cheiros que aguçam nossa vontade de elaborar todas estas sensações. Provoca-nos o que a Professora Virgínia Kastrup diz sobre começar uma pesquisa do tipo dessa que estamos fazendo. Segundo ela, precisamos estar em um estado de nos perguntarmos: ‘como assim?’. Ficamos por um tempo observando em silêncio o que se passa. Vemos contraporem-se uma energia criativa imensa e uma repressão despropositada, a potência do encontro e, ao mesmo tempo, as forças que tentam se apropriar disso. Tentando ainda desenvolver uma descrição para que você que lê este texto possa se situar, pense em uma praça, colada em uma Igreja, de frente para um clube social onde se realizam grandes shows. No centro da Praça, havia um espaço vazio, que pode ser observado nesta foto do fotógrafo Altemiro Olinto Cristo:

Figura 06: Rio Claro – Igreja da Santa Cruz (CRISTO, 2011).



Neste espaço vazio eram colocados dois carros com aparelhos de som muito potentes. A música era predominantemente *funk*, com alguma variação para música eletrônica e algumas músicas populares do momento. Centenas de jovens se espalhavam pela praça e pela rua que dividia a praça e o clube, que à época, era dessa forma, registrada por Bárbara S. do sítio Sou Repórter:

Figura 07: Igreja Santa Cruz terá praça cercada (BÁRBARA, 2012).



Nesta visão registrada pelo fotógrafo, estamos na entrada do clube. Em dias de eventos, percebemos que esta rua fica tomada por pessoas e motos que passaram a se reunir no local.

Precisamos registrar algumas coisas que vimos para que também preste atenção nesta tentativa de habitar o espaço conosco. A festa na praça está muito animada. Mais próximo dos carros com o som ligado no centro da praça identificamos uma prática, um ritual: o som era predominantemente o *funk* e havia uma espécie de sequencias de passos e de danças, onde garotos e garotas interagem, repetindo certos procedimentos. Muita gente participava e outro tanto, maior ainda, assistia. Há outras manifestações e culturas, o grupo de *Free Step*, por exemplo, dança um pouco afastado desta cena principal do *funk*, suas caixas de som e celulares são bem menos potentes. Também há grupos de violão (apesar do barulho produzido pelas outras manifestações ser muito alto) e grupos de conversa. Gente namorando, gente bebendo. Percebemos um pouco o cheiro de maconha,

indicando para mim que há o uso, mas não é predominante. Há vendedores de bebidas. Na Rua Nove, há uma espécie de desfile de motos, em certos momentos passam repetidas vezes por ali, outras vezes estacionavam pela rua. A fileira de motos lembrava uma concessionária de vendas de motos. Os vizinhos do local são surpreendidos pelas motos estacionadas nas suas garagens, o que gerava constantes reclamações quando estes chegam com os carros e uma mobilização demorada para que todos saíssem da frente e os moradores pudessem entrar com seus carros. Enfim, havia essa agitação toda, muito diversa. Com o tempo, a presença da polícia passou a ser constante e crescente, em força e número. No começo quando a polícia chegava com certa ostentação, a praça rapidamente era esvaziada. Uma primeira situação que vimos de reação dos participantes com forças de segurança no local foi a partir de uma intervenção da Guarda Municipal. Era apenas uma viatura com alguns guardas, acho que dois ou três. Tentaram intimidar as pessoas, mas rapidamente houve reação da população ali reunida, o que fez com que os guardas tivessem que ir embora. Outra vez, aconteceu uma situação inusitada: algumas viaturas, perto de uma dezena de policiais chegaram com maior efetivo e uso de força. Carros bruscamente freados e armas em punho. Novamente uma tentativa de intimidação, neste caso, bombas e outras coisas que explodiram e que não pudemos ver o que eram, já que nos escondemos na parte debaixo da Praça, na Rua Oito. As pessoas saíram todas correndo e em alguns minutos sumiram todas. Quando as coisas se acalmaram voltamos para a Rua Nove para ver qual era a situação. Para nossa surpresa, vimos uma marcha, um batalhão, uma multidão de jovens virou a esquina da Avenida Doze com a Rua Nove e foi para cima do local onde estava estacionada a polícia. Alguns chegaram a carregar paus e pedras. Achamos que estávamos na iminência de um confronto. Saímos de perto novamente. Não houve este segundo confronto, a polícia recuou e foi embora. A partir destes episódios a presença da polícia não mais aconteceu sem que se mobilizasse um forte aparato de segurança. Houve muitos dias que a polícia não foi mais para a Praça. O ápice dos conflitos se deu na madrugada de terça para quarta-feira no carnaval de 2012, como relatada acima.

Vão passar pelo nosso texto agora as reações que foram produzidas a partir destes episódios, em especial utilizando o material divulgado na mídia. Já sabíamos

a esta altura que haviam encontros de celebração nas praças e que houve uma dura repressão da polícia no sentido de encerrar com o acontecimento destes encontros. Vamos descobrindo, junto com as reações da cidade, o que realmente existiu e quais os movimentos, no nosso pensamento, podem ser feitos a partir deles.

2.3 A construção do ‘problema’: ‘alguém tem que dar um jeito’

Não recomendado

Uma foto, uma foto
 Estampada numa grande avenida
 Uma foto, uma foto
 Publicada no jornal pela manhã
 Uma foto, uma foto
 Na denúncia de perigo na televisão
 A placa de censura no meu rosto diz:
 Não recomendado a sociedade
 A tarja de conforto no meu corpo diz:
 Não recomendado a sociedade **(Caio Prado)**¹⁵

Na cidade se espalhava um ‘burburinho’ sobre os encontros na Praça. Reclamações nos jornais e nas redes sociais, quase que como um coro, cobravam das autoridades que ‘dessem um jeito na situação’. Iniciou-se então uma série de tentativas da Polícia Militar e da Guarda Municipal, provocada por instituições da cidade e pela própria Igreja, para ‘conter’ aquela concentração de pessoas. Várias das ações da polícia foram altamente desastradas, como em uma delas, onde os policiais decidiram atirar para o alto, no sentido de amedrontar os jovens, não contando que estes reagiriam e defenderiam o seu direito de ficar por ali, amedrontando os dois guardas municipais que se incumbiram da missão. A dificuldade da ação policial estava em entender o que eles estavam fazendo ali e o que era alvo da ação policial. Crime? Qual crime? Qual denúncia? Qual lei estava sendo infringida, qual código, qual artigo? Afinal, por que aqueles jovens não podiam estar ali? Dito de outra forma, ‘no que era preciso dar um jeito’?

¹⁵ Letra da canção “Não recomendado” disponível junto com outras canções do cantor e compositor Caio Prado: <http://www.caioprado.com.br/>

Os encontros começaram geravam reações variadas na cidade. Ao passo que crescia o número de adeptos e participantes da festa (atraindo inclusive pessoas que iriam para os bailes do clube, mas que preferiam ficar na Praça) cresciam também os discursos sobre o episódio. Na mídia, na missa, redes sociais e conversas no bairro, os encontros estavam no dia-a-dia dos rio-clarenses. Pretendemos tratar um pouco destes discursos, sempre confrontado com a vivência neste espaço, e pensar a partir deles, já alertando que estamos implicados, envolvidos com isso: não concordamos com a truculência com que a coisa toda foi tratada. Lembramo-nos de no calor dos momentos refletir muito sobre qual deveria ser a nossa postura, como nós dos movimentos sociais e culturais da cidade deveríamos nos portar. Acabamos decidindo que não poderíamos protagonizar esta luta, focando esforços em estimular que os participantes dos encontros o fizessem. Há uma ânsia nossa de tratar da ‘conscientização’ das pessoas para que se organizem e lutem pelos seus direitos. Mas também pensamos naquele ato-encontro como um ato político por si só, e na nossa ‘quadradice’ de achar que só se faz política fazendo o tradicional, ou seja, indo dialogar com autoridades, fazendo manifestações, palavras de ordem, discurso. Talvez, houvesse ali uma abertura para a manifestação das diferenças, muito mais pulsante do que os nossos atos, talvez houvesse ali um discurso sobre a cidade de muito mais qualidade do que todos os discursos que fazem políticos e movimentos. Usar a palavra para falar daquilo poderia significar um risco imenso de capturar toda essa sua intensidade, desvirtuando a potência que emergia ali.

Os encontros cresciam à mesma medida da repressão. A mídia cumpria o papel de incitar as autoridades a ‘tomarem uma providência’, ao mesmo tempo que ninguém ocupava o lugar da ‘fala’ contra a repressão operada pelas forças policiais. Vendo emergir o discurso da mídia, no sentido de legitimar as ações que estavam acontecendo e as que estavam por vir pensamos com Foucault que:

Eis a hipótese que gostaria de apresentar esta noite, para fixar o lugar – ou talvez o teatro muito provisório – do trabalho que faço: suponho que em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e

perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2006, p. 08).

Então pensamos nestes discursos e sua conseqüente materialidade, que viria a ficar marcada nos corpos dos meninos e meninas e no território da Praça. Se as atividades que aconteciam ali trouxeram à tona um discurso sobre a cidade que incomodou certos setores, era necessário que esse discurso fosse silenciado. Então vamos vendo surgir na imprensa um discurso que trazia a necessidade de se resolver 'o problema', onde várias perguntas não podem ser feitas. Por exemplo, não se pergunta 'o que é um problema? Por que um problema? Qual é o problema?' Apenas se instaurou a ideia de que 'há um problema e ele precisa ser resolvido'. Essas perguntas não feitas em todas as intervenções já trazem consigo muitos pressupostos. Nesse caso, a omissão opera como um pressuposto discursivo e coloca as discussões no nível da necessidade que se há de resolver 'o problema'. E, na nossa visão, o principal problema aqui é a desigualdade no acesso à cidade, na distribuição de bens e serviços, a falta de direitos e não a convivência com as diferenças no espaço público.

Mas está dado: 'há um problema que precisa ser resolvido'. Feito isso, está colocado na pauta da cidade, nas discussões das pessoas, nos grupos, essa urgência em resolver o problema, ocultando o que poderia haver de importante de se discutir sobre a situação criada. É como se a partir de agora só se discutisse no campo da estratégia, do 'como', mas não mais se pudesse questionar a existência ou não de um problema, está dado, 'isto é um problema', ou seja, os jovens não podem continuar se encontrando na Praça. Esta forma de abordar o fenômeno, onde se discute a partir da constatação de que há um problema, algo que foi colocado como dado pela mídia, elimina de cena as outras possibilidades do discurso. Lembramos que aprendemos com os índios uma palavra para isso: "Nheengu – v. int. Comer a palavra, comer a fala, isto é, mudo" (BUENO, 1984, p. 226). Penso nesse silenciamento, nessa palavra que está para sair da boca, com vida própria e que precisa ser engolida, comida, produzindo o mudo. Já dissemos em outro momento da palavra que produz o mundo, agora falamos da palavra que produz o mudo.

Vamos analisar como alguns veículos de comunicação trataram a questão para perceber como esses mecanismos que citamos acima operaram. A reportagem de 17 de maio de 2011, do Jornal Cidade de Rio Claro, o de maior circulação na cidade, traz o título “SEGURANÇA: comunidade quer cercar Praça do Santa Cruz para evitar atos de vandalismo” (GODOY, 2011) e tratou de nominar os frequentadores:

Mais uma vez a Praça do Santa Cruz virou local de ação de **vândalos**. Na madrugada de domingo, várias viaturas da Polícia Militar estiveram no local para **controlar o tumulto**. A polícia foi recebida a pedradas pelos vândalos e *precisou* usar força para conter os indivíduos que se aglomeravam nas proximidades (GODOY, 2011, **grifo nosso**).

Neste primeiro parágrafo, a reportagem dá conta de nominar os frequentadores como vândalos, na tentativa de encontrar um culpado para o relato que fará sobre o confronto com a polícia que, segundo a reportagem, foi para ‘controlar o tumulto’. Não há maiores detalhes sobre qual tumulto precisava ser controlado, nem mesmo como ele acontecia. Destacamos também o termo ‘precisou’, ou seja, dizendo da inevitabilidade dos atos policiais. Os dois parágrafos seguintes vão dizer que não é a primeira vez que esse tipo de confronto acontece no local:

Esta não foi a primeira vez que os policiais foram recebidos a pedradas. No Carnaval deste ano, um policial da cavalaria ficou ferido após um tumulto no local.
A Guarda Civil Municipal também já foi recebida a pedradas pelos vândalos, que ocupam o espaço, em outra ocasião semelhante (GODOY, 2011).

Seguindo a matéria, podemos ter mais informações sobre o tumulto citado acima e que precisava ser controlado pela polícia. Ela lembra que há uma proposta na cidade para se instalar uma cerca naquela Praça que, segundo a reportagem, seria para conter a aglomeração de pessoas de diversos bairros no local e que tiram o sossego dos vizinhos:

Há tempos que a comunidade do Santa Cruz se mobiliza a fim de fechar a praça com grades, assim como ocorreu com a praça da Matriz, da Saúde e da Santo Antônio visando reduzir a aglomeração de **peças de diversos bairros** no local, que usam o espaço para uso de drogas, álcool e que tiram o sossego dos vizinhos (GODOY, 2011).

Mesmo se esforçando para justificar a necessidade de as pessoas não estarem naquele local, dizendo que se reúnem para o uso de drogas e álcool, este parágrafo não reafirma a presença de tumultos. Vai ficando nítido que há um incômodo com a presença de 'peças de diversos bairros no local' e a reportagem segue com a declaração do Padre Jacob Tomazella, da paróquia da Igreja da Santa Cruz que fica na Praça, ele se tornará voz constante nos debates sobre os episódios e ferrenho defensor da proposta de cercar a Praça:

O padre da Igreja Matriz, Jacob Jovino Tomazella, conta que há mais de três anos entrou com pedido junto à Prefeitura para fechar a praça. "Há muitos anos vêm ocorrendo atos de vandalismo na praça. No Carnaval do ano passado, quebraram vidros, destruíram vários imóveis nas imediações, foi uma confusão só", lembra. Segundo o padre, aos finais de semana, cerca de mil pessoas ficam na praça, que é usada como ponto para uso de drogas e bebidas alcoólicas. "A praça vira um verdadeiro mictório, não aguentamos o cheiro de urina na manhã seguinte", fala (GODOY, 2011).

2.4 A Solução: cercar a Praça. Decisão tomada, busca-se a legitimação

Queremos pensar nessa engenharia que vai passar a operar neste processo. Decidido que os encontros de jovens na Praça não podiam continuar, se fez necessário agora uma ação que pusesse fim aos encontros e esta decisão foi tomada: promover o cercamento da Praça, controlar o seu acesso através de grades. Decidido isso, era necessário um processo de legitimação frente à cidade, para evitar resistências políticas ou legais.

Ao longo do ano de 2011, quando os encontros de jovens se intensificaram, diversos foram os movimentos de algumas autoridades e instituições em torno da

tentativa de cercamento da Praça. Entretanto, aguardava-se uma autorização da Prefeitura que seria feita através do Programa Adote uma Praça (RIO CLARO, 2009), o Jornal Cidade trouxe declaração do Padre Jacob Tomazella sobre a situação em reportagem do dia 17 de Maio de 2011:

Segundo o padre Jacob, o que impede que a praça seja cercada é uma autorização oficial da Prefeitura.

“Essa área foi doada aos Estigmatinos em 1913 para a construção do Seminário e da escola, que funcionou até a década de 40, depois disso ficou somente o Seminário da Congregação e nunca decidiram de quem é oficialmente a área ocupada pela praça”, fala.

"Verbalmente, o prefeito autorizou fechar a praça, mas precisamos de um parecer oficial", diz (GODOY, 2011).

O parecer a que se refere o Padre deveria ser um Termo de Permissão fixado pela Prefeitura por Decreto para que alguma empresa, instituição ou munícipe faça a manutenção de uma praça pública. A lei que respalda este tipo de parceria é a Lei 3.999/09, que no seu artigo 2º diz:

Artigo 2º - Fica o Poder Executivo de Rio Claro-SP, através do programa ADOTE UMA PRAÇA, autorizado a firmar Termos de Permissão com empresas privadas, instituições legalmente estabelecidas e munícipes, através da Secretaria de Desenvolvimento, Planejamento e Meio Ambiente, visando preservar áreas verdes do município (RIO CLARO, 2009).

No mesmo sentido discutiu-se o tema da utilização da Lei Adote uma Praça para realização do cercamento da Santa Cruz, na reunião do grupo denominado FIA – Força Integrada Azul, em ata de reunião realizada no dia 18 de agosto de 2011 ficou anotado que:

(...) em respeito aos inúmeros problemas de segurança e sossego público conforme já debatido na pauta anterior ordinária, que vêm ocorrendo na praça localizada defronte ao Grêmio Recreativo da Fepasa e Igreja Santa Cruz, situados na Rua 9 com a avenida 10. Após discussão dos presentes, definiu-se, por unanimidade, que a Secretaria de Mobilidade Urbana e Sistema Viário sinalizará as Ruas 08 e 09, entre as Avenidas 10 e 12, no passeio situado ao lado direito

da mão de direção de trânsito, proibindo-se o estacionamento, em atenção ao projeto de mobilidade urbana da área central de Rio Claro. A referida Secretaria sinalizará a proibição do estacionamento no interior da Praça Santa Cruz no horário compreendido entre às 22h às 06h, ressalvadas as atividades desenvolvidas pela Igreja Santa Cruz no período. Será estudado pela referida Secretaria a hipótese de proibição de estacionamento na Rua 09, entre as Avenidas 08 e 12 no horário compreendido entre às 22h às 06h. Em atenção à Lei Municipal “adote uma praça”, a Paróquia Santa Cruz, de responsabilidade do pároco acima, se compromete a revitalizar a praça de entorno à Igreja Santa Cruz, promovendo mecanismos de segurança, iluminação e paisagismo da praça, às suas expensas (FIA, 2011-b).

Caro leitor, se você não se perguntou o que é a FIA, é por que deve estar desatento. Faz-se importante destacar a entrada desta organização na pressão que possibilitou o cercamento da Praça. A FIA se declara um grupo de estudos e trabalho para tratar de assuntos relacionados à segurança local, como se nota na ata de instituição do grupo (FIA, 2011-a):

Figura 08: Termo de instituição de grupo de estudo e trabalho – FIA (FIA, 2011-a):



**TERMO INSTITUIÇÃO DE GRUPO DE ESTUDO E
TRABALHO**

Fica instituído o grupo de estudo e trabalho denominado “**FIA – FORÇA INTEGRADA AZUL**”, para tratar de assuntos relacionados à segurança local, por força das atividades conjuntas já realizadas, em parceria com o **MINISTÉRIO PÚBLICO**, representado pelo Dr. Gilberto Porto Camargo a **POLÍCIA CIVIL**, representado pelo Dr. Roberto José Daher, a **POLÍCIA MILITAR**, representado pelo Ten Cel Armando Cesar Guilherme, o **CONSEG** representado por seu presidente e a **PREFEITURA MUNICIPAL**, a ser representada pelas secretarias indicadas oportunamente pelos demais membros deste grupo, que será coordenado pelo Dr. Claudio do Santos Silva, Capitão Rev. EB, que desde de já é nomeado.

Rio Claro, 01 de julho de 2011.


ADRIANO MARCHI
Presidente da Comissão de Segurança
04ª Subseção de Rio Claro - SP

Curioso notar que a ata é feita em um papel timbrado da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e assinada pelo representante da OAB, entretanto, observamos que a OAB não é uma das instituições citadas na ata como componentes da FIA, que é composto por outras quatro instituições públicas: Ministério Público, Polícia Civil, Polícia Militar e Prefeitura Municipal e por um Conselho que é o CONSEG (Conselho de Segurança). Também se destaca o fato da ata estar disponível no sítio da UDAM (União de Amigos do Menor), que é uma entidade assistencial da cidade¹⁶. Caro leitor, não lhe parece estranho que duas entidades particulares coordenem dessa forma uma força tarefa com órgãos públicos interferindo diretamente na definição de políticas públicas como no caso acima de trânsito e urbanismo? Não lhe faz pensar em como se estabelecem as relações de poder de uma cidade, a quem se destinam, como operam e que efeitos produzem?

As noites do Carnaval de 2012 foram decisivas para isso e para que a Praça da Santa Cruz nunca mais fosse a mesma. As notícias nos dias do carnaval nos dão essa noção, a impressão é que o discurso produzido prepara a população para algo que irá acontecer. Vamos ver, através do Jornal Cidade, o maior de circulação na cidade, como se deu diariamente essa construção, nas duas primeiras reportagens, selecionamos trechos que tratam especificamente do assunto, mas a terceira reportagem, antevendo o grande confronto policial da Terça-Feira, precisou ser colocada na íntegra aqui. O motivo é o seu didatismo e explicitação da intenção deste processo, estabelecendo uma narrativa quase que definitiva e inevitável aos acontecimentos que se seguiriam. A reportagem promove um resumo de tudo o que aconteceu, inclinando o leitor a concordar que o cercamento é a solução para 'o problema'. No dia 22 aconteceu o grande confronto descrito acima, que nos faz reencontrar a reportagem que assistimos juntos, a partir das filmagens do Programa Polícia 24 horas e no dia 23 a reportagem vem jogar a 'pá de cal' sobre a necessidade do cercamento:

¹⁶ Para mais informações: http://udam.org.br/?page_id=22, acessado em 06/09/16, às 22:33.

Sábado – 18 de fevereiro de 2012 ‘Santa Cruz terá reforço da Polícia Militar no Carnaval’:

Diante das reclamações de perturbação de sossego e insegurança que rondam a Praça da Santa Cruz, em virtude da aglomeração do público jovem que tornou o local ponto de encontro, a Força Integrada Azul (FIA) promoveu reunião com autoridades públicas para discutir medidas que resgatem a tranquilidade na região.

Conforme registrado em ATA, ficou acertado os seguintes pontos: - o coordenador da FIA oficiará ao senhor Prefeito Municipal para intensificar a fiscalização na praça, quanto ao abuso de instrumentos sonoros; - a Polícia Militar intensificará o policiamento preventivo na praça; - a ACIRC apoiará a FIA na revitalização do local. O texto destaca, ainda, que “temos uma bomba relógio por conta da incapacidade das famílias de administrarem seus próprios filhos e relembra a necessidade de retomada dos projetos como o Proerd, da Polícia Militar, e similares como o da Secretaria Municipal de Segurança” (ARVOELA, 2012).

Domingo – 19 de fevereiro de 2012 - ‘VÍDEO: PM combatendo a desordem na praça da Santa Cruz’:

Figura 09: Foto de policiais reunidos ilustra reportagem sobre conflitos na praça da Santa Cruz (NAVAS & ARVOELA, 2012)



Por volta da 0h30 deste domingo, a Polícia Militar interveio em um início de confusão na Praça Santa Cruz, localizada nas proximidades do Grêmio Recreativo.

Balas de borracha e bombas de efeito moral foram lançadas para dispersar as pessoas aglomeradas no local.

Segundo *informações* no local, motoristas e pedestres que se dirigiam ao Grêmio estavam sendo atacados por algumas pessoas nas proximidades da praça.

Pedaços de pau e pedras teriam sido arremessados contra os policiais, que perseguiram supostos agressores pela rua 8, sentido avenida 10, rumo à avenida Visconde do Rio Claro, sem conseguir apreendê-los.

A polícia confirma que vai manter a fiscalização intensificada no alto do bairro Santa Cruz (NAVAS & ARVOELA, 2012).

Segunda-Feira 21 de Fevereiro de 2012 – ‘Baderneiros entram em confronto com a PM’:

Figura 10: Carro da Polícia Militar ilustra reportagem sobre conflitos na Praça da Santa Cruz (NAVAS, 2012a).



Aconteceu mais uma vez. Nas madrugadas de domingo (19) e segunda-feira (20), um grupo de marginais voltou a desafiar as autoridades, jogando pedras e pedaços de pau em direção aos policiais militares que cuidavam da segurança dos foliões nas imediações da praça do bairro Santa Cruz. As autoridades responderam à agressão atirando bombas de efeito moral e balas de borracha em direção aos baderneiros, que mesmo assim resistiram e só foram dispersados depois de muito custo. O primeiro confronto aconteceu por volta da 00h30 de domingo, quando os marginais começaram a se encontrar. Alguns deles passaram a usar drogas no local e, assim que a PM interveio, a confusão começou. Os jovens então passaram a hostilizar as autoridades, que tiveram que revidar as provocações sofridas.

Para dificultar a ação da Força Tática, do Canil e da Rocam (Rondas Ostensivas com o Apoio de Motocicletas), os marginais se dividiram em grupos percorrendo as imediações da praça e promovendo verdadeiros atos de selvageria pelo bairro. Para-brisas de carros, lixeiras e placas de iluminação foram danificadas pelos bandidos. Depois eles foram em direção ao Mercado Municipal, onde novos atos de vandalismo foram registrados.

O segundo confronto ocorreu logo depois do fim do desfile das escolas de samba na Avenida Visconde do Rio Claro na madrugada de segunda-feira. Os bandidos voltaram a se concentrar na Praça do Santa Cruz, desafiando os policiais militares que estavam no local. A exemplo da madrugada anterior, o grupo promoveu um grande quebra-quebra por onde passou. A Polícia Militar teve que usar mais uma vez bombas de efeito moral e balas de borracha. Ninguém foi preso. A vizinhança ficou assustada com o que viu e disse que todo Carnaval a cena se repete. Uma viatura da Força Tática acabou danificada e um cavalo da Cavalaria também teria se machucado depois de ser atingido por uma pedra. Lamentável. (NAVAS, 2012a).

2.5 Praça Cercada

A cada nova confusão volta à tona a discussão a respeito do fechamento da Praça do Santa Cruz com portões e grades. A imprensa continua a noticiar o caso no mesmo tom trazido nas outras reportagens da semana:

Quarta-Feira 23 de Fevereiro de 2012 – ‘PMs enfrentam frequentadores da praça do Santa Cruz’ (grifos nossos):

Os atos de selvageria e vandalismo cometidos pelos arruaceiros nas imediações da Praça do Santa Cruz durante o Carnaval foram repudiados pelo comando do 37º Batalhão da Polícia Militar do Interior (BPMI) em Rio Claro. As autoridades lamentaram o episódio que acabou com uma viatura danificada e um animal da cavalaria machucado. A cúpula da PM promete divulgar nesta quinta-feira (23) o balanço final das ocorrências registradas durante o Carnaval no município e demais cidades subordinadas ao 37º BPMI. Até o fechamento desta edição, esses números ainda estavam sendo contabilizados.

Os danos causados pelos arruaceiros no Santa Cruz após os desfiles das agremiações assustaram a vizinhança mais uma vez. Os piores confrontos aconteceram nas madrugadas de domingo (19) e segunda-feira (20), quando os policiais tiveram que responder **à injusta agressão** com balas de borracha e bombas de efeito moral. Na madrugada de terça-feira (21), depois da última noite do desfile das escolas de samba, o bando voltou a tirar o sono da vizinhança das redondezas das Avenidas RC com as 10 e 12 dando trabalho às autoridades. O presidente da Comissão de Segurança da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil - subseção de RC), Adriano Marchi, lamentou as cenas de selvageria. "Não há polícia no mundo capaz de

consertar a falta de educação de algumas pessoas, que confundem liberdade com libertinagem e transformam a vida dos seus pares numa balbúrdia. Em especial, sobre os últimos episódios que cercaram a Praça do Santa Cruz", disse o advogado que também elogiou a atuação das autoridades durante o confronto.

As imagens da afronta aos policiais militares devem ser exibidas na noite de hoje (23) no programa da Polícia 24 horas da Rede Bandeirantes de Televisão. A equipe que estava na cidade gravando alguns quadros para o programa acompanhava a PM durante o policiamento no bairro Santa Cruz. Assim que a confusão começou, os produtores não perderam tempo e filmaram tudo. As imagens já foram editadas e os momentos mais relevantes devem ir ao ar nesta noite. **A cada novo confronto, reacende-se a polêmica sobre o possível fechamento da praça pública** (NAVAS, 2012b – *grifo nosso*).

Nessa reportagem também foram interessantes os comentários no sítio, mostrando haver discordâncias da população sobre a atuação da polícia:

COMENTÁRIOS

Bruno - 24-02-2012.

Isso tudo começou sem ninguém fazer nada varias pessoas machucadas pela Policia

Ricardo - 25-02-2012.

Sinto Muito Bruno mas aquele local estava infestado de menores consumindo drogas e bebidas alcólicas. A polícia agiu correto e a população está do lado da lei. Parabéns à PM

Por fim, no dia 28 de fevereiro, a reportagem do Jornal Cidade anuncia que a praça começará a ser cercada. Junto do texto há um vídeo do Pároco da Igreja da Santa Cruz Jacob Tomazella:

Segunda-Feira 28 de Fevereiro de 2012 – ‘Começa obra para fechar praça da Santa Cruz’ (grifos nossos):

Os atos de **selvageria e consumo de substâncias entorpecentes** na Praça do Santa Cruz devem finalmente chegar ao fim.

Na tarde de segunda-feira (27), operários começaram a quebrar parte das muretas para a instalação das primeiras colunas de sustentação. Logo em seguida, as grades e portões devem ser colocados ao redor da praça pública, restringindo seu acesso.

A vizinhança e comerciantes das imediações recebem a notícias com alívio, já que estão fartos por **tamanho desrespeito**.

No Carnaval, a Polícia Militar entrou em choque com grupos de baderneiros. Os marginais atiraram pedras e pedaços de pau em direção aos policiais, que revidaram à injusta agressão. As imagens da selvageria foram exibidas em rede nacional pelo programa Polícia 24 Horas da Rede Bandeirantes de Televisão. Na ocasião, uma viatura da Força Tática e um animal da Cavalaria do 37º Batalhão da Polícia Militar do Interior (BPMI) foram atingidos.

O advogado Adriano Marchi, que é presidente da **Comissão de Segurança da 4ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)** em Rio Claro, fala que o local continuará aberto a visitação como qualquer praça pública. A diferença nesse caso é que os portões devem ser fechados a partir das 22 horas. O acesso ao público está previsto para acontecer às 6 horas.

“Ainda não foi definido oficialmente o horário em que os portões permanecerão abertos para a população. Mas uma coisa é quase certa: à noite ninguém mais irá permanecer **lá promovendo algazarras e tirando o sono dos moradores das imediações**”, explica o advogado.

Marchi faz questão de ressaltar que tal iniciativa em nenhum momento tem a pretensão de cercear o direito de ir e vir de ninguém. “A praça continuará aberta durante o dia sem problema. Mas, para evitar distúrbios como aqueles registrados recentemente, ou o consumo de drogas e bebidas pelos jovens nesse local, **foi preciso tomar medidas enérgicas**”, argumenta o advogado.

Ele **nega** que os confrontos entre marginais e policiais militares no Carnaval tenham acelerado o processo de fechamento. “As obras iam começar logo depois do Carnaval. **Já estava tudo acertado**”, conta Adriano Marchi.

O advogado não soube informar quando o serviço será totalmente concluído. A expectativa é que as obras durem no máximo um mês. Marchi finaliza que outra etapa desse processo irá abranger atividades voltadas para toda a comunidade. “A **sociedade não pode se acovardar** e precisa voltar a ocupar seu espaço de novo”, finaliza.

VÍDEO

No vídeo acima, o pároco Jacob Tomazella fala à Rádio Excelsior Jovem Pan sobre os motivos que levaram ao cerco da praça da Igreja Santa Cruz. A entrevista ocorreu na manhã desta terça-feira, no Jornal da Manhã.

As obras foram iniciadas ontem, terça-feira, e reacendem a polêmica sobre o uso do local por um grande contingente de pessoas aos fins de semanas, desagradando os moradores da região durante a madrugada, devido ao consumo de álcool, drogas e barulho, além das consequências do excesso de público em local sem banheiro: o uso das paredes das residências como “banheiro” (NAVAS, 2012c, **grifo nosso**).

Gostaríamos de destacar nesta última reportagem que o Advogado representante da OAB, dá entrevistas sobre o horário de abertura e fechamento da praça, tudo baseado em argumentos morais, do tipo ‘a sociedade não pode se

acovardar’, ‘evitar distúrbios’, ‘tirar o sono dos moradores’, ‘foi preciso tomar medidas enérgicas’, como se fosse ele um agente público. Onde está o ordenamento jurídico? Onde está a legalidade do que foi feito? Qual é o papel de um advogado da cidade? Qual é o papel do poder público?

Convidamos você então a assistir outro vídeo, esse elaborado pelo JornalCidade.net que abordou o assunto. Utilizarei o recurso da descrição da reportagem e da transcrição das falas presentes nela intercalado com algumas imagens para tentarmos destrinchar as formas como o poder constituído operou neste caso a partir dos discursos criados. As primeiras imagens mostradas são das obras de instalação das grades da Praça. Alguns buracos vão sendo abertos para entrar as pilastras da grade. O trabalhador das obras lança sua ferramenta no buraco, para cavá-lo mais fundo. Enquanto isso, a repórter Fabíola Cunha narra o seguinte texto:

A Praça da Igreja da Santa Cruz começou a ser cercada na última semana na tentativa de **evitar aglomeração** de pessoas e **distúrbios** que costumavam acontecer todos os fins de semana. Em Rio Claro, a Igreja da Santa Cruz não é a única que terá grades no seu entorno, outras, como a Igreja a Saúde, também possuem *proteção* (JORNAL CIDADE DE RIO CLARO, 2012, **grifo nosso**).

Destacamos aqui alguns termos utilizados, grifados por nós. Primeiro a ideia de que é preciso ‘evitar aglomeração de pessoas e distúrbios’. Não é preciso dizer que ninguém encontrará em nenhuma norma jurídica ou projeto urbanístico o termo ‘evitar aglomeração’. Esse início, já anuncia a necessidade que se criou de legitimação de um discurso, sem se preocupar com a relação que isso teria enquanto norma legal. A partir da instauração deste discurso é como se abrisse a nossa frente um campo de ‘vale tudo’, daqui para frente, para se pensar essa situação, tudo é possível. Isso não é nenhuma novidade nas análises de Michel Foucault:

E se é verdade que o jurídico pôde servir para representar, de modo sem dúvida não exaustivo, um poder essencialmente centrado na coleta e na morte, ele é absolutamente heterogêneo com relação aos novos procedimentos de poder que funcionam, não pelo direito, mas

pela técnica, não pela lei mas pela normalização, não pelo castigo mas pelo controle, e que se exercem em níveis e formas que extravasam do Estado e de seus aparelhos (FOUCAULT, 1985, p. 86).

A reportagem do Jornal Cidade (JORNAL CIDADE DE RIO CLARO, 2012. **Grifo nosso**), então, ouve o pároco da Igreja da Santa Cruz, Jacob Tomazella, que discorre sobre ‘o problema a ser enfrentado’, diz o pároco: “Desde que eu cheguei aqui para trabalhar, nessa paróquia da Santa Cruz de Rio Claro, havia já até anteriormente, o **problema a ser enfrentado** sobre o uso da Praça. E a partir daí, então, começamos a elaborar meios de fazer com que essa Praça fosse, assim... protegida, principalmente no período da noite, é lógico, de dia ela permanecerá aberta, com 03 aberturas pela Rua 09, 03 aberturas pela Rua 08 e uma grande abertura pela Avenida 10”. A repórter questiona o pároco: “O que que ocorre em outras cidades na sua experiência, são experiências similares ao que ocorre em Rio Claro nas praças de Igreja?”. O Pároco responde: “De fato, há algo similar no sentido de disciplinar a praça, porque se nós formos colocar uma iluminação baixa aqui, hoje você coloca um poste e amanhã amanhece dois, ironicamente falando, né? Então é necessário uma proteção para que a gente possa também melhorar a Praça”. Repórter: “E há quantos anos o senhor enfrenta **problemas graves** aqui no final de semana com **aglomeração**, com **vandalismo**?”. A repórter então dá um tom de gravidade ao ‘problema’, a esta altura se trata com naturalidade da necessidade de se resolver ‘o problema’, as palavras aglomeração e vandalismo, garantem a urgência da resolução. E o pároco responde: “Bem, desde que eu cheguei aqui é uma **grita geral dos vizinhos** principalmente que aqui estava acontecendo algo que é impossível que continuasse por muito tempo e já fazem quatro anos que eu resido aqui e trabalho nessa paróquia e fui colocado a frente para poder resolver esse problema. A frente não totalmente porque isso é um problema de ordem social e então implica a **ordem pública civil**, né? Implica a segurança que aí é o sistema de polícia, então há todo um problema que atinge a cidade de Rio Claro porque atinge também **outras autoridades**, como se diz”. A resposta do pároco nos faz perceber que ele se preocupou com a legitimidade dos seus atos e busca os atores sociais que possam legitimar sua ação. Primeiro cita a ‘grita geral dos vizinhos’ e depois lembra que praças e o convívio social nos espaços públicos é algo do campo da

‘ordem pública civil’ e não do controle moral dos comportamentos ditados pela Igreja. A repórter continua: “E qual a previsão para o término das obras aqui da grade que vai ser instalada?”. Pároco: “Bem, como nós recebemos a ajuda do pessoal da paróquia para poder realizar estas obras, então nós não temos um tempo propriamente dito, a gente vai dando os passos conforme a perna permite, então aí, a gente tem a curto prazo, a colocação das colunas e depois então a colocação das grades que certamente virão prontas, para serem soldadas em cada espaço que vai ser de três metros de uma coluna para outra”. (JORNAL CIDADE DE RIO CLARO, 2012, *grifo nosso*).

Percebemos nessa primeira reportagem a construção discursiva clara, seguindo um caminho que não deixa espaço para o pensamento de quem assiste, trata-se de um caminho percorrido em três passos: 1) apresentação (invenção) do problema e sua gravidade; 2) legitimação dos atores – ‘preparar o terreno’ para a solução que vão apresentar; 3) apresentação de soluções, providências tomadas. Recado dado: durmam todos tranquilos, o ‘problema’ já foi resolvido pelas distintas autoridades e instituições. Lembramos outra palavra em tupi-guarani: “Nheenguera – s.m. Aquilo que foi falado, o dito, a ordem dada, o recado” (BUENO, 1984, p. 226).

Figura 11: Padre Jacob Tomazella dá entrevista sobre a decisão do cercamento da Praça (JORNAL CIDADE DE RIO CLARO, 2012).



Outra reportagem também tratou da instalação de grades na praça, desta vez elaborada pela TV Claret (TV CLARET, 2012), intitulada: “Praça da Santa Cruz começa a ser cercada em Rio Claro”. A reportagem tem início com a narração do

repórter, na nossa descrição as próximas frases entre aspas se referem a falas ditas na reportagem: “De manhã, o ambiente familiar. Idosos e até crianças frequentam o espaço”. Essa frase é acompanhada pela imagem de uma mulher caminhando com uma criança, de um casal de idosos e depois da criança brincando:

Figura 12: Mulher e criança caminhando na praça da Santa Cruz em trecho da reportagem da TV Claret (TV CLARET, 2012).



Segue a narração do repórter: “(...) durante a noite, as imagens mostram uma outra realidade” (TV CLARET, 2012). As imagens são do programa Polícia 24 horas e mostram policiais em confronto com jovens:

Figura 13: A reportagem da TV Claret utiliza-se de imagens da reportagem do programa Polícia 24 horas, TV Bandeirantes, feitas durante a terça-feira do carnaval de 2012 (TV CLARET, 2012).



Esse conjunto de imagens, opondo o dia e a noite, a família e ‘os outros’, a pureza das crianças e a violência da juventude, já deixa nítido o tom que se seguirá. Está colocado ‘o problema’, está definido o que é preciso ser sustentado e o que é preciso ser eliminado.

Segue a reportagem. Acompanhado de uma música de filme de ação, são transmitidas várias imagens da atuação da polícia na Praça, durante os eventos realizados nas noites de final de semana, enquanto o repórter volta a narrar: “A situação não é recente e incomoda os moradores do Bairro Santa Cruz”. Então as imagens voltam para a Praça no período do dia, uma mulher identificada pela reportagem com Vânia Morosini, com uma criança no colo é entrevistada: “A gente vem de manhã aqui, por causa do clima, dele (a criança no colo) brincar, correr, mas a noite não tem condição de vim aqui, né?”. Outra moradora, Rosa Maria Costa, diz: “Eu estava descendo, era seis... era vinte para sete, tava fumando *crack*, ali na escadinha, sabe, você passa, você passa com medo”. Percebe-se a opção nítida: ouvir o lado ‘bom’ da história, ouvir quem está lá de dia, as famílias, reproduzir discursos que se oponham ao outro grupo que ocupa a Praça nas noites, nos finais de semana. Aqui também é importante pensar nesse silêncio deste outro lado. O discurso é uma característica em nosso tempo muito constitutiva de um sujeito, toda nossa educação é pensada para essa apropriação da linguagem, da ritualização da palavra. O que caracteriza um sujeito e sua ‘qualidade’ de participação na sociedade é a propriedade que este tem do uso da palavra, portanto, aqui nessa oposição entre ‘bem’ e ‘mal’ era fundamental evidenciar o bem com uma fala articulada e não ouvir o mal, se não falam, se não tem linguagem verbal, talvez nem sujeitos sejam. São realmente um ‘mal’ que precisa ser ‘eliminado’.

Mas há uma terceira entrevistada, e essa ousa apresentar outra solução que ela acha mais efetiva e que envolve medidas de longo prazo, no caso, a educação. A terceira moradora entrevistada é Delma Gimenez: “A solução que eu acredito, é uma solução a longo prazo, que vem da educação no sistema e isso demora um pouquinho”. Essa fala também é interessante, pois ela aparentemente se opõe ao cercamento, entretanto, se analisarmos bem, ela não é propriamente uma solução porque antes o problema foi apresentado com uma urgência que não pode esperar soluções de longo prazo. Isso quer dizer que esta fala, mesmo desacreditando a

solução do cercamento, ela é descartada, ela não responde ao problema, que como já dito, é imediato.

O repórter anuncia a posição da Polícia Militar, antes da entrevista do Comandante: “A polícia reconhece que a situação no local é complicada, mas acredita que o problema é social”. O comandante da Polícia Militar Armando César Guilherme, então diz: “Tem que ser resolvido com as forças públicas, com os órgãos públicos todos integrados, inclusive a comunidade, resolver aquele conflito social. É resolver de forma pacífica, não somente com ação de polícia”. Lembremos os reiterados conflitos entre a polícia e os jovens na Praça e então pensemos que, se o próprio comandante da polícia está nos dizendo que esta ação não ‘resolve o problema’, então porque se insiste na estratégia da repressão violenta? Entretanto, entendo que a fala da PM aparece aqui com a função de legitimar a decisão que será apresentada a seguir como a ‘solução do problema’ que a polícia não soube resolver, dando ainda mais o sentido de urgência, de gravidade, já que nem as forças autorizadas ao uso legítimo da violência puderam conter ‘o problema’. A fala do PM legitima a solução a ser apresentada a seguir.

Antes de entrevistar o Pároco Jacob Tomazella, o repórter anuncia: “É por isso que vários órgãos da cidade se reuniram para tomar providências. A decisão foi cercar a praça”. Então diz o Pároco: “Não vai resolver o problema social, o fechamento da Praça. Mas é um ponto já que a gente... ultrapassa, que a gente consegue dominar”. Pronto, ‘vários órgãos’ não citados se reuniram para tomar providências, todos podem ficar tranquilos, ele trata de anunciar a solução: ‘cercar a praça’ e este diz que esta questão é um ponto superado, que ‘a gente consegue dominar’ (dominar o que?). A repórter se sente na necessidade de insistir na legitimação, talvez pela fraca argumentação do Pároco: “O Pároco garante que a comissão inclui o aval de promotores da cidade, portanto está dentro da lei. A ideia é manter o local aberto durante o dia e fechar a noite”. Aqui o representante do Ministério Público, com uma suposta participação garante a legalidade do processo, não há a preocupação em se saber quais normas jurídicas garantem essa legalidade, basta o sujeito que anuncia a legalidade. O Pároco ainda complementa: “é para estabelecer uma disciplina na praça” e pensando com Foucault lembramos ‘a disciplina às vezes exige a cerca’ (FOUCAULT, 1983, p. 130). E então o repórter

conclui a reportagem: “A construção da cerca já começou, mas não tem prazo para terminar, já que a previsão de 70 mil reais de gasto está sendo paga por empresários. Enquanto isso, moradores terão que conviver com as cenas do último carnaval”. Nessa última frase as imagens voltam a mostrar os ataques da Polícia contra os jovens da praça, encerrando a reportagem.

Esta situação de expulsão das manifestações culturais populares do Centro da Cidade não é novidade em Rio Claro, a pesquisadora Flavia Alessandra de Souza Pereira, descreve um episódio de 1937:

Os sambas do 13¹⁷ ocorreram no local previsto em maio de 1937. Porém, em junho do mesmo ano, o Diário¹⁸ veiculava: ‘Os nossos homens de côr, na véspera e dia de S. João, fizeram realizar no pateo de S. Benedicto, dois retumbantes sambas, como despedida do local onde ha tantos annos os adeptos do “batuque” festejam o dia da libertação dos escravos no Brasil. É que aquelle largo vae receber o seu ajardinamento que o tornará mais attractivo, fazendo jús a belleza da igreja do milagroso Santo preto, cousa aliás que ha muito se fazia sentir. Veremos agora, no proximo 1938, qual irá ser o local designado pela prefeitura para ser commemorada a data de 13 de Maio, por nossa gente de côr’ (Diário do Rio Claro, de 29/06/1937). A nota faz ver que os praticantes do Tambu – genericamente chamado de “batuque” pelos brancos – estavam sendo expulsos do espaço no qual realizavam, historicamente, sua manifestação de matriz africana. Sob o pretexto de “ajardinamento” procurava-se, na realidade, eliminar o que se tomava por “manifestação primitiva dos pobres descendentes de escravos de Rio Claro”, pondo fim ao “resquício escravista” já tão ultrapassado e incongruente com a ideia de ordem, de progresso e de modernidade para a época. Tal processo configura um projeto de varrição étnico-racial no meio urbano, pois tratava-se de des-enegrecer o Quilombo (nome original do bairro), lugar que os pretos haviam cunhado como um espaço físico e simbólico próprio no plano local. E, destaque-se, era a mão reguladora da prefeitura perrepista – portanto, do poder local tradicionalista – que arquitetava mecanismos para controlar os pretos do Tambu e seu espaço em 1937 (PEREIRA, 2008).

Para se traçar um paralelo entre o tratamento dado pela imprensa ao episódio de 1937 e o do século XXI, segue um compilado da repercussão que o assunto teve

¹⁷ ‘Sambas do 13’ faz referência aos eventos organizados pela comunidade negra que comemoravam a libertação dos escravos, no dia 13 de maio, desde 1888, quando foi instituída a Lei Áurea.

¹⁸ Referência ao Jornal O Diário de Rio Claro, que circula até hoje em Rio Claro.

na imprensa local e regional. No primeiro veículo, uma matéria em vídeo, a repórter inicia a reportagem narrando o episódio da seguinte maneira.

A praça da Igreja da Santa Cruz começou a ser cercada na última semana, na tentativa de evitar aglomeração de pessoas e distúrbios que costumavam acontecer todos os fins de semana. Em Rio Claro, a Igreja da Santa Cruz não é a única que terá grades em seu entorno, outras como a Igreja da Saúde também possuem proteção (JORNAL CIDADE DE RIO CLARO, 2012).

Depois a matéria seguiria ouvindo longamente o Padre da paróquia sobre os detalhes da obra, inclusive o valor de R\$ 140.000,00 (mais do que o dobro do anunciado antes), a forma de arrecadação através de doações e as etapas em que a obra será realizada.

Vão se repetindo os argumentos que generalizam o comportamento na Praça, afirmando que os jovens 'reúnem-se muitas vezes para beber e usar drogas', ou em 'às vezes ocorrem brigas e vandalismo', ou ainda o 'sanitário ao ar livre' como justificativa para a intervenção ou ainda, o argumento de que a 'revitalização facilitará o acesso dos sócios do clube', deixando clara a submissão do público em detrimento do privado como uma regra do pensamento de Cidade, evitando o 'medo da movimentação suspeita que acontece no local'. Destacamos uma manchete de outro veículo da imprensa:

Praça de Rio Claro, SP, será cercada para evitar barulho e vandalismo

Acordo foi feito com a Igreja Santa Cruz, MP, prefeitura e Polícia Militar. Obra orçada em R\$ 140 mil será paga através de doações da comunidade (G1 SÃO CARLOS E REGIÃO, 2012).

Um dos órgãos de imprensa divulgou a seguinte foto na sua matéria:

Figura 14: Janela quebrada. Foto tirada em uma casa na Rua 09, na lateral da Praça da Santa Cruz. Refletido no vidro da janela se vê a torre da Igreja (SALLES, 2012).



Seguido do seguinte texto:

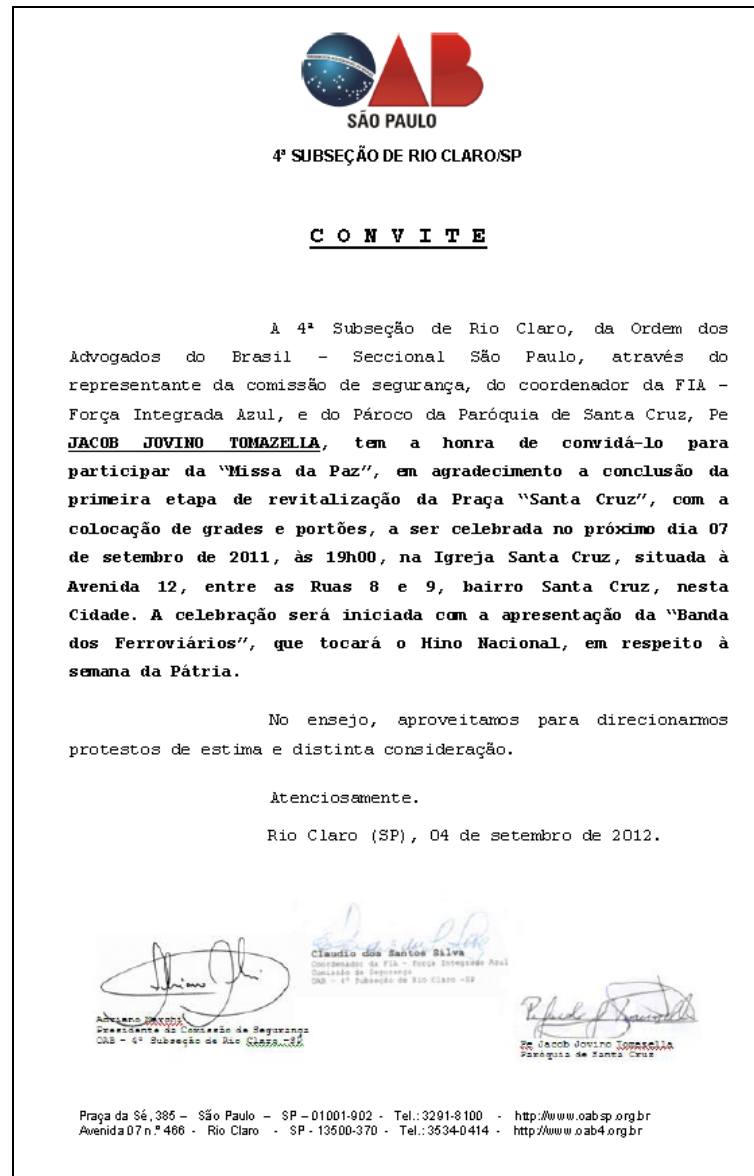
Praça da Santa Cruz é terra sem lei

Acuados e amedrontados, moradores e comerciantes ao redor da praça são privados dos direitos de privacidade e liberdade aos finais de semana. Gota d'água foi o carnaval, com baderneiros enfrentando a polícia (SALLES, 2012).

A matéria, com uma chamada de pânico, se desdiz no seu próprio texto. Um morador da região critica a Polícia, dizendo que a Polícia 'batia e depois perguntava' e um comerciante reivindicava o seu direito de manter-se aberto, já que teve que fechar o estabelecimento por ordem da Polícia. Mas o mais curioso desta reportagem foi o depoimento do dono desta janela, que nas redes sociais se manifestou: "Essa é a janela da minha casa. Esse dano é antigo e não foi feito durante um evento, foi um bêbado e no meio da semana, se bem me recordo".

O último documento que analisaremos nesta etapa é um ofício, segue abaixo o documento:

Figura 15: Convite para a “Missa da Paz”.



Caro leitor, este documento finaliza nossa análise dos discursos produzidos sobre este episódio e quero que você o analise conosco. Este documento foi enviado para diversas autoridades e instituições de Rio Claro, no intuito de convidar estas pessoas a participar de um evento caracterizado pelo como um evento de 'agradecimento'. O referido evento foi realizado ao final do término das obras de instalação das grades da Praça da Santa Cruz. O documento traz o timbre da OAB – Ordem dos Advogados do Brasil – 4ª Subseção e é assinado por Adriano Marchi, representando a própria OAB, por Cláudio dos Santos Silva, representando a FIA –

Força Integrada Azul e pelo Padre Jacob Jovino Tomazella, representando a Paróquia da Santa Cruz. Trata-se de um convite para um evento na Praça da Santa Cruz chamado de “Missa da Paz”, curiosamente escrito dessa forma transcrita, entre aspas. Ressalta-se que um dos usos das aspas na língua portuguesa é o de caracterizar ironia, ou seja, dizer uma coisa querendo dizer outra e, talvez este tenha sido o sentido dado para as aspas ao anunciar a “Missa da Paz”. O convite segue com os dizeres “(...) em agradecimento a conclusão da primeira etapa de revitalização da Praça da Santa Cruz, com a colocação de grades e portões (...)”. Duas questões nos chamam muito a atenção neste documento, a primeira é o termo *revitalização*. Eis que surgem palavras, e as palavras revelam coisas, ideias, mensagens. O termo escolhido para este evento, quando se encerraram a instalação das grades foi ‘revitalização’. Revitalizar, trazer a vida de volta, deixando claro que, antes, não havia vida no espaço. Com os jovens não havia vida, agora que eles não vão mais estar ali, há vida. De qual vida está se falando?

Nota-se também a questão da autoria do convite. A Ordem dos Advogados do Brasil, uma entidade de classe, representativa dos advogados, é autora de um convite em nome de uma associação chamada de FIA (Força Integrada Azul) e convoca um ato de inauguração de um espaço ‘público’. As aspas para o público são exatamente para caracterizar o sentido irônico, o público que não é público, que se finge de público, assim como uma entidade de classe se finge representante de toda a sociedade e uma religião se finge representante dos ‘bons costumes’, e um estilo de vida se finge representante de todos os outros estilos de vida a ponto de dizer que a vida que havia ali antes não pode ser chamada de vida e que o que vai passar a existir a partir da ‘revitalização’, isto sim é vida, isto sim é a vida que merece ser vivida, ouvida, respeitada, defendida. Essa é a mensagem deste dia: A vida e a cidadania não são para todos. Os ‘zeladores’ desta vida e desta cidadania estão explícitos, mesmo prescindindo de legitimidade para agir em nome da coletividade.

Aqui está o centro do que queremos discutir nesse texto: como a cerca opera tanto fisicamente sobre os corpos como sobre os pensamentos para que se convirja na impossibilidade de surgimento de novos modos de existir. Como essa violência das armas, que tem como marca as cicatrizes no corpo, também opera com

cicatrizes na subjetividade, como marcas. Como isto opera nas paisagens urbanas da mesma forma que opera os corpos e as formas de habitar o mundo. No próximo capítulo faremos este episódio de Rio Claro soar próximo a outros episódios pelo País, que ficaram conhecidos como Rolezinhos.

3. Rolezinhos

“Não somos bandidos ruins, nem menor infrator, somos apenas a praga que o sistema criou”
(Renatinho, 14 anos – ‘famosinho’ na internet e organizador de encontros em *shoppings centers* – REDE GLOBO DE TELEVISÃO, 2014)

“Cê disse que era bom
E a favela te ouviu”
(Negro Drama – Racionais Mc’s)

Neste capítulo tentaremos fazer com que os acontecimentos que nos propusemos a analisar na cidade de Rio Claro possam dialogar com outros episódios recentes em que a juventude esteve com seus corpos, no espaço urbano, em especial, os que ficaram conhecidos como Rolezinhos, onde também operaram mecanismos de expulsão destes corpos. Vamos tentar perceber o que foi possibilitando que eles existissem e os efeitos do acontecimento para, assim, identificar os diálogos possíveis com o episódio de Rio Claro. Suponho que poderemos ‘emprestar’ os depoimentos dos adolescentes e jovens de outros lugares do País em ressonância com os adolescentes e jovens de Rio Claro, aprofundando nossa análise.

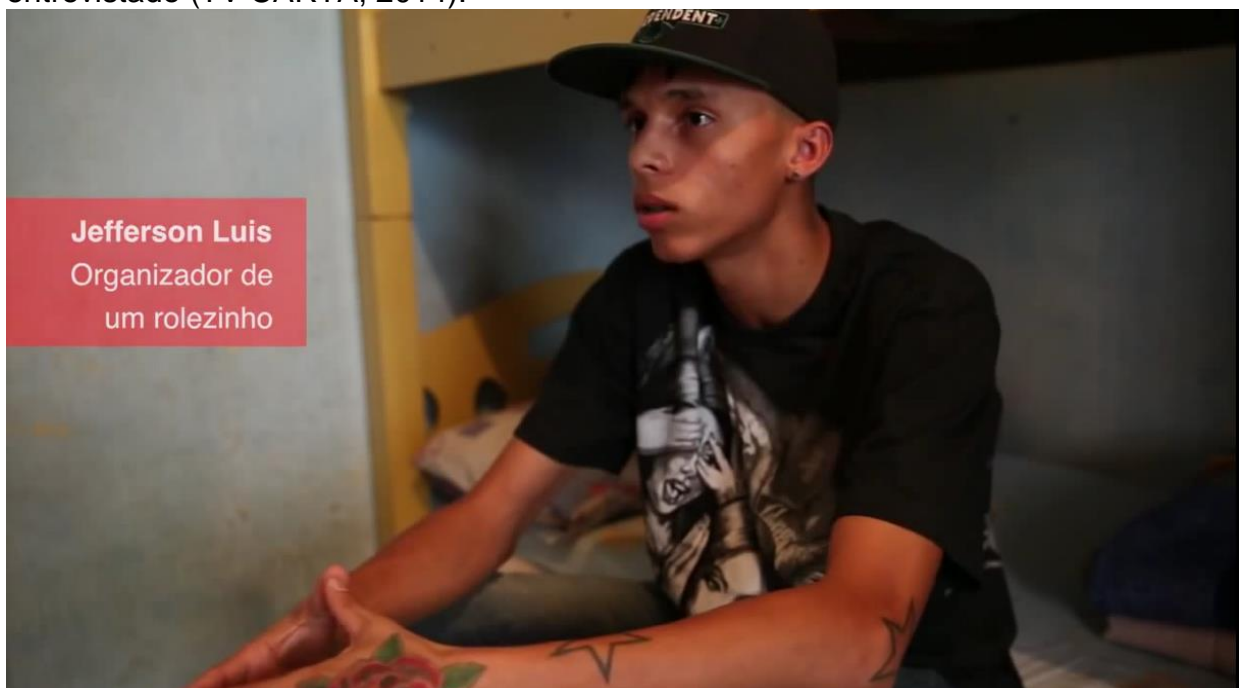
3.1 A escuta dos adolescentes, afinal, o que se passa?

Iniciamos esta etapa convidando um importante pensador contemporâneo, Jefferson Luís¹⁹, em especial sua entrevista concedida no quarto de sua casa para a

¹⁹ Também conhecido com MC Jota L. foi um dos organizadores do rolezinho em Guarulhos, apreendido e levado à delegacia junto com outros 23 jovens no dia 15 de Dezembro no Shopping Guarulhos. Jefferson conta

TV Carta (TV CARTA, 2014). A entrevista começa com a pergunta sobre o que ele entende por preconceito. A resposta: “Viche, para explicar o preconceito...” - dá um sorriso desconcertado como se dissesse ‘quem sou eu para explicar o preconceito?’ e ao mesmo tempo dissesse ‘quem é esse ouvinte para entender do preconceito?’ É um desafio achar as palavras para algo que está no corpo, ainda se pudesse fazê-lo por um *funk* ou um rap, mas isso é uma entrevista. Então ele tomou fôlego, enchendo os pulmões de ar e escolheu um exemplo - “É, tipo, como esses dias eu assisti uns vídeos sobre os rolezinhos também e têm certos shoppings que têm os seguranças na porta selecionando quem entra ou quem não entra, se você tem cara de bandido você não entra, se você tem cara de que vai gastar você entra, isso pra mim é o preconceito”. O rapaz completa essa primeira resposta dizendo: “Preconceito pra mim é você não aceitar a felicidade das outras pessoas”. Então seguiremos com a ideia do Jefferson, buscando depoimentos que tragam estes exemplos, tentando falar sobre os rolezinhos e depois voltamos a eles e a outros pensadores para analisar tudo isso.

Figura 16: Jefferson Luis – MC de Guarulhos e organizador de um rolezinho – sendo entrevistado (TV CARTA, 2014).



na entrevista que deixou os estudos para poder trabalhar de entregador e manter recursos na família suficiente para que o irmão mais novo pudesse concluir os seus estudos, agora [momento da entrevista] que o irmão concluiu os estudos pretende voltar a estudar e fazer o supletivo.

Precisaremos tomar um cuidado muito grande com as palavras, algo que nos persegue, atormenta, causa pesadelos. Sim, desconfiamos muito das palavras, então ao escolhermos precisamos ver os sentidos da escolha de uma delas. E esta da qual estamos tratando é bastante suspeita: ‘Rolezinhos’. Ela nem era tão suspeita quando começou a ser usada para a divulgação de encontros chamados por adolescentes das periferias de São Paulo, em redes sociais. Mas vê-la sendo exaustivamente repetida nos telejornais a faz ficar um tanto mais suspeita. Nem é uma palavra nova, já se trata de uma variação de outro termo: rolê (assim com acento, para ser justo com a explicação do Professor Pasquale (RADIO GLOBO, 2014)²⁰, em um programa de rádio, onde o Professor responde sobre a grafia correta. Além da resposta para nos ajudar com a grafia, o programa mostra como o tema foi altamente presente na mídia e em conversas de brasileiros no início de 2014.

O Rolê já estava nas músicas muito ouvidas pela juventude, como do grupo de RAP Racionais MC’s, como no verso: ‘Tô de rolê na quebrada, de Parati filmada são 23 horas e a noite tá iluminada’²¹; e na voz da cantora baiana de Rock Pitty, que regravou uma canção antiga do grupo Novos Baianos: ‘Não se assuste pessoa se eu lhe disser que a vida é boa / Enquanto eles se batem, dê um rolê’²², o termo já era bastante usado nas conversas de adolescentes e jovens. Eis então que ele ganha essa variação no diminutivo e passa a ser um ‘Rolezinho’. Impossível precisar a origem do termo, mas podemos saber que ele foi adotado pela mídia brasileira com abundância a partir daquele segundo semestre de 2013. Difícil encontrar um cidadão brasileiro, que não saiba do que estamos falando quando falamos a palavra

²⁰ Com a palavra o Professor Pasquale: “Eu tenho aqui uma pergunta do nosso super, mega ouvinte Edilson Zafira de Souza (...). Ele pega aqui um trecho de uma revista, a revista ‘Mundo Estranho’, ele se refere a essa coisa que anda acontecendo aí nos shoppings da vida, o tal do rolezinho, o rolê, rolezinho. E ele transcreve um trecho da revista, ‘os pixadores fazem rolês’, com acento circunflexo, né? Saídas para pixar. Aí ele pergunta, o correto não seria rolé, ou rolês no plural, respectivamente, com sentido de pequeno passeio, uma volta, dar uma volta. E cita aqui o dicionário Houaiss que registra essa grafia ‘rolé’, com acento agudo, não registra rolê, com acento circunflexo, o dicionário Aulete vai pelo mesmo caminho. Quando fala ‘rolê’, fala do bife, do famoso bife a role”. Depois o Professor vai explicar que há uma diferença entre a pronúncia no Rio de Janeiro e em São Paulo, segundo ele, no Rio é Rolé e em São Paulo é Rolê. Ainda completa: “Acho que o dicionário deveria registrar as duas grafias, com acento agudo e circunflexo e dizer que isso varia de região pra região, agora não dá pra querer impor a um grupo social imenso, uma pronúncia que ele não adota”. (Disponível em: <http://radioglobo.globoradio.globo.com/com-a-palavra,-o-professor-pasquale/2014/02/11/QUAL-E-O-CERTO-ROLE-OU-ROLE.htm>, acessado em 20 de Dezembro de 2016, às 11:40).

²¹ Essa frase é da música ‘Expresso da Meia Noite’, mas também está presente nas canções ‘Da ponte pra cá’ e ‘Fórmula mágica da paz’, entre outras do grupo de Rap paulistano Racionais Mc’s.

²² Trecho da Canção ‘Dê um rolê’ de Moraes Moreira e Galvão, gravada em disco do grupo Novos Baianos de 1971 e recentemente pela cantora baiana Pitty.

Rolezinho. Ao mesmo tempo, impossível achar uma definição que contemple todos os brasileiros, principalmente no antagonismo criado entre o discurso dos jovens que participavam dos eventos chamados Rolezinhos e as explicações que foram criados pelas mídias para tratar dos mesmos. Houve nestes veículos uma necessidade urgente de criar definições, de estabelecer ‘o que é isso?’. Era essa definição que possibilitaria intervenções das autoridades. Como vimos anteriormente, a operação de legitimação da intervenção, criada pelos órgãos de comunicação, atua no sentido de instaurar um problema e cobrar uma solução urgente, caminho que funcionou também nesse episódio. Em algumas semanas todos discutiam como ‘dar jeito naquilo’, como fazer para resolver esse conflito. Foram convocados especialistas de toda ordem: juristas, psicólogos, sociólogos, economistas, autoridades, frequentadores dos shoppings, todos para opinar sobre o que fazer com esse episódio. Este último conjunto de personagens, frequentadores do shopping, que falaram do evento nas reportagens, compõe um grupo bem interessante de opiniões, eles se caracterizam como pessoas que frequentam o shopping, mas diferente dos participantes dos Rolezinhos, ‘frequentam legitimamente’, em oposição aos que frequentam com intenções alheias à função do shopping. Com isso fica estabelecido que quem vai ao Rolezinho é um de fora, é um estranho àquele local, quando um jovem que vai ao Rolezinho é entrevistado, ele não é um frequentador do shopping. O Rolezinho, visto assim, é quase que uma invasão, uma afronta de um ator estranho aquele convívio cotidiano. Novamente aqui, o discurso fez essa operação, estabelecer os de dentro, os de fora e a necessidade de atitudes para ‘dar um jeito nisso’. Entretanto, diferente do que aconteceu no nosso episódio analisado anteriormente no interior, em São Paulo as falas dos protagonistas dos Rolezinhos apareceram de algumas formas, seja em alguns órgãos da imprensa ou provocados por movimentos sociais e até por autoridades públicas, dando outros contornos ao que aconteceu.

Enquanto a mídia e os ‘especialistas’ de toda ordem perguntam ‘o que é isso?’, gostaríamos de fazer outro exercício, sugerido por Biesta (BIESTA, 2013, p. 67) e fazer perguntas derivadas de ‘quem?’. Quem está ali? Quem se tornou presença nestes episódios? Esse modo de fazer para Biesta tem relação com propor a “questão da subjetividade humana, como uma questão sobre onde o sujeito como

um ser singular e único se torna presença” (p. 67), nos afastando da determinação do sujeito humano como uma substância ou essência. Para Biesta (p. 74) a obra de Hannah Arendt aponta que o sujeito só pode existir olhando-se para as maneiras em que ele se torna presença, ou seja, introduz os seus inícios, as suas iniciativas no mundo. Ele nos aponta Foucault, criticando a necessidade de teorização prévia do sujeito, que precisa ser conceitualizado antes de qualquer coisa. “A objeção de Foucault diz respeito a qualquer teoria a priori do sujeito, isto é, qualquer teoria sobre o sujeito que não leva em consideração a atividade teorizante desse próprio sujeito” (p. 63). Sejam os ‘inícios’ de Hannah Arendt ou a ‘atividade teorizante do próprio sujeito’ de Foucault, estamos falando das linguagens em que os jovens se tornam presença, em que agem no mundo por um novo mundo, onde possibilitam que novos mundos venham a existir. Biesta (p. 75) ressalta que no cerne da visão de ação de Arendt está a noção de que ‘só podemos agir se ao mesmo tempo outros também podem agir, isto é, se outros são igualmente capazes de introduzir seus inícios ao mundo’. Essa é a dimensão de responsabilidade que o autor considera fundamental para que os inícios de cada um possam ter espaço no mundo. Para ele, a questão está em como respondemos ao que é outro, ao estranho, ao que não é como nós. “Não importa que palavras utilizemos – porque não há, em certo sentido, palavras. Importa apenas que respondamos, que assumamos responsabilidade, que assumamos nossa responsabilidade” (p. 93). Então voltemos aos Rolezinhos, tentando perguntar ‘quem são os Rolezinhos?’ e ouvir as linguagens destes sujeitos que os fizeram presença para nós.

Você já deve ter percebido que adotamos aqui o termo Rolezinho para referimo-nos a alguma coisa. Mas não, não deixamos de desconfiar da linguagem e das palavras escolhidas para falar das coisas. Entendemos que a coisa faz a palavra na mesma medida em que a palavra faz a coisa, então caminhamos em uma linha tênue, em uma corda bamba. Adotaremos o termo Rolezinho, tentando ao máximo ver o que cada um que o escolheu usar tinha como intenção ao escolher, como cada segmento da sociedade o usou para definir o que estava acontecendo e o que podemos entender a partir disso, quais os efeitos a partir destas definições. Feito isso, achamos que podemos encontrar aí algumas pistas do que tornou possível que sua existência, seus efeitos e o que ele diz sobre nós, sobre o mundo e a juventude.

Ouviremos algumas vozes sobre este assunto para compor esse mosaico de discursos.

Um dos organizadores do encontro no Shopping Itaquera, Lucas Lima, deu entrevista (MAGGIE, 2014)²³ que nos ajuda a definir o que é o Rolezinho convocado por ele e pelos amigos:

Meu nome é Lucas, tenho 17 anos, sou estudante, trabalho de ajudante de pedreiro, trabalho fazendo uns bicos, como eu vou falar: garçom, estoquista. E hoje pra mim tá sendo meio difícil ir no shopping que cresceu muito a fama de eu como organizador do rolê, e o que ocorreu? Ocorreu baderna, ocorreu muita coisa, aconteceu. Mas para mim, o que seria no shopping era um rolê pra gente se conhecer mais como se fosse um fim de semana comum. Pra conhecer novas amizades, comer no MC²⁴, tomar um sorvete e todo mundo ir embora (MAGGIE, 2014)

Para Lucas o Rolezinho é um encontro, um espaço para conhecer pessoas e ficar com os amigos, para ele a questão da amizade é central, muito diferente das definições mais comuns encontradas na mídia (como veremos mais à frente, onde foi associado somente a bagunça e práticas criminosas), nas autoridades e até mesmo nos movimentos sociais (onde os encontros foram definidos como manifestação política). Lucas ainda faz uma autocrítica ao dizer que algumas coisas não previstas acabaram acontecendo contra a vontade dos organizadores, como a baderna, mas ressalta que esse não era o intuito original. No depoimento seguinte ele vai dizer que esses desvios eram possíveis de se resolver com diálogo, diferente do tratamento que tiveram:

Mas como aconteceu essa repressão com a polícia, que vieram agredir nós, que seria autoridade, como eu vou falar, autoridade de guardar a gente, proteger, mas eles fizeram o contrário, chegou em agressão pra gente ir tudo embora, bala de borracha, gás, e eu achei errado dessa parte. Eu acho que se fosse numa conversa de gente

²³ Durante a escrita do trabalho ficamos sabendo que o jovem Lucas Lima foi assassinado depois de uma briga, com apenas 18 anos de idade, a tristeza nos toma conta como se nada mais fizesse sentido ou merecesse ser escrito e encerramos o dia de trabalho, mas lembramo-nos de que outro jovem morreu na periferia e outro e outro e outro e toda hora outro e então precisamos continuar.

²⁴ Referência à rede de fast food Mc Donald's.

grande, a gente podia chegar num acordo, colocar um lugar melhor pra gente estar fazendo esses rolês (MAGGIE, 2014).

Perceberemos uma constante no discurso dos adolescentes organizadores dos Rolezinhos em dizer dos possíveis ‘problemas’ que os encontros causaram, como bagunças e furtos. Quase todos destacam isso, mas fazem questão de dizer que esta não era a intenção dos encontros e que apenas uma minoria ia com esse intuito. Compreendem também que esses problemas poderiam ser resolvidos com o diálogo e com políticas de segurança pública que existissem para protegê-los destes desviantes e não para impedir a realização dos eventos. Na fala de Lucas evidencia-se esse questionamento do papel da autoridade policial e sua abordagem violenta. Hannah Arendt, em seu livro “Entre o Passado e o Futuro” (ARENDR, 2003), já discutia essa questão, alegando a confusão que o termo ‘autoridade` teria passado a vigorar. Ela também diz, fazendo coro com Lucas, que “a autoridade exclui a utilização de meios externos de coerção; onde a força é usada, a autoridade em si mesma fracassou”. (ARENDR, 2003, p. 129). O que Lucas clama é por uma alternativa dialógica, em uma ‘conversa de gente grande’, onde poderia ser encontrado um acordo. Essa maturidade também me faz lembrar o Professor Peter Pal Pélbart (PÉLBART, 2016) que dizia a época das ocupações das escolas em São Paulo que “enquanto as crianças se comportavam como verdadeiros políticos, os políticos conduziam-se como crianças”, percebemos, então, que enquanto os adolescentes propõe o diálogo como mediação de conflito, as autoridades propõem o confronto.

Depois disso Lucas mostra as ruas do seu bairro, Itaquera, estreitas e sem asfalto, onde se localiza o *shopping* em que eles organizaram o Rolezinho, e conclui dizendo:

E aqui a gente tá tentando crescer, né? Mas desse jeito que o pessoal tá dando multa na gente de R\$ 10.000,00 [referência a multa aplicada pela justiça aos organizadores do Rolezinho] tá difícil crescer, ser alguém na vida com uma besteira, por causa de um rolê. Eu acho que eu não pretendo nem aparecer mais por causa dessa repressão que teve junto comigo, contra mim, contra os amigos e o pessoal que tava lá no rolê. Eu acho uma besteira, acontecer isso aí com a gente se os bandidos, arrastão, esses negócio quem tá fazendo são outros

pessoal, bandido gente grande. Agora eles tão preocupado por causa da Copa, a Copa tá chegando aí e os hospital, como vai ficar? Têm várias gente aí no posto de saúde procurando remédio, querendo ser atendido, e quantos atendentes tão lá? Dois? Três? Tem gente que morre na fila e os caras tão preocupados com Rolezinho no *shopping*. Que geração é essa? Colocar a sujeira embaixo do tapete? (MAGGIE, 2014)

Figura 17: Lucas Lima, organizador do Rolezinho no *Shopping* Itaquera, faz questão de mostrar as ruas do bairro onde mora na Zona Leste de São Paulo enquanto dá entrevista (MAGGIE, 2014).



Vamos pela trilha da pergunta que Lucas nos fez: ‘que geração é essa?’ Seguimos tentando ouvir algumas vozes, em especial dos adolescentes que participaram dos Rolezinhos e a visão que têm desse processo. Na mesma reportagem, também foi ouvida a adolescente, Thifany da Silva, de 13 anos, que critica a violência policial que a impediu de participar do encontro:

Meu nome é Thifany, moro aqui na Zona Leste. Eu fui pro *shopping*, acredita? Com a minha mãe, foi nós três, daí minha amiga mandou mensagem ‘tá tendo polícia lá, que teve invasão’. Eu falei ‘mentira, eu vou lá, vou chegar lá, né’. Daí minha mãe lá, nós todo mundo arrumadinha, ela saiu do ônibus toda arrumadinha, pra chegar lá cheiro de bomba, minha mãe foi a primeira a correr (...) foi uma guerra, nem deu pra entrar no shopping, fiquei muito magoada e eu quero que volta o *shopping* pra nós ir lá passear de novo (MAGGIE, 2014).

Figura 18: Thifany da Silva dando entrevista ao canal G1 (MAGGIE, 2014).



O programa 'O Melhor do Brasil' (TV RECORD, 2015) ouviu o MC Chaveirinho (Jonathan David), um dos organizadores do Rolezinho, vamos ver um trecho do diálogo:

Repórter: O que é o Rolezinho?

Mc: O Rolezinho é assim, é um encontro de jovens, onde a gente acaba saindo pra se divertir, eu faço muito *show* pro lado do interior, às vezes eu não tenho como dar atenção pros meus fãs, e a gente acaba encostando no Rolezinho pra trocar umas ideias, fazer umas amizades, tirar umas fotos.

Repórter: No comecinho quantas pessoas iam?

Mc: Na verdade mesmo, 15. Daí do nada virou em mil, dois mil, três mil.

Repórter: Mandou mensagem a coisa se espalha, é isso?

Mc: Mensagem, *facebook*, *instagram*.

E hoje acabou sendo divulgado por pessoas que colou no nosso Rolezinho e estragou a brincadeira, depredação, brigas, assaltos e acabou estragando a cultura brasileira que é se divertir.

Repórter: Por que vocês escolheram os *shoppings*?

Mc: O *Shopping* é um lugar, um exemplo, eu sou um consumidor, como ele também é, ele também é [apontando pros colegas que estão perto], eu tenho vontade de ter um tênis. Eu vou no shopping, às vezes eu não tenho grana pra comprar, mas só de eu ir ver o tênis eu já me sinto bem, eu sei que um dia eu vou chegar lá e poder comprar. Como dizia Racionais, 'de poder comprar, o azul, o vermelho, o

balcão, o espelho, o estoque, a modelo, um dia a gente chega lá'²⁵ (TV RECORD, 2015).

MC Chaveirinho também exalta a questão das amizades e a importância do espaço de encontro. Também cita o encontro com 'fãs' que é uma noção importante que discutiremos mais à frente, como uma geração de jovens da periferia que criaram os seus próprios ídolos entre eles e outras possibilidades de eles mesmos virarem ídolos, para além do controle da indústria cultural alimentada pela grande mídia. Em outro meio de comunicação, a TV Estadão, MC Chaveirinho faz uma defesa dos Rolezinhos:

Assim, eu sou da cultura jovem, defendo o lado neutro da Cidade de São Paulo, o lado da periferia. Como a gente tá vendo aqui a gente somos de classe média baixa, só que a gente também tem o nosso divertimento, a gente tem que se interagir, a gente tem vontade de comparecer em *shoppings*. Assim, o que eu tenho a dizer do Rolezinho, é legal pô, porque o jovem tem o direito de se divertir e eu defendo o lado jovem. O lado ruim dos Rolezinhos é a falta de segurança pública pra gente. Por quê? Um Rolezinho de mil pessoas que tem duas viaturas, como que você vai cuidar de mil pessoas com praticamente quatro policiais? Por que o *shopping* é o local onde a gente, onde a gente se identifica, no que? A gente tem vontade de consumir eu tenho vontade de comer um *Mc Donalds*, tenho vontade de ir no *Habbib's*, eu tenho vontade de comprar um tênis maneiro, eu venho no shopping pra saber valores, eu acabo encontrando pessoas bonitas, pessoas de outras culturas (TV ESTADÃO, 2014).

Além das amizades, MC Chaveirinho também destaca a importância do encontro com outras culturas, além de seu desejo de consumo. Ainda aponta um importante caminho para a forma como as autoridades poderiam lidar com os Rolezinhos, oferecendo segurança pública para que os participantes possam ser protegidos. Aqui fica evidente que os organizadores do Rolezinho não consideram o que estão fazendo como algo diferente do que é o próprio *shopping* para os demais frequentadores. Eles se incluem entre os frequentadores do *shopping*, algo que a mídia vai fazer questão de diferenciar o tempo todo, tratando-os como 'gente de fora', 'gente estranha' àquele ambiente. Isso fica evidente quando o MC cobra a

²⁵ Canção 'Vida Loka (Parte II)' do grupo de RAP Racionais MC's.

presença de policiais para ‘cuidar’ deles e na visão dele, ‘quatro policiais não conseguem cuidar de mil pessoas’. Essa tensão entre inclusão e exclusão vai estar constantemente presente no debate: Os discursos sobre os participantes do Rolezinhos sempre vão tratá-los como gente de fora e os seus discursos vão dizer ‘nós somos frequentadores como vocês, estamos aqui para nos divertir e consumir, como vocês’. Ainda destaca ‘a gente tem que ter o nosso divertimento, tem que interagir’, mostrando que o lazer e a interação, o convívio no espaço comum, é um direito. A posição do MC está coerente com os direitos culturais estão previstos na Constituição Federal e foram complementados e regulamentados pela PEC 48 de 2005, que especificou princípios e um modelo de gestão para políticas culturais no país através do Sistema Nacional de Cultura. Também faz coro com o que diz a legislação nacional sobre as políticas de juventude. Quando afirma ‘eu estou do lado do jovem’, ele faz coro com a criação do Estatuto da Juventude, Lei aprovada em 2013 e que tem como princípios (Artigo 2º):

- I - promoção da autonomia e emancipação dos jovens;
- II - valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações;
- III - promoção da criatividade e da participação no desenvolvimento do País;
- IV - reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares;
- V - promoção do bem-estar, da experimentação e do desenvolvimento integral do jovem;
- VI - respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva da juventude;
- VII - promoção da vida segura, da cultura da paz, da solidariedade e da não discriminação; e
- VIII - valorização do diálogo e convívio do jovem com as demais gerações (BRASIL, 2013).

Figura 19: MC Chaveirinho em entrevista à TV Estadão.



Vamos ouvir mais os adolescentes. O *MC Doug Kamikaze* (funkeiro e promotor de Rolezinhos) enaltece a importância do espaço de encontro de pessoas que só se conhecem virtualmente, nos ajudando a pensar na resistência dos jovens a resumirem suas relações à mediação da internet. A reportagem da *Veja SP* ouviu o adolescente:

A intenção do Rolezinho é todo mundo se encontrar para ficar trocando ideia, trocando foto, trocando número de telefone. Não é zoeira, não é arrastão que você vai pra causar, o baguiu é paz, harmonia. Tem gente que é amigo no facebook, quatro, cinco anos e não se vê, daí é uma forma de todo mundo se encontrar (OGASAWARA & MUNIZ, 2014).

Figura 20: MC Doug Kamikaze em entrevista à Veja (OGASAWARA & MUNIZ, 2014).



O jovem também apresenta Sapopemba, bairro onde, segundo ele reside todo mundo, 'a molecada, meu empresário, eu'. E diz que as áreas de lazer do bairro são o 'campinho que todo mundo joga bola' e o *Shopping Aricanduva*, o mais perto de lá.

Figura 21: MC Doug Kamikaze apresenta o bairro onde vive. (OGASAWARA & MUNIZ, 2014)



Agora vamos conversar com a jovem Adrielly Navas (*Promoter de Rolezinho*), que explica, por meio da mesma reportagem, porque decidiu organizar os encontros:

‘Aaa’, eu moro aqui no Santa Terezinha, é um bairro bem conhecido como um ponto de drogas, assim. Fico o dia inteiro no computador. A gente queria criar um evento para conhecer bastante pessoas novas, a gente fez, daí tiraram do ar, mas compareceu bastante pessoas, em volta de umas 200 pessoas no último Rolezinho (OGASAWARA & MUNIZ, 2014).

Outra recorrência nos depoimentos está no uso das redes sociais da *internet* para a articulação dos encontros, assim como um espaço importante (e limitado) para construção de novas amizades. Percebe-se que os encontros presenciais são uma extensão das relações construídas na *internet* e vice-versa, pois esses dois espaços se complementam, se retroalimentam. Alguns dos garotos e garotas foram se tornando pessoas conhecidas nas redes sociais e isso foi produzindo o desejo do encontro para que se conhecessem pessoalmente. Sobre isso, o programa Fantástico, da Rede Globo fez uma reportagem, onde o narrador explica:

Eles estão de férias: Juan faz a sobancelha toda semana, os passos de Yasmin são acompanhados todos os dias por 84 mil pessoas, Renatinho não sabe ainda se quer ser cientista ou MC (...) Você não conhece nenhum deles, mas eles são famosos, ou melhor, como eles dizem: famosinhos (GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A., 2014-b).

A reportagem segue ouvindo estes personagens e contando nuances da vida deles e de suas famílias, reconhecemos o esforço da reportagem em tratar com naturalidade o tema e valorizar a posição dos jovens e de suas famílias. Mesmo assim, neste primeiro trecho já nos faz perguntar quem é o ‘vocês’ que ‘não conhece nenhum deles’? Se a própria reportagem está destacando que muita gente os conhece, que têm suas vidas acompanhadas por mais gente do que muitos dos atores e cantores da televisão, quem são os ‘vocês’ que não os conhece? Com quem a reportagem está falando? Não é com todo mundo.

A reportagem segue com Renatinho cantando um *Funk*: ‘Antes de julgar uma pessoa pense duas vezes, você não sabe o que passa na vida dele’. Juan conta dos seguidores que têm na *internet* e mostra os presentes que ganha das fãs. O repórter explica que ele começou a ser seguido pelos vídeos que faz dele mesmo dançando e divulga na internet, diz também que pretende ser MC. Sobre Yasmin fala que ela não canta e tem vergonha de dançar e cantar, mas o seu perfil é seguido por 84 mil pessoas. Ela diz: ‘Tenho 84 mil seguidores, 4.500 amigos, vou adicionando, porque é bom ter bastante amigo (...) nunca foi a minha intenção ser famosa na internet e ser reconhecida na rua, mas aconteceu’. Renatinho mostra os presentes que recebe de algumas das suas 16 mil fãs. A reportagem mostra os cuidados dos adolescentes com a aparência, os cuidados com os cortes de cabelos e roupas que usam, como uma forma de atraírem mais seguidores.

Então contam a história das famílias. Sobre Juan o narrador diz: “Faz cerca de cinco anos que os pais de Juan abriram um negócio próprio, uma loja de materiais de construção, quando não tá no colégio, Juan trabalha lá como vendedor, ele compra tudo com seu salário de cerca de R\$ 1.000 reais”. A mãe de Juan, Cintia Mesquita, diz à reportagem: “Ele não precisa ajudar em casa, então ele não precisa guardar dinheiro para isso, então ele quer se vestir bem, ter as fãs dele, então deixa ele gastar o dinheiro com as coisas que ele quer”. O pai complementa: “Aparência é tudo hoje em dia, é um destaque”.

O narrador então anuncia a escuta da família de Renatinho: “De vez em quando Renatinho faz uns bicos de cobrador de lotação, mas é o pai quem faz de tudo para ele ficar na moda”. “Como você se sente quando compra uma roupa de marca pro seu filho?”, pergunta o repórter ao pai, que responde: “Eu me sinto super orgulhoso de mim mesmo, super orgulhoso, eu batalho pra dar as coisas pra ele, eu batalho, eu tenho que suar pra comprar, a única coisa que eu peço pra ele é o quê? Estudar, ser bem educado com o pessoal, aqui em casa e na rua, só isso que eu peço”.

O narrador cria uma explicação para a situação:

“Estas famílias melhoraram muito de vida na última década, são pais que agora podem dar o melhor para seus filhos, e dão. O consumo aumentou e o número de shoppings também, em 2000 eram 280

shoppings no Brasil, hoje [2014] são 495, a juventude que despertou para o consumo, encontrou no shopping seu templo”.

Repórter: Renatinho, o Shopping é o lugar que você mais gosta de ir?

Renatinho: É, dia de sábado assim de tarde eu gosto bastante.

Narrador: Eles sempre frequentaram o shopping e daí quando ficaram ‘famosinhos’ começaram a convidar suas fãs.

Juan: Depois que a gente ficou conhecido, a gente falou: vamos fazer encontro de fãs, porque muitas fãs moram longe, não tem oportunidade de vir aqui conhecer a gente, tirar a foto. A gente simplesmente postou ‘encontro de fãs’ no shopping Ibirapuera tal dia, daí elas estavam lá, umas 50 no primeiro.

Narrador: Juan e muitos outros famosos da *internet* fazem esses encontros, só que todo mundo queria participar.

Juan: Muitas pessoas não gostam desse encontro de fãs, falam que a gente não é famoso e daí lançaram o Rolezinho.

Narrador: O Rolezinho era como uma festa, com convite aberto na *internet*.

Renatinho: Aí lá tava escrito lá na descrição: para fazer amizades novas, conhecer umas meninas, pra tirar umas fotos.

Narrador: Sete de dezembro [de 2013], Shopping Itaquera, na Zona Leste de São Paulo, apareceram seis mil pessoas para o primeiro Rolezinho. Funcionários e clientes assustados se trancaram nas lojas. Muita correria, ninguém sabia direito o que estava acontecendo. O *Shopping* fica bem ao lado da estação de metrô e lá a polícia militar entrou com motos para tentar conter o tumulto.

Juan: Foi gente que ia só na intenção de roubar, gente com intenção de tirar foto, gente de todo tipo lá, foi o *shopping* mais lotado que eu fui, tinha muita gente.

Narrador: Nem Renato, nem Juan, nem Yasmim participaram dos últimos Rolezinhos, os pais não deixaram.

Pai de Renatinho: Tem um ou outro que sempre aproveita pra fazer uma bagunça e acaba sobrando pra quem não tem nada a ver, entendeu?

Yasmim: A gente tá aqui pra se conhecer pra trocar uma ideia pra tirar umas fotos e não, tem um que vem pra se aproveitar disso, eu acho isso ridículo, de verdade.

Narrador: Enquanto isso eles continuam de férias, cheios de tempo livre pra ter ideias novas:

Renatinho com um amigo não identificado cantando Funk com a letra: “Não somos bandidos nem menor infrator, somos apenas a praga que o sistema criou” (GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A., 2014-b).

Não queremos precisar uma origem única dos Rolezinhos, já que este varia dependendo do lugar onde aconteceu ou organizador envolvido, mas ele com certeza guarda alguma relação com estes ‘encontros de fãs’, como demonstrado nesta reportagem. Podemos perceber que os adolescentes criaram, via rede social, uma forma de se tornarem ‘famosos’, ou seja, pessoas conhecidas. Expõe alguma

habilidade, normalmente ligada ao canto ou à dança, que os fazem ser acompanhadas por diversas outras pessoas por todo o país. Nada disso é novo, já que há diversos meios de comunicação voltados a enaltecer personalidades: programas de TV sobre a vida de pessoas famosas, revistas e outros meios. Há repórteres especializados em elaborar matérias sobre a vida destas pessoas, acompanhando-as em todo lugar que vão, expondo o que fazem, como vivem, o que pensam, retroalimentando um sistema de fãs e ídolos e, claro, todo um mercado por trás disso. A diferença aqui é que estes adolescentes romperam com os veículos que antes possuíam certo monopólio na produção destas 'celebridades'. Eles conseguiram, sem aparecer nos principais canais de televisão ou revistas, se tornarem famosos. Talvez isso explique a fala do repórter no início desta reportagem elaborada pelo maior canal de comunicação do país, quando diz com toda certeza 'você não conhece nenhum deles', o 'você' aqui, é quem está acostumado a acompanhar (e se tornar fã) as celebridades escolhidas pelo canal de televisão. 'Estes famosos' que a reportagem vai mostrar, não estão neste circuito, não foram criados por este mecanismo antes hegemônico nesta técnica. Houve um rompimento deste cerco, algo novo: eles agora são famosos e não dependem dos maiores canais de comunicação do país para isso.

Estes 'ídolos' desejam encontrar seus (suas) fãs e marcam encontros para isso. Entretanto, como relatam os meninos e meninas, acabou acontecendo uma espécie de 'ciúmes'. Uns queriam participar do encontro dos outros e então a coisa foi se diluindo e ganhando um sentido mais amplo: o encontro de pessoas que se conhecem e se 'curtem' pela internet, o Rolezinho.

Figuras 22, 23 e 24: Fotos de Juan, Yasmin e Renatinho exibidas na reportagem do Fantástico (GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A., 2014-b).



Importante destacar, que a mídia altera os tons escolhidos para tratar dos temas. Pode-se observar que ela por vezes captura as interpretações sobre os Rolezinhos, primeiro definindo-os como um projeto político reivindicatório, depois abandonando esta estratégia e passando a caracterizá-los como encontros para diversão. O Professor da UNIFESP, Alexandre Barbosa Pereira²⁶, destacou isso em seu artigo “Rolezinhos no Shopping: aproximação etnográfica e política”:

Após toda a controvérsia da criminalização dos rolezinhos ter ganhando contornos de debate público mais amplo no país inteiro, inclusive com mobilizações de protestos contra a repressão e a discriminação nos *shoppings*, a grande mídia mudou sua postura e passou a abandonar o enfoque condenatório para tentar principalmente provar que não se tratava de um ato político protagonizado por jovens da periferia, mas apenas de um encontro para se divertir (PEREIRA, 2014).

Não estamos dizendo que o encontro não fosse realmente para se divertir, mas estamos registrando a mudança de postura da mídia de uma forma geral, que primeiro criminalizou os Rolezinhos e depois passou a tratá-los como um evento de lazer. Parece-nos, assim como ao Professor Alexandre, que houve uma mudança de estratégia, evitando que ganhassem proporções maiores do que tinham e um caráter reivindicatório mais explícito, algo que aconteceu nas manifestações de Junho de

²⁶ Professor da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, Campus Baixada Santista, Mestre (2005) e Doutor (2010) em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo - USP.

2013, onde a condenação da mídia e forte repressão policial gerou uma ampliação muito forte do movimento.

3.2 Reações da Polícia aos Rolezinhos

Vamos ouvir mais alguns adolescentes organizadores dos Rolezinhos. A adolescente Adrielly Navas (Drika), em reportagem elaborada pela Veja SP, da Rede Globo, relata uma abordagem feita por um policial durante um dos encontros:

Até perguntaram, até o policial lá perguntou:

- Você que é a tal da Drika?

Eu falei assim:

- Sou

- Você que é uma das organizadoras?

- Sim

- Você já tirou seu evento do ar?

- Não. Por quê? Você vai tirar?

Aí ele:

- Não. Seus responsáveis vão ser convocados na delegacia.

Aí eu:

- Tá bom, não posso fazer nada.

(OGASAWARA & MUNIZ, 2014).

Figura 25: Adrielly Navas em entrevista à Veja SP (OGASAWARA & MUNIZ, 2014).



Mais um jovem, desta vez não identificado, foi ouvido por essa reportagem: “Eu vim com os meus amigos pra curtir, conhecer amigos, os policial exagerou e eu tomei até explosivo, tomei um tapa aqui ó”. Outra jovem, Stheffanny de Sousa Aparecido, estava ofegante na hora da entrevista, havia acabado de fugir da polícia e disse: “Tudo assim, daí começaram a correr, nego machucou idoso, criança, tudo assim, e não tem condições, porque você vem pro shopping pra tirar um lazer assim, fazer umas compras e acaba acontecendo isso”.

Figura 26: Stheffanny de Sousa Aparecido – ofegante entrevista (OGASAWARA & MUNIZ, 2014).



Vamos dialogar um pouco mais com o material produzido por essa reportagem e que nos traz boas pistas sobre o que estamos investigando e nos ajuda a compreender melhor o depoimento destes jovens. O início dela é com cenas da repressão policial aos jovens que participavam do Rolezinho. Duas cenas em especial merecem destaque. Aos sons de gritos dos jovens e bombas estourando os jovens são conduzidos para fora do shopping, mas não sem antes serem apertados pelo pescoço pelos policiais:

Figura 27: Revista feita por policiais com adolescentes do Rolezinho (OGASAWARA & MUNIZ, 2014).



Outra cena é a correria dos jovens para fugir das bombas, cena que compôs a abertura da reportagem feita para a internet:

Figura 28: Correria depois da ação policial em Rolezinho (OGASAWARA & MUNIZ, 2014).



A Revista Carta Capital, registrou depoimento de um adolescente, após a repressão policial no Shopping Campo Limpo: “Indo em direção ao metrô, um menino lamentou com o amigo: ‘só gastei tempo e dinheiro. Deveria ter ficado em

casa. Não deu nem pra tirar um lazer” (SILVA, 2014). Outro adolescente disse ao repórter: “Quero é diversão, fotos, risadas, tumultuar, ninguém aqui, quer roubar não”. Estes depoimentos registram a decepção dos adolescentes com a repressão policial, mostrando que a intenção inicial não era gerar o confronto que foi gerado, nem cometer atos ilícitos. Nos depoimentos percebe-se o caráter social dos encontros, ou seja, a intenção dos adolescentes é estabelecer vínculos e contatos sociais com pessoas que antes só se relacionavam virtualmente. A repressão policial, dizem os meninos, desvirtua o propósito inicial dos encontros e afasta as pessoas que eles gostariam que estivessem ali. Dessa forma, logo se torna necessário aperfeiçoar as estratégias para fugir desta repressão. O repórter registra uma destas tentativas: “No entanto, por conta do ‘fracasso deste sábado’, alguns já estão pensando em mudar a estratégia: ‘o esquema eh excluir esse grupo se n vai dar errado igual o 2º, so a gente ficar combinando pelo chat mesmo e um ir espalhando pro outro , pq se n vai cair na boca das policia de novo e vao fechar tudo de novo *-* acho q e a melhor coisa a fazer’ (SILVA, 2014).

O Professor Alexandre Barbosa Pereira, da UNIFESP, esteve presente em diversos Rolezinhos e em entrevista à TV Gazeta, explicitou sua posição sobre estes confrontos entre os adolescentes e a polícia. A repórter Maria Lydia, o questionou, vamos acompanhar o diálogo:

Maria Lydia: Agora Professor, parece que existe assim uma perplexidade, um susto em relação a esse movimento. Os próprios comerciantes, os lojistas, o que eles fazem quando começa é baixar as portas, eles temem que haja invasão e arrastão. Entretanto, não foi configurado arrastão. Entretanto, a polícia parece não estar sabendo lidar com isso, usando bala de borracha, recursos de repressão, como se fosse ato de violência. O senhor vê configurado ato de violência?

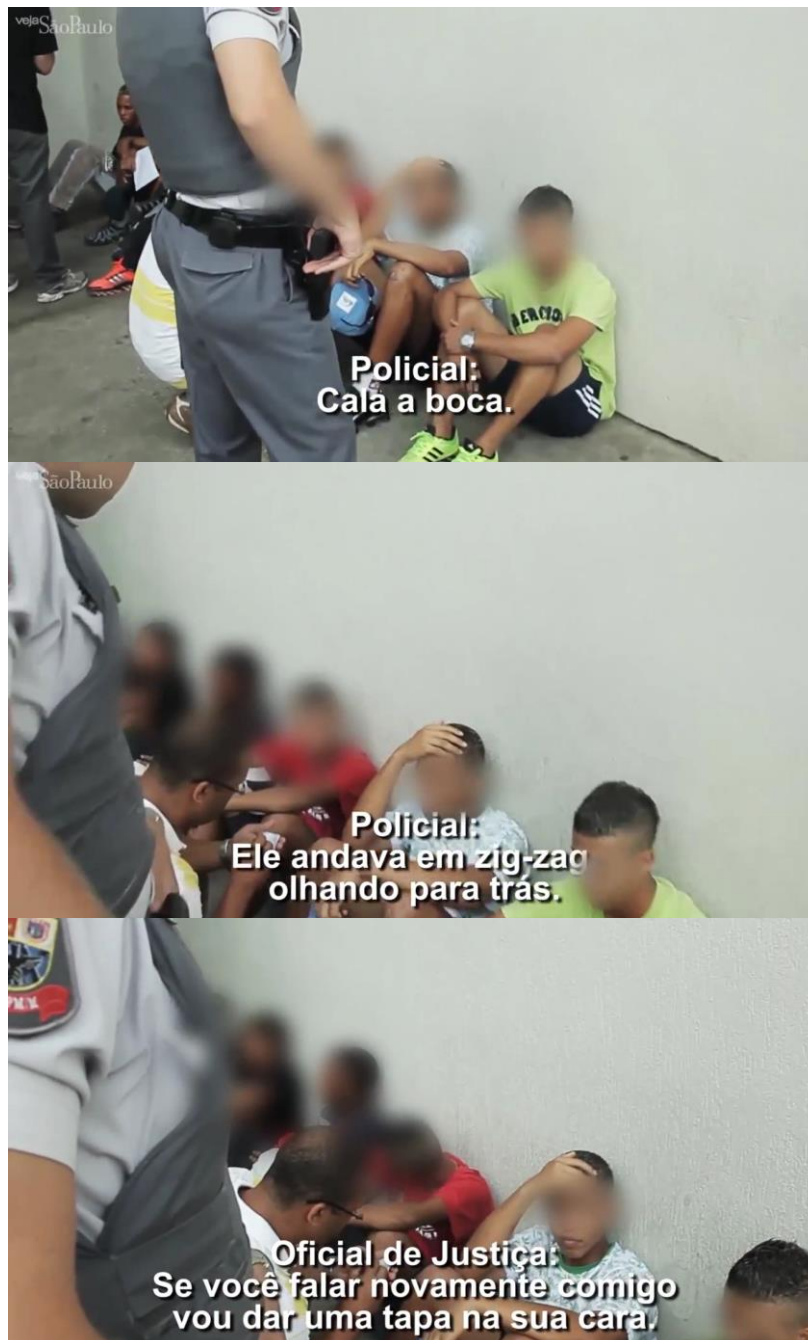
Professor Alexandre: Olha, a violência principal que eu observei em foco é a violência que começou com a repressão policial. Todas essas cenas que a gente vê de correria, de tumulto, todas elas, nas duas vezes que eu fui observar estes eventos aconteceram após a repressão policial, a perseguição a esses meninos. E me parece que, não só essa perseguição, essa repressão policial, mas é justamente esse rótulo que foi dado pela grande mídia, ou por determinados segmentos, de arrastão. O que quer dizer isso? Acho que a gente tem que refletir. Quando a gente pensa que o encontro de jovens pobres, negros e pardos, em sua maioria da periferia num shopping é rotulado de antemão de arrastão, um encontro que em um primeiro encontro no

shopping Itaquera dizia reunir 6.000 pessoas, o que se está dizendo? Está dizendo que esses jovens são todos bandidos e estavam lá para roubar. Ou seja, está se estigmatizando esses jovens, me parece que esse é o problema, esse intenso preconceito que a gente tem de raça e classe, a intensa dificuldade que há no nosso país em lidar com a juventude, e daí a gente pode pensar não só a juventude pobre, mas a juventude da classe média. A grande diferença é, qual a distinção? Ao jovem pobre o grande limite de autoridade e de educação é dado pela polícia (TV GAZETA, 2014).

A escritora, repórter e documentarista Eliane Brum, também trata da questão da segregação em artigo publicado no sítio El País sob o título de ***Os novos “Vândalos” do Brasil***, segundo ela: “O Natal de 2013 ficará marcado como aquele em que o Brasil tratou garotos pobres, a maioria deles negros, como bandidos, por terem ousado se divertir nos shoppings onde a classe média faz as compras de fim de ano” (BRUM, 2013).

Voltemos a reportagem da Veja SP (OGASAWARA & MUNIZ, 2014) que registrou a atuação da polícia em um dos Rolezinhos e discute essa criminalização dos encontros de jovens. A reportagem ouve os adolescentes que já citamos, organizadores dos Rolezinhos e também ouve especialistas. Gabriel Medina, Coordenador de Juventude da Prefeitura de São Paulo diz que os encontros já vinham acontecendo, mas nas periferias da cidade e que o evento ganha essa repercussão quando passa a ocupar os *shoppings centers* e incomodar ‘cidadãos considerados de bem’, ironiza o coordenador. O Coordenador de Direitos Humanos da OAB, Martim de Almeida Sampaio destaca que a leitura que o shopping fez da medida judicial era de que a equipe de segurança poderia escolher o A ou o B para ingressar dentro do shopping, além de promover revistas em alguns dos ingressantes. Também questiona agressão e ameaças contra menores. Para o advogado, ambas as medidas são ilegais. Gabriel Medina destaca que essas medidas são uma afronta a direitos fundamentais. A reportagem filma então uma abordagem da polícia e oficial de justiça a um grupo de garotos do Rolezinho. Registramos a cena em três quadros:

Figura 29: 'Diálogo' entre Policiais e adolescentes apreendidos em Rolezinho (OGASAWARA & MUNIZ, 2014).



Então, a reportagem faz uma comparação que para nós é muito eficaz do tratamento recebido pelos jovens do Rolezinho. Ele relata um evento anual, organizado no *shopping* Eldorado pelos estudantes da USP onde milhares de jovens

se reúnem e entoam cantos relativos a universidade. A imagem abaixo é de um destes eventos e as informações são da reportagem:

Figura 30: “Rolezinho” de estudantes da USP no Shopping Eldorado (OGASAWARA & MUNIZ, 2014).



Logo em seguida um casal que está sentado na praça de alimentação do *shopping* é entrevistado e conta que participaram dois ou três anos do evento e que nunca viram os seguranças falarem nada, dizem que eles ficam em volta olhando, mas não dizem nada. O casal acha que há preconceito contra os *funkeiros* e os jovens com este estilo. O jovem Jefferson Silva, MC Jota L., um dos organizadores do Rolezinho em Guarulhos, já tinha nos dito algo parecido, expondo essa contradição na sua entrevista:

O preconceito é esse. Se eu convidasse um monte de gente rica para ir ao shopping, você acha que iam entrar com polícia tirando todo mundo para fora? O dono do shopping seria capaz de me procurar para chamar mais gente. Porque dá lucro (OGASAWARA & MUNIZ, 2014).

A reportagem da Veja SP é finalizada com o depoimento do representante da Comissão de Direitos Humanos da OAB dizendo: “O recado que a sociedade manda

para esses indivíduos, através do poder executivo, através do poder judiciário, através do *shopping Center*, através de todo esse universo simbólico que está presente é ‘vocês não são bem-vindos, aqui é a morada dos ricos’”. E Gabriel Medina, coordenador de juventude diz: “Eu não quero criminalizar esses jovens, eles estão reproduzindo um modelo social que na verdade existe dos mais ricos. É esse padrão de consumo que nós temos que questionar, nós não podemos criminalizar a juventude.”.

3.3 Reações do Poder Judiciário aos Rolezinhos

O poder judiciário foi acionado através de liminares elaboradas pelos *Shoppings Center*, pedindo que o evento fosse impedido de acontecer. Esta ação mobilizou um debate sobre o direito às liberdades individuais e as motivações que as diminuem. Segundo a Defensoria Pública do Estado de São Paulo²⁷, foram 27 pedidos de liminares sobre isto até abril de 2015, conforme estudo:

Fizemos um primeiro levantamento de dados na base virtual do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo de acórdãos (decisões de 2º grau) que utilizassem, em seu teor, o termo Rolezinho. Como resultado, foram encontrados 22 acórdãos, dentre os quais 20 apresentaram alguma empresa administradora de Shopping Centers em um dos polos da ação processual (SEVERI & FRIZZARIM, 2015).

Os juízes divergiram sobre o assunto, assim como os diversos juristas que apareceram para este debate. Vamos tentar mapear um pouco como foram essas discussões²⁸.

Analisamos algumas decisões judiciais, listadas no quadro que se segue:

²⁷ Relatório completo intitulado “Dossiê Rolezinhos: Shopping Centers e violação de Direitos Humanos no estado de São Paulo”, elaborado pelo o Núcleo de Assessoria Jurídica Popular de Ribeirão Preto (NAJURP) - Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Disponível em <http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Repositorio/33/Documentos/Dossi%C3%AA-Rolezinhos.pdf>, acessado em 26/12/2016.

²⁸ O estudo feito pela Defensoria Pública e citado por nós fez outros balanços, esta tabela é dos processos que analisamos.

Data e Local	Requerente	Requerido	Deferido	Indeferido
São Paulo, 13 de Dezembro de 2013.	CONSÓRCIO SHOPPING METRO ITAQUERA	ROLEZINHO NO SHOPPING e outros ROLEZINHO NO SHOPPING, ESPECIAL DE NATAAAAAAAL \$\$ (ENCONTRO DOS SOLTEIROS (AS) e ENCONTRO DE FÃS DE EVANDRO FARIAS E TALITINHA NEVES (FAMOSA DONA BENTA)	X	
São José dos Campos, 19 de Dezembro de 2013	FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO - FII ANCAR IC e outros	movimento "SEXTA NO CENTERVALE" e outros		X
São Paulo, 09 de janeiro de 2014	WTorre Iguatemi Empreendimentos Imobiliários S/A	Movimento "ROLEZAUM NO SHOPPIM" e outro	X	
Campinas, 09 de Janeiro de 2014	Condomínio Civil do Shopping Center Iguatemi Campinas	Movimento ROLEZINHO NO SHOPPING IGUATEMI e outros		X
São Paulo, 10 de janeiro de 2014.	CONSÓRCIO SHOPPING METRO ITAQUERA	Movimento "Rolezinho SHOPPING RETORNO ![[OFICIAL]]" Movimento "Rolezinho SHOPPING paRt. 3 !" LUCAS LIMA ANTONIO FERREIRA ANDERSON KORINGÃO	X	
São Paulo, 10 de Janeiro de 2014	CAMPO LIMPO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA	MOVIMENTO ROLEZINHO NO SHOPPING CAMPO LIMPO II	X	
Franca, 29 de Janeiro de 2015	CONDOMÍNIO FRANCA SHOPPING CENTER	AGLOMERADO DE JOVENS INVASORES	X	

Como se pode perceber no conjunto da amostra recolhida há mais deferimentos do que indeferimentos, ou seja, há mais liminares dando razão aos *shopping centers* de proibir os Rolezinhos do que liminares impedindo a proibição. Também percebemos que a parte citada, ou seja, quem figuraria como réu na ação são 'sujeitos coletivos genéricos'²⁹, o que para a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, gerou 'o baixíssimo número de citações cumpridas no âmbito destes processos' evidenciando que 'as decisões liminares são tomadas sem que seja possível, de fato, que os juízes ouçam os jovens'.

Sobre o resultado dos deferimentos e indeferimentos, a Defensoria Pública constatou que:

²⁹ Termo retirado do dossiê rolezinho, elaborado pela defensoria, página 08.

Das 13 decisões dos Interditos Proibitórios de 1º grau, 5 foram desfavoráveis aos pedidos dos Shoppings e 8 foram favoráveis. Ou seja, em 38,5% dos casos, a Justiça Estadual indeferiu o pedido de liminar feito pelos Shoppings para que eles pudessem proibir o acesso dos jovens aos estabelecimentos. Vale destacar, porém, que em 3 destes casos, apesar do indeferimento do pedido, a Justiça expediu ofício à Polícia Militar como forma de garantir a segurança no local (SEVERI & FRIZZARIM, 2015).

Quando o estudo avaliou as decisões em 2ª instância, constatou que nenhuma das ações foi favorável aos *shoppings centers*:

Quando analisamos as decisões dos Interditos Proibitórios de 2º grau (10 acórdãos), o percentual de ocorrências desfavoráveis aos pedidos dos Shoppings é de quase 100%. Dos 10 acórdãos encontrados, 9 são desfavoráveis aos pedidos dos Shoppings e 1 deles tem como objeto principal a discussão sobre o valor da causa e não o conteúdo dos pedidos principais da ação. Ou seja, não encontramos nenhuma decisão favorável aos pedidos dos Shopping Centers no Tribunal de Justiça de São Paulo, envolvendo ações de Interdito Proibitório contra grupos de jovens em decorrência das práticas de rolezinhos (SEVERI & FRIZZARIM, 2015).

Por fim, o estudo aponta uma mudança de estratégia dos *shoppings*, devido às derrotas judiciais sofridas:

Talvez em razão dos sucessivos fracassos judiciais dos Shoppings ao utilizarem a via dos Interditos Proibitórios para conseguirem proibir os rolezinhos, em Ribeirão Preto os representantes de dois Shopping Centers buscaram seguir um caminho diferente. Ao invés de uma ação judicial do tipo Interdito Proibitório, eles encaminharam uma representação ao Ministério Público de São Paulo solicitando que a proibição fosse realizada a fim de se garantir a proteção integral dos jovens que frequentam os estabelecimentos. De réus, os jovens passaram a figurar como possíveis vítimas de seus próprios atos de “algazarra” nos Shoppings (SEVERI & FRIZZARIM, 2015).

Essa medida chegou a ter efeito em alguns lugares onde passou a ser proibida a entrada de adolescentes desacompanhados dos pais, sendo aplicada por

decisão judicial em alguns lugares e copiada em outros, como em Rio Claro, onde chegou a ser proibida a entrada de adolescentes sem a presença dos pais, mesmo sem medidas judiciais.

Vamos tentar analisar quais são os argumentos principais utilizados pelos juízes em ambas as posições.

Primeiro faz-se necessário esclarecer que todas as ações movidas pelos *Shoppings Center* ou seus administradores foram baseadas na noção de interdito proibitório, que segundo o novo código de defesa civil (Capítulo III – Das ações Possessórias, Seção III - do Interdito Proibitório), consiste em:

Art. 567. O possuidor direto ou indireto que tenha justo receio de ser molestado na posse poderá requerer ao juiz que o segure da turbação ou esbulho iminente, mediante mandado proibitório em que se comine ao réu determinada pena pecuniária caso transgrida o preceito (BRASIL, 2015)³⁰.

A título de esclarecimento antes de prosseguirmos:

Esbulho: É a retirada forçada do bem de seu legítimo possuidor, que pode se dar violenta ou clandestinamente. Neste caso, o possuidor esbulhado tem o direito de ter a posse de seu bem restituída utilizando-se, para tanto, de sua própria força, desde que os atos de defesa não transcendam o indispensável à restituição. O possuidor também poderá valer-se da ação de reintegração de posse para ter seu bem restituído (GONÇALVES, 2007).

Turbação: É a conduta que impede ou atenta contra o exercício da posse por seu legítimo possuidor, podendo ser positiva, quando o agente de fato invade o imóvel e o ocupa, não importando se de forma parcial ou total, ou negativa, quando o agente impede que o real possuidor se utilize de seu bem como, por exemplo, fazendo construções no local (GUIMARÃES, 2004).

³⁰ Artigo 567 do Código de Processo Civil (https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm). Esta lei é de 2015, sendo que para algumas as decisões analisadas, expedidas em 2013 e 2014 foi utilizado o código civil de 1973, lei que vigorava à época. Comparamos as duas leis e concluímos que não houve qualquer mudança neste aspecto da lei, sendo o artigo 932 do antigo Código copiado nos mesmos termos para o artigo 567 do novo Código, de forma que isso em anda altera nossa análise.

Portanto, as ações movidas pelos *shoppings centers* tem motivação da defesa da posse e este tipo de ação ‘interdito proibitório’, que tem caráter preventivo, visa impedir que o detentor legítimo da posse de um bem sofra a perda dessa posse, devendo então só ser lançada mão quando há a ameaça iminente da perda desta posse. Concluímos que os juízes que deferiram as liminares compreenderam haver este risco. O estudo já citado aqui anteriormente, elaborado pela defensoria pública, concluiu que:

Interessante ressaltar que não encontramos nenhum acórdão referente a processos judiciais envolvendo lojistas, pessoas físicas ou jurídicas com pedidos de algum tipo de reparação (danos patrimoniais ou morais) decorrente de atos praticados por jovens, crianças ou adolescentes no contexto dos rolezinhos. Pelo contrário, em meio a tal amostra, o único caso de processo com pedido de reparação de danos (morais) indicava como autor no processo um adolescente e, como réu, um Shopping Center (SEVERI & FRIZZARIM, 2015).

Então vamos ler argumentos para deferimento dos pedidos de interdito proibitório, ou seja, os juízes que compreenderam que os Rolezinhos não poderiam acontecer. O primeiro caso foi o do *Shopping Itaquera*³¹, onde aconteceu o primeiro dos encontros e de ampla repercussão, reunindo milhares de pessoas. A decisão do Juiz é de 13 de dezembro de 2013, diz a liminar:

Segundo relato da petição inicial, o autor exerce a posse sobre empreendimento comercial do ramo Shopping Center, ao passo que os réus são grupos sem personalidade jurídica constituída, cujos participantes são de difícil identificação, que organizam manifestações em locais públicos e privados, conclamando diversos indivíduos por meio das redes sociais de computadores (SÃO PAULO, 2013-a).

O primeiro aspecto a se notar é a dificuldade dos Juízes em compreender quem são as pessoas que convocam os eventos. Para um enquadramento jurídico da questão, foi necessário que fossem determinados ‘organizadores’ do evento, o que não era exatamente a proposta do que estava acontecendo. Sem isso, não

³¹ Nome Jurídico: CONSÓRCIO SHOPPING METRO ITAQUERA.

poderia haver responsabilização jurídica de alguém. Nesse caso, a ação é contra, “ROLEZINHO NO SHOPPING, ESPECIAL DE NATAAAAAAAL \$\$ (ENCONTRO DOS SOLTEIROS (AS) e ENCONTRO DE FÃS DE EVANDRO FARIAS E TALITINHA NEVES (FAMOSA DONA BENTA)”. Esse era o nome do evento marcado pela internet, mostrando a ingenuidade dos organizadores e o caráter informal, de encontro de amigos que o evento tinha.

A liminar segue, dizendo que o Rolezinho estaria infringindo a Constituição Federal por violar o Inciso XVI do artigo 5º:

Ora, o direito constitucional de reunião não pode servir de subterfúgio para a prática de atos de vandalismo e algazarra em espaços públicos e privados, colocando em risco a incolumidade dos frequentadores do local e a propriedade privada. Ademais, a própria Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso XVI³², prevê a natureza pacífica do direito de reunião e a exigência de prévio aviso à autoridade competente, o que não se vislumbra no presente caso (SÃO PAULO, 2013-a).

Então, segundo essa decisão o evento teria um caráter não pacífico, além de não comunicar previamente autoridade local. A liminar é concluída com o deferimento e estabelecimento de multa de R\$ 5.000,00 aos participantes:

Ante o exposto, DEFIRO A MEDIDA LIMINAR, nos termos do artigo 932, do Código de Processo Civil, determinando a expedição de mandado proibitório a fim de que os réus, seus representantes ou indivíduos a serem identificados no momento do cumprimento, se abstenham de praticar atos: a) que impliquem ameaça à segurança dos frequentadores e funcionários do Shopping Center, assim como de seu patrimônio, tais como tumultos, algazarras, correrias, arrastões, delitos, brigas, rixas, utilização de equipamentos de som em altos volumes, vandalismo, etc.; b) que interfiram no funcionamento regular do Shopping Center e que fujam dos parâmetros razoáveis de urbanidade e civilidade; c) manifestações, de qualquer ordem, dentro do Shopping, ilegais ou ofensivas aos presentes no local, sob pena de

³² Artigo 5º. Inciso XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente (BRASIL, 1988).

multa diária no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), caso descumpram o preceito (SÃO PAULO, 2013-a).

As três ações que os réus devem abster-se de praticar pela determinação do juiz, demonstram a visão que este possui do encontro. A primeira trata de ameaças aos frequentadores e funcionários do *shopping*. A segunda, e que nos chama mais atenção, diz de ações que fujam dos padrões de urbanidade e civilidade, que são conceitos interessantes para a discussão desse nosso trabalho, sobre o viver na cidade, ou seja, exatamente sobre esses padrões de urbanidade e civilidade e como se constroem as noções que perpassam a definição destes conceitos. O terceiro item proíbe manifestações ilegais ou ofensivas.

Ainda em 2013, uma segunda liminar sobre o assunto foi expedida em São José dos Campos. A liminar foi requerida pelos administradores do Shopping Centervale³³, contra o “movimento ‘SEXTA NO CENTERVALE’ e outros”. Esta decisão contrariou a primeira, expedida em São Paulo, com o argumento de que “não se pode atribuir ao Poder Judiciário, quer na pessoa do juiz, quer no do oficial de justiça, a função de agir, preventivamente, na manutenção da ordem pública, diante de possíveis conflitos de natureza coletiva”. Diz ainda que:

Entretanto, a realidade fática descrita na inicial exige uma atuação jurisdicional a priori para, posteriormente, ***após a identificação dos possíveis agentes de práticas ilícitas, iniciar-se, de acordo com o procedimento legal vigente, a análise da pretensão deduzida na inicial***, no tocante ao interdito proibitório. Ordenamento jurídico-constitucional, nada obstante estabeleça que é dever do Estado a segurança pública, estabelece nitidamente a diferença entre as funções estatais --- o que poderíamos chamar aqui de função “Estado-Segurança”, em oposição à função de “Estado-Juiz”. (SÃO PAULO, 2013-b, ***grifo nosso***).

O Juízo estabelece, portanto, a questão como sendo de segurança pública e não uma questão judicial, já que não há um crime cometido e nem a expectativa de

³³ Nome jurídico: FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO - FII ANCAR IC.

que seja cometido já que as chamadas para o evento não tem o intuito de promover os ilícitos citados pelo *Shopping*. E finaliza, convocando a Polícia Militar para que faça atribuição da segurança pública no local, preservando os direitos de todos, inclusive dos participantes do Rolezinho:

Dessa sorte, DEFERE-SE PARCIALMENTE a liminar requerida para o fim de OFICIAR AO COMANDANTE DA POLÍCIA MILITAR LOCAL, para que, diante dos fatos narrados na inicial, implemente política pública de policiamento preventivo e ostensivo no local descrito na inicial, para preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, respeitado o direito constitucional de ir, vir, permanecer e de manifestação pacífica, isto é, em conformidade com o ordenamento jurídico brasileiro para preservação da ordem, identificando e qualificando os réus descritos na inicial, com comunicação das providências adotadas, bem como do resultado ocorrido, a este Juízo, após os acontecimentos (SÃO PAULO, 2013-b).

Se em 2013, alguns eventos pontuais aconteceram, gerando a reação já descrita acima, 2014 começou com a pulverização de tais eventos por todo o Estado. Logo, no dia 09 de Janeiro há liminares expedidas por varas diferentes, e com visões diferentes.

Vamos começar destacando a liminar expedida em Campinas, a pedido do *Shopping Iguatemi Campinas*³⁴, que para nós foi a mais coerente com a realidade do evento. A ação foi contra o “movimento ROLEZINHO NO SHOPPING IGUATEMI e outros”. A liminar faz questão de retomar a definição trazida no pedido do Shopping para o evento em questão:

O autor exerce a posse sobre empreendimento comercial do ramo Shopping Center e noticia evento marcado para amanhã em suas dependências, o denominado “Rolezinho”, no qual jovens se aglomeram em grande número no local, para finalidades nem sempre bem definidas. O documento de fls. 88 dá conta da ocorrência de evento “para comemorar o niver do Ygor Silva”, e, ali se verifica o registro de 187 confirmações de presença (SÃO PAULO, 2014-a).

³⁴ Nome Jurídico: Condomínio Civil do Shopping Center Iguatemi Campinas.

Mais uma vez se nota a ingenuidade do chamamento do evento, tratando-se da comemoração de aniversário de um adolescente e o destaque que o *shopping* faz, na sua petição, em dizer que o evento é 'sem finalidade definida'. Ora, se um encontro de pessoas não tem uma finalidade definida, ele não pode ocorrer?

A liminar do Juiz Dr. Herivelto Araujo Godoy diz ainda que:

Não se encontram presentes, porém, os requisitos legalmente exigidos para a concessão do mandado liminar, nos moldes previstos pelo Código Civil.

Isto porque não houve demonstração inequívoca de que os réus poderiam praticar atos que, por si só, fossem aptos a despertar o justo receio de turbação ou esbulho iminentes.

Os interditos possessórios são instrumentos jurídicos para a defesa da posse, ***não sendo admissível que o juiz se esqueça da situação fática real existente no local***, onde não se luta pela posse, mas por ***outros valores***, cuja Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente protege.

O movimento, que vem se verificando com alguma frequência em outros empreendimentos comerciais não visa expropriação ou posse de nada. Busca, isso sim, a realização de encontro de jovens em grande número, o que vem assustando, nem sempre com razão, comerciantes e frequentadores habituais desses locais.

Com efeito, se é correto afirmar que distúrbios se verificaram em eventos semelhantes em outras cidades, também é cediço que muitos deles transcorreram de forma pacífica, sem a ocorrência de crimes, nada justificando o cerceamento prévio dos jovens.

Assim, indefiro o pedido liminar possessório, contudo, ad cautelam, determino a expedição de ofício urgente ao Comando da Polícia Militar do Estado, requisitando-se efetivo policial suficiente no local na data de amanhã, visando ***garantir a segurança dos presentes, inclusive dos participantes do evento***, e tomar as necessárias providências no sentido de coibir a prática de atos criminosos na ocasião (SÃO PAULO, 2014-a, ***grifo nosso***).

Esse juiz além de indeferir o pedido do *Shopping*, também emite uma posição sobre os outros eventos semelhantes, dizendo que se é verdade que algum problema pode ter havido em alguns deles, também é verdade que tantos outros não tiveram problemas, sendo então que não há sentido em proibi-los antecipadamente. Assim como a última liminar, também recomenda que a polícia militar garanta a segurança de todos, destacando, inclusive os participantes dos Rolezinhos.

Não foi na mesma direção a segunda liminar expedida contra a realização de um Rolezinho no *Shopping Itaquera*³⁵, neste caso contra movimento “*Rolezinho SHOPPING RETORNO ![[OFICIAL]]*” movimento “*Rolezinho SHOPPING paRt. 3 !*” *LUCAS LIMA ANTONIO FERREIRA ANDERSON KORINGÃO*”. Essa liminar, diferente das outras, apresenta o nome dos organizadores do evento nas redes sociais. A decisão foi publicada no dia 10 de Janeiro de 2014, um dia depois que outra liminar foi expedida contra o evento *Movimento "ROLEZAUM NO SHOPPIM"* e *outro*, a pedido do *Shopping Iguatemi*³⁶. As duas liminares trouxeram o mesmo texto, do qual destacamos algumas questões. A primeira é a oposição feita entre dois direitos, justificando que o exercício de um direito ‘sem limites’ acaba por inibir o exercício de outros:

O direito a livre manifestação está previsto na Constituição Federal. Contudo, essa prerrogativa deve ser exercida com limites. Explico, o exercício de um direito sem limites importa na ineficácia de outras garantias. De fato, se o poder de manifestação for exercido de maneira ilimitada a ponto de interromper importantes vias públicas, estar-se-á impedido o direito de locomoção dos demais; manifestação em Shopping Center, espaço privado e destinado à comercialização de produtos e serviços impede o exercício de profissão daqueles que ali estão sediados (SÃO PAULO, 2014-c).

Também há uma grande demonstração de desconhecimento dos eventos, associando-os a bailes *funk*. É possível dizer que nestes encontros se ouvia música, através dos celulares ou pequenas caixas de som portáteis, mas não é possível dizer que se tratavam de bailes *funk*, demonstrando um exagero sem tamanho. E reforça a ideia de que ‘maus elementos’ se infiltram no encontro, que, mesmo não tendo essa intenção, acaba sendo direcionado para cometer crimes. A liminar estabelece a multa mais alta vista até agora, R\$ 10.000,00 por dia para o que chama de ‘manifestante identificado’:

De outro lado, é certo que além de o espaço ser impróprio para manifestação contra questão que envolve Baile Funk, mesmo que legítima seja, é cediço que pequenos grupos se infiltram nestas

³⁵ Nome jurídico: CONSÓRCIO SHOPPING METRO ITAQUERA.

³⁶ Nome jurídico: WTorre Iguatemi Empreendimentos Imobiliários S/A.

reuniões com finalidades ilícitas e transformam movimento pacífico em ato de depredação, subtração, violando o direito do dono da propriedade, do comerciante e do cliente do *Shopping*.

Neste contexto, DEFIRO A LIMINAR, para determinar que o movimento requerido se abstenha de se manifestar nos limites da propriedade do autor, quer em sua parte interna ou externa, sob pena de incorrer cada manifestante identificado na multa cominatória de R\$ 10.000,00 por dia (SÃO PAULO, 2014-c).

Ainda no dia 10 de Janeiro de 2014, há a liminar expedida concedendo ao Shopping Campo Limpo o direito de impedir o evento “MOVIMENTO ROLEZINHO NO SHOPPING CAMPO LIMPO II”. A liminar se inspira quase na sua íntegra na liminar expedida a favor do Shopping Itaquera, inclusive com as mesmas multas. O destaque é que o juiz inclui na sua decisão um preâmbulo sobre a proporcionalidade dos atos jurídicos, contrapondo o direito constitucional à reunião, com o direito de locomoção e exercício laboral e dando preferência aos segundos. Ou seja, abre-se mão do direito à reunião, pois estaria impedindo o exercício do direito de locomoção de outros frequentadores do *shopping* e impedindo o trabalho dos funcionários dos estabelecimentos do *shopping*.

O direito à reunião vem garantido constitucionalmente, nos termos do artigo 5.º, inciso XVI, contudo, o exercício desse direito, conforme dicção constitucional, exige prévio aviso à autoridade competente, fato que, em princípio, não foi observado pelos requeridos.

Mas não é só. Se de um lado nós temos o direito à reunião e livre manifestação, de outro há o direito de locomoção, bem como do exercício laboral.

Assim, entendo que o pedido deve ser fundamentado com base no princípio constitucional da proporcionalidade (ou postulado normativo, na doutrina de Humberto Ávila). ANTONIO SCARANCE FERNANDES leciona que: "Haverá observância do princípio da proporcionalidade se predominar o valor de maior relevância, evitando-se, assim, que se imponham restrições desmedidas aos direitos fundamentais, se comparadas com o objetivo a ser alcançado. Assim, o meio, adequado e necessário para determinado fim, é justificável se o valor por ele resguardado prepondera sobre o valor protegido pelo direito a ser restringido".

Com efeito, no caso posto em Juízo, existem dois bens jurídicos em colisão, onde a livre manifestação (como sendo um deles), somente poderá ser mitigada em prol de um interesse com maior relevância, vez que, o direito fundamental individual da pessoa humana deve ceder espaços ao devido processo legal, dependendo das concretas condicionantes e das circunstâncias apresentadas.

Afinal, como se sabe, não há direito fundamental absoluto, devendo-se, no caso concreto, balancear os valores em colisão (princípio da ponderação ou da cedência recíproca). (SÃO PAULO, 2014-d).

Por fim, analisaremos uma última liminar, que foi a mais radical na caracterização dos eventos. Essa foi expedida quase um ano depois das outras, em janeiro de 2015, na cidade de Franca-SP. Trata-se do pedido do “*CONDOMÍNIO FRANCA SHOPPING CENTER*” contra o réu “*AGLOMERADO DE JOVENS INVASORES*”. A Juíza do caso, Dra. Julieta Maria Passeri de Souza inicia a liminar esclarecendo do que trata o assunto, reproduzindo trechos do pedido feito pelo Shopping:

Trata-se de ação de interdito proibitório com pedido liminar, ajuizada pelo Condomínio Franca Shopping Center contra Aglomerado de Jovens Invasores. Alega, em síntese, que vem sendo alvo de invasões promovidas por menores, notadamente nas sextas feiras. Diz, ainda, que tais invasões causam tumultos, correrias, algazarras e colocam em risco a integridade física e patrimonial dos funcionários e clientes do shopping center (SÃO PAULO, 2015 - fls. 01/17).

Segue a liminar e a Juíza demonstra concordar com a definição dos eventos feita pelo *shopping* e ainda acrescenta outros juízos que ela possui da atividade:

Cediço que o autor exerce a posse sobre empreendimento comercial do ramo shopping center. O réu [Aglomerado de jovens invasores], por sua vez, não dispõe de personalidade jurídica constituída, e é composto por participantes não identificados. De conhecimento público nesta cidade e região que, frequentemente, o réu tem organizado manifestações em locais privados, em especial no espaço ocupado pelo autor [Shopping Franca]. Tais encontros ***servem para a promoção de algazarras, de quebradeira de vitrines e de causa de terror entre os que ali trabalham e os que buscam, de modo decente e dentro dos parâmetros de uma sociedade saudável, lazer.*** Notório que estabelecimentos iguais ao do autor sofrem, amiúde, enorme afluxo de pessoas, nos chamados "rolezinhos". A insegurança é geral, tanto para os lojistas quanto para o consumidor. (SÃO PAULO, 2015, ***grifo nosso***).

Aqui é impossível não comentar o caráter moralista do texto da Juíza. Primeiro ao caracterizar o evento como um evento que serve para promoção de algazarras e quebradeiras e que causa terror para os que ‘buscam de modo decente e dentro da sociedade saudável’, lazer. Estabelece então um modo de busca de lazer decente e outro não decente, um saudável e outro não saudável.

Antes de repetir ainda a sentença que deferiu a liminar, repetindo o texto de outras liminares e estabelecendo a multa para os réus, a Juíza ainda explicita o caráter moralista da sua sentença:

Lembro que, infelizmente, nossa sociedade vem sendo, dia após dia, desmoralizada, e o agir desses indivíduos é o retrato fiel do que todos, que pagamos em dia vários tributos, sofremos. Essas pessoas querem somente exercer direito, olvidando-se de que para tê-los há que cumprir obrigações. Se não sabem se comportar em sociedade, se desconhecem as mínimas regras de convivência, **não estão à altura de** frequentar o único shopping center da cidade, e **praticamente a única fonte de lazer do francano** (SÃO PAULO, 2015, **grifo nosso**).

Neste trecho, a juíza ainda reforça o argumento do ‘nós’ e ‘eles’, do dentro e do fora, fazendo questão de salientar que estes não ‘merecem’ estar incluídos. Queixa-se de viver em uma sociedade que se desmoraliza pelo ‘agir desses indivíduos’ (mostrando total desprezo pelos jovens da cidade), em contraposição aos ‘que pagam em dia vários tributos’, grupo no qual ela se inclui pela evidência do tempo verbal escolhido para o verbo sofrer (sofremos). O argumento, além de moralista, se mostra altamente preconceituoso e falacioso, já que vários estudos demonstram que no Brasil há uma grande regressividade na cobrança de impostos, ou seja, ricos pagam menos do que pobres. Para completar a sentença, a Juíza admite que o *Shopping* é a ‘única fonte de lazer do francano’ e que os jovens em questão ‘não estão à altura’ de frequentá-lo, criando novamente condições (não baseadas na lei, mas na moral) para estabelecer o grupo dos que podem ser inseridos neste espaço e dos que não podem. Em nenhum momento ela demonstra preocupação com o fato de que se os jovens não poderão participar do que ela chama de ‘única fonte de lazer’ de Franca, logo, não vão poder participar de nenhum espaço de lazer, aumentando ainda mais o processo de exclusão. Toda a

justificativa para isso é que estes jovens não ‘sabem se comportar em sociedade, desconhecem as mínimas regras de convivência’, ora, perguntamos à juíza algo muito caro a essa dissertação: se a liminar promoverá ainda mais a sua exclusão destes espaços públicos, como espera a senhora que eles venham a aprender a conviver em sociedade?

3.4 Na escuta: outras vozes sobre o Rolezinho

Há vários pesquisadores e militantes que se dedicaram a pensar os episódios dos Rolezinhos, além dos já citados ‘especialistas’ de toda ordem que foram convocados pelos meios de comunicação a se manifestar.

Um dos pesquisadores que vem se dedicando a isso, inclusive tendo estado presente nos Rolezinhos na Cidade de São Paulo foi o Professor da UNIFESP, o Antropólogo Alexandre Barbosa Pereira. Além de artigos, o Professor foi presença em diversos programas de TV. Destacamos uma entrevista à TV Gazeta (TV GAZETA, 2014), já citada anteriormente. Vamos trazer aqui alguns trechos que nos ajudam a evidenciar a tentativa midiática de insistir nas separações, no ‘nós’ e ‘eles’, os ‘de dentro’ e os ‘de fora’, e a tentativa do professor em colocar as coisas em outros termos. Na chamada da entrevista, a jornalista Maria Lydia Flândoli, diz:

Bom, desde o Natal, os jovens de bairros da periferia de São Paulo, têm nos surpreendido com os chamados rolês, como nós vimos agora, em shoppings no maior clima de zoadas e diversão. Para falar desse novo fenômeno que causa tanto espanto, hoje recebemos o Antropólogo Alexandre Barbosa Pereira que é professor da UNIFESP, a Universidade Federal de São Paulo. Muito obrigada Professor por estar conosco. Bom professor, como a gente deve entender, como o senhor define esses chamados rolê? Um enfrentamento, pura provocação ou um protesto? (TV GAZETA, 2014).

Antes de ouvirmos a resposta do Professor, tentamos ouvir mais atentamente a pergunta da jornalista, identificando que ela constrói as frases na primeira pessoa do plural (‘têm nos surpreendido’), deixando um sujeito oculto que está sendo surpreendido ou a quem tem sido ‘causado tanto espanto’. E claro, a pergunta, como

‘a gente’ deve entender. Quem é o sujeito que está aí oculto? Quem é ‘a gente’? Sabemos quem não é ‘a gente’, quem está nesse fora da pergunta dela, que é quem está definido no começo da pergunta, ou seja, quem ‘tem nos surpreendido’, que são os jovens da periferia de São Paulo. Também não há fora para a definição do Rolezinho, apesar de ela perguntar ao Professor, que está ali para falar disso, há apenas três opções colocadas ‘enfrentamento, provocação ou protesto’? Acredito que a jornalista só possa considerar esses três motivos para esses de ‘fora’ irem para o *shopping center* (*espaço exclusivo dos ‘de dentro’*), do contrário, deveriam ficar onde estão, escondidos nas periferias. A imprensa em toda a cobertura do tema faz questão de ouvir ‘frequentadores do *shopping*’, que nunca são os participantes do Rolezinho, que apesar de ouvidos em algumas reportagens, não são ouvidos como frequentadores do shopping, mas como este estranho externo. A frase de uma destas frequentadoras foi mais explícita no que se queria dizer, a autora é Helena de Assis Pregonezzi, empresária, disse a repórter da Folha de São Paulo: "Tem de proibir esse tipo de maloqueiro de entrar num lugar como este" (CAPRIGLIONE, 2013).

Voltemos para a entrevista do Professor Alexandre que tratou de tentar recolocar as coisas em outros termos:

Olha, tem sempre essa tentativa de enquadrar como ou protesto ou como arruaça. O que eu percebi, indo inclusive em dois Rolezinhos e acompanhando um pouco a partir das redes sociais, é que é um espaço de encontro, o que estes jovens estão reivindicando, não só estão reivindicando, estão buscando nos shoppings é se encontrar, namorar, ou como eles mesmos falam, paquerar nas redes sociais. Eu acho que é muito mais um espaço de representação na cidade que eles estão buscando, num espaço de prestígio que é o *shopping Center* (TV GAZETA, 2014).

Mas a jornalista insiste na tese do ‘cada um no seu quadrado’:

É, mas aí é que tá, este mesmo espaço eles poderiam encontrar nos bairros onde moram, mas estão indo em relação aos templos do consumo, os *shopping Center* que são portentosos. Por isso que existe essa especulação no significado, eles poderiam estar querendo uma igualdade no espaço alheio? (TV GAZETA, 2014).

Nada mais transparente do que a caracterização do *shopping* como um espaço ‘alheio’, o espaço onde não deveriam estar, que não lhes pertence. Vai ficando evidente que, apesar de não ser a intenção dos meninos e meninas ao agendar os eventos no *shopping*, o conflito simbólico que provocaram realmente gerou incomodo em setores da sociedade, acostumados a não dividir estes espaços com pessoas de outras classes sociais, ou por “estarem onde supostamente não deveriam estar – numa lei não escrita, mas sempre cumprida no Brasil” (BRUM, 2013), como escreveu Eliane Brum. Cabe ao Professor Alexandre novamente ressignificar o acontecimento:

Olha, talvez esse espaço ele não seja tão alheio, na medida em que todos os *shoppings* em que teve os Rolezinhos dos meninos da periferia, são *shoppings* da periferia. Então o *shopping* Itaquera entender que há esse Rolezinho é olhar para o que há no entorno desse *shopping* Itaquera, que é uma grande periferia, favelas (...) Então ir para esses *shoppings* é ficar de uma certa forma no pedaço onde eles moram, se relacionar com os jovens que estão próximos. Tanto que o Rolezinho destes jovens não foi nos grandes templos de consumo e de luxo da cidade, são *shoppings* já frequentado por eles e por um público muito parecido com eles (TV GAZETA, 2014).

A repórter então pergunta sobre a violência gerada:

Agora Professor, parece que existe assim uma perplexidade, um susto em relação a esse movimento. Os próprios comerciantes, os lojistas, o que eles fazem quando começa é baixar as portas, eles temem que haja invasão e arrastão. Entretanto, não foi configurado arrastão. Entretanto, a polícia parece não estar sabendo lidar com isso, usando bala de borracha, recursos de repressão, como se fosse ato de violência. O Senhor vê configurado ato de violência? (TV GAZETA, 2014).

Então, o Professor Alexandre, que testemunhou os eventos, dá um depoimento importante, sobre o início dos confrontos gerados nos shoppings:

Olha, a violência principal que eu observei em foco é a violência que começou com a repressão policial. Todas essas cenas que a gente vê de correria, de tumulto, todas elas, nas duas vezes que eu fui observar estes eventos aconteceram após a repressão policial, a perseguição a esses meninos. E me parece que, não só essa perseguição, essa repressão policial, mas é justamente esse rótulo que foi dado pela grande mídia, ou por determinados segmentos, de arrastão. O que quer dizer isso? Acho que a gente tem que refletir. Quando a gente pensa que o encontro de jovens pobres, negros e pardos, em sua maioria da periferia num shopping é rotulado de antemão de arrastão, um encontro que em um primeiro encontro no shopping Itaquera dizia reunir 6.000 pessoas, o que se está dizendo? Está dizendo que esses jovens são todos bandidos e estavam lá para roubar. Ou seja, está se estigmatizando esses jovens, me parece que esse é o problema, esse intenso preconceito que a gente tem de raça e classe, a intensa dificuldade que há no nosso país em lidar com a juventude, e daí a gente pode pensar não só a juventude pobre, mas a juventude da classe média. A grande diferença é, qual a distinção? Ao jovem pobre o grande limite de autoridade e de educação é dado pela polícia (TV GAZETA, 2014).

A entrevista do Professor Alexandre foi muito importante para esclarecer algumas questões sobre estes primeiros episódios de repressão policial. Não é de hoje que se fala da violência policial, em especial contra jovens negros da periferia. Também se identifica a contradição entre dizer que o shopping é um estabelecimento privado, para poder controlar o acesso, e acionar as forças de segurança pública para reprimir os jovens. Mostra a contradição e revela as relações confusas entre o público e o privado no Brasil.

A jornalista ainda quis, nesta entrevista, investigar se há um cunho político nos Rolezinhos. Sobre isso o Professor Alexandre destaca que: “Não tem um cunho político no sentido de que esses jovens estão pensando um protesto político muito organizado, mas estão reivindicando o direito a se divertir na cidade”. Apesar de não levantar bandeiras muito claras, como os movimentos sociais tradicionais, ele compreende que o movimento reivindica “espaços de encontro, visibilidade, reconhecimento”. Entende que os governos deveriam pensar nestes espaços, nas palavras dele “pensar uma política pública para juventude mais ampla, que inclua os jovens como atores, que eles sejam ouvidos, gostei da postura do Prefeito Fernando Haddad que disse ‘olha, em primeiro lugar vamos ouvir esses jovens’”. Para finalizar sua entrevista resgata o tema estigmatização e essas relações entre cidade e

educação: “Eu estive em uma escola pública da periferia de São Paulo, ao lado de uma grande favela, e o principal comentário dos professores foi que o principal problema dessa escola é que 90% dos alunos vêm da favela. Esse tipo de estigmatização do shopping já está no bairro, na escola. Esse conflito que estoura no shopping já está nos outros espaços”.

3.5 Em Rio Claro, tivemos Rolezinhos?

Em Rio Claro, tivemos encontros de jovens em espaços do Centro da cidade como já demonstrado anteriormente, entretanto, com características diferentes dos Rolezinhos dos grandes centros urbanos (São Paulo e Campinas) e mesmo em algumas cidades do interior onde eles foram proibidos, como Franca e São José do Rio Preto. A grande diferença está no espaço que se utilizou neste período que estudamos, no caso duas praças: a Praça da Santa Cruz e a Praça Orlando Momento. Ambos são espaços públicos, destinados exatamente ao convívio e interação social. Contam com espaços de circulação, bancos para descanso, entre outros atrativos voltados a receber as pessoas para a interação social. Não se tratam, como no caso dos shoppings Center, de espaços privados (sem entrar na discussão do caráter público ou privado dos *shoppings centers*, algo que na esfera judicial foi amplamente debatido) destinados ao comércio e circulação pública de pessoas, são espaços públicos por natureza. Não estou defendendo aqui que os *shoppings* tenham o direito de reprimir a circulação em seu interior de certos grupos sociais específicos, como defenderam algumas autoridades, empresários e até decisões judiciais. Entretanto, o fato dos encontros acontecerem em praça pública deixa este argumento desmoralizado e mesmo assim observamos a mesma repressão policial e a mesma campanha difamatória por parte da mídia, nos fazendo pensar que a questão que estamos discutindo está além da mera discussão de poder ou não controlar o acesso de pessoas em um espaço privado (ou público) como os *shoppings centers*. Parece-nos estar mesmo centrada nas pessoas que participaram dos encontros e na necessidade de controlar a sua circulação pelo espaço da cidade. Os episódios registrados na Praça da Santa Cruz já foram

apresentados aqui, agora nos permitiremos falar um pouco de outro episódio, ocorrido na Praça Orlando Momente³⁷. Neste segundo o termo Rolezinho foi utilizado para defini-lo, seja pela mídia, seja pelas autoridades policiais.

Esta Praça localiza-se na frente do *Shopping Center* Rio Claro e foi reformada pela Prefeitura Municipal em 2012, com novas instalações e iluminação, tornando-se um espaço agradável para encontros, em contraposição com o espaço escuro e abandonado que anteriormente havia ali. Não demorou para que, inaugurada esta Praça, vários jovens passassem a se concentrar neste local, que fica exatamente em frente à entrada principal do *Shopping Center* Rio Claro. Convido você, leitor, para participar de uma cena comigo, através de um relato elaborado por mim, após um dos episódios vivenciados neste espaço.

Sábado, 07 de Maio de 2011, 22h.

Saímos de um evento com 200 adolescentes reunidos para um campeonato da dança *Free Step*, evento organizado pelos próprios adolescentes, com algum pequeno apoio do Ponto de Cultura, ONG em que atuo, e da Prefeitura Municipal, que cedeu o espaço da antiga Estação Ferroviária para a realização do evento. Saio da Estação, que está cerca de 300 metros do *Shopping Rio Claro*, que por sua vez está no caminho de casa. Vejo uma movimentação de carros da Guarda Municipal se dirigindo à frente do *Shopping*. Vemos um carro da Guarda e isso nos chama a atenção, pois nós já sabíamos que ali vinha ocorrendo, nas últimas semanas, uma concentração de jovens. Dou a volta pela Rua Um, viro à Avenida Sete e nos ultrapassa em alta velocidade um segundo carro da Guarda, sirenes ligadas. Quando passamos pela segunda vez na frente do *shopping* já são quatro carros, vários policiais segurando cães (não sei mais precisar se são da Guarda Municipal ou da Polícia Militar).

³⁷ A Praça Orlando Momente recebe esse nome em homenagem ao rapaz que: "Tinha um gênio alegre e muito criativo. Sabia sair-se com facilidade de situações difíceis concernentes à sobrevivência na floresta. Muito habilidoso e prestativo, conquistava facilmente a simpatia de todos que o conheciam". Militante por um mundo mais justo, Landim, como era conhecido, aderiu aos movimentos revolucionários e a guerrilha do Araguaia, sendo assassinado pelo Estado Brasileiro em 1974 durante a Ditadura Militar. Devido ao trabalho da Comissão da Verdade, o Estado Brasileiro pediu desculpas à sua família e registrou a história de Landim: <http://verdadeaberta.org/mortos-desaparecidos/orlando-momente>, acessado em 26/12/2016.

Então reparamos no gramado onde há adolescentes e jovens, dezenas talvez centenas deles. Lembramos que aquele lugar ficou muito tempo abandonado, mas agora está todo arrumado, com gramado e paisagismo bem cuidados, iluminação e algumas barraquinhas onde se vende o trabalho dos artesãos da cidade. O que faziam os jovens? Uns dançavam, outros tocavam violão, outros apenas conversavam, namoravam.

Então resolvemos parar o carro para saber o que estava acontecendo. Assim que nós nos aproximamos e vemos que os adolescentes todos que se concentravam ali na frente se levantaram e vão caminhando no sentido da Avenida Sete. Lembra-me uma procissão, uma passeata, vejo um menino no meio andando e tocando violão (caminhando e cantando). Logo descobrimos o motivo da caminhada que não era nem a religião e nem a política, mas sim alguns policiais com as armas empunhadas e correndo atrás de um garoto, um adolescente. Ficamos por ali, andando no contrafluxo, já que todos saíam e eu entrava para saber o que estava acontecendo. Os policiais pegaram o garoto e o colocaram sentado com as mãos para trás como um detido. Aproximamo-nos, nos apresentamos como participante de ONG de defesa dos direitos da criança e dos adolescentes e perguntei para o policial:

- O que aconteceu?
- Ele tacou uma garrafa em um carro.
- Posso falar com ele?
- Não, ele está detido, se você quiser falar vá até a delegacia.
- Mas como vocês sabem que foi ele quem lançou a garrafa se eu vi que vocês acabaram de chegar?
- O dono do carro viu que era ele.
- E cadê o dono do carro?
- Está na delegacia prestando queixa.

Nós nos calamos e decidimos esperar o desfecho da situação. A essa altura, a rua já estava relativamente deserta já que ninguém estava disposto a ver o desfecho de uma situação onde um policial corre atrás de um adolescente com a arma em punho.

Do lado dos policiais estava o garoto sentado, chorando muito, humilhado.

Em alguns minutos, uma ligação para o policial, alguém na delegacia informa que o dono do carro supostamente atingido não foi fazer a queixa. Dois policiais começam um sermão sobre o garoto, nós nos aproximamos de outro policial para dizer que o conhecemos da participação nos projetos da ONG e perguntamos se, não havendo motivos para sua detenção, poderia levá-lo pra casa:

O policial conclui o sermão dizendo que ele teve muita sorte, dessa vez (fico imaginando se não tivesse tido).

Saímos com o menino e a sua bicicleta cor-de-rosa que também estava apreendida. A corrente estava caída. Saímos andando e nós perguntamos:

- Você jogou a garrafa?

- Não, eu estava com meu irmão conversando, agora ele foi embora e eu fiquei aqui sozinho, vou tomar maior bronca do meu pai porque não vamos chegar em casa juntos.

- Quantos anos você tem?

- 15.

Tentamos tranquilizá-lo e nos disponibilizamos para conversar com os pais, que pelo seu relato me pareceram ser muito bravos. Enquanto conversávamos, com os soluços de choro, o garoto nos contava onde estuda e que vive com o pai e a mãe, que só permitiram que ele viesse para o Centro se voltasse cedo e junto com o irmão mais velho. Ainda nos falou da sua teoria para o que tinha acontecido e do sentimento do momento, mais ou menos dessa forma:

- Eles não querem que a gente venha pro *shopping*! Eu não fiz nada. Que nem outro dia que tacaram *spray* de pimenta na gente. Mas eles vão ver, vamos agitar as pessoas do bairro pra pegar esses policiais.

Nesse momento sentimos uma tristeza de ver um menino que me pareceu tranquilo e alegre passando a ter um sentimento ruim, de raiva, de vingança. Apresentamo-nos como sendo do Ponto de Cultura e quando falamos de onde ficávamos ele perguntou.

- Ali onde tem o *Free Step*?

Percebemos então que o *Free Step* ia se tornando uma referência para os adolescentes da cidade e poderia ser um espaço de organização para resistir a estes ataques sofridos pela juventude nos espaços urbanos. O relato do garoto sobre a repressão policial coincidia com o relato que os garotos e garotas do *Free Step* tinham feito para mim. Nós o convidamos para passar um dia por lá e poderíamos conversar sobre o assunto, junto com os outros que usam o espaço e que já tinha me dito sobre a truculência da polícia na tentativa de impedir que eles ficassem na frente do *shopping*. Nós havíamos dito que um dia iríamos lá para ver o que acontece. Meio sem querer acompanhamos esse episódio e ficamos estarecido. Confirmamos a história do *Spray* de Pimenta com alguns adolescentes que também estavam neste outro dia naquele gramado e fiquei pensando, o que eles querem? Qual é a questão?

3.6 Repressão, expulsão, nomadismo: A luta no território

Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei (BRASIL, 1988 – Artigo 5º, inciso II);

Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente (BRASIL, 1988 – Artigo 5º, inciso XVI);

Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal (BRASIL, 1988 – Artigo 5º, inciso XXXIX);

Esta cena se repetiu por diversas semanas, meses, anos, com diferentes graus de intensidade, de certa forma, ela ainda não acabou. Houve momentos de confrontos como esse, entre a polícia e os jovens. Houve momentos de reação do

shopping cobrando mais policiamento e de ações de antecipação por parte da polícia. Houve dias em que o foco foi em fiscalizar tudo e todos, principalmente as motos que iam para o local. Houve dias em que o *shopping* proibiu a entrada de adolescentes ou fechou a sua porta de entrada de pedestres, permitindo apenas o acesso por carros, o que foi uma situação curiosa, já que a grande concentração de jovens se dava fora do shopping, no espaço da Praça.

Podemos notar, por esse episódio, que a atuação da polícia tinha como objetivo de impedir que aqueles jovens estivessem naquele local. Assim como em alguns episódios em que adolescentes participantes dos Rolezinhos em São Paulo foram presos (especialmente em Itaquera 23 presos e Campo Limpo 4 presos), mas sem nenhum registro de ocorrência criminal. Percebemos o Estado, através da Polícia Militar e Guarda Municipal, atuando no sentido de garantir que aquela população não se encontrasse naquele espaço, como se fosse natural que forças de segurança pública, atuassem no controle da circulação de pessoas pela cidade.

Diante da forte repressão em frente ao *shopping*, com o passar do tempo se percebeu uma migração: os jovens que antes iam ao *shopping* passaram a se concentrar na frente da antiga Estação Ferroviária, alguns quarteirões do *shopping*, encontro que parece acontecer até os dias atuais quando esse texto é finalizado (fevereiro de 2017). A região é mais escura e possui muitos bares. No dia 29 de Agosto de 2014, o comando da Polícia Militar convocou uma entrevista coletiva para tratar do assunto (JORNAL CIDADE DE RIO CLARO, 2014). A entrevista foi registrada pelo Jornal Cidade, sob o título de 'Polícia Militar fala sobre o rolezinho em Rio Claro'. Alguns trechos desta entrevista merecem ser destacados para avaliarmos a visão que permeou estas políticas públicas de segurança pública neste episódio, em especial quando o Major Horácio afirma: "Sozinho ali a Polícia é apenas um paliativo, é você pegar escoar pra determinado local, você esvaziar um local, mas os problemas continuam. O que fez as pessoas irem para lá? O que fez as pessoas terem aquele comportamento?". Importante, as palavras do Major, que confirmam a nossa tese de que nestes diversos episódios de ocupação urbana, promovidos pela juventude, a intenção da atuação policial tem sido no sentido apenas da dispersão, de impedir que haja concentração de pessoas.

Figura 31: Entrevista coletiva dos representantes da Polícia Militar sobre os Rolezinhos em Rio Claro (JORNAL CIDADE DE RIO CLARO, 2014).



O Major continua a discussão colocando a questão de uma forma muito consciente:

Vocês devem ter acompanhado o caso de municípios em que o poder judiciário naquele local estabeleceu algumas normas, algumas condutas sociais foram cercadas, em prol do que? Em prol da comunidade maior. Então a pessoa: 'meu direito de ir e vir está sendo cerceado', você está pensando só no seu direito de ir e vir, mas e o direito das outras pessoas de estarem, de não respirarem a sua maconha, de terem o seu imóvel não depredado, então esses direitos, dane-se? Só os meus direitos que são importantes? Então quer dizer, a gente está um pouquinho equivocada, vamos preservar os seus direitos desde que ele não prejudique o direito do bem maior que é a sociedade, a comunidade rio-clarense, então à medida que isso está sendo prejudicado eu to pouco me importando com esse seu direito, eu tenho que preservar o direito maior que é da comunidade de Rio Claro (JORNAL CIDADE DE RIO CLARO, 2014).

É muito interessante saber que esta questão colocada pelo Major Horácio, fundamental para a nossa discussão, também tem sido discutida nas instituições de Segurança Pública. Realmente, não é uma tarefa fácil conciliar os usos e interesses do espaço urbano, principalmente, quando falamos de uma sociedade tão desigual como a nossa, do ponto de vista econômico e tão diversa, do ponto de vista cultural.

Não é difícil perceber que os hábitos da população em certas regiões da cidade são diferentes de outras regiões. O Centro é, por natureza, um espaço comum de toda a cidade, o espaço do comércio, dos serviços, o espaço do encontro destas diversidades. Talvez não estivéssemos falando destes conflitos que estamos discutindo se, os mesmos (como propuseram alguns), estivessem acontecendo nos bairros afastados do centro.

A questão colocada pelo Major é de difícil tratativa. Viver na cidade não é tarefa fácil e o Estado com todas as suas instituições precisa ser mediador destes interesses, sempre respaldada pela lei. Entretanto, há uma cobrança constante por setores da sociedade ('comunidade maior' nas palavras do Major) por suas questões morais e culturais. Estes setores vêm cobrando sistematicamente da polícia que 'tome uma atitude' e 'dê um jeito no que está a incomodando'. O que incomoda alguém é objeto de atuação da Polícia Militar (aqui como representante do Estado, mas essa questão vale para toda a atuação estatal). Até onde o Estado deve intervir na livre circulação das pessoas e nas suas formas de organização e manifestação, a partir da reivindicação dos incomodados?

Outra questão para observarmos é o entendimento do direito tratado como posse individual, e não como deveria ser, um mediador coletivo. O policial destaca bem, a sua intenção em atuar junto ao encontro de jovens para preservar o interesse da 'comunidade rio-clarense', que é 'maior' que um ou outro cidadão. Só esquece o policial que estes jovens também são parte integrante da comunidade rio-clarense e pergunta é: em qual medida são menos importantes do que os que reclamam das suas condutas? Claro que aqui não estamos falando de possíveis condutas expressamente proibidas em lei, como a venda de bebidas alcoólicas para crianças e adolescentes, o tráfico de drogas, o porte de armas não autorizadas, a destruição de patrimônio público ou privado, o roubo, o furto. Entretanto, em todas as operações policiais aqui registradas, não há registro destas ocorrências e quando há, não há punições para estes crimes, provas, julgamentos, enfim, o tramite normal do ordenamento jurídico.

Há o registro, como nesse caso, de ocorrências de destruição do patrimônio, mas como o próprio Major explica, essas ações aconteceram após as operações policiais:

Nós estávamos fazendo uma operação utilizando viaturas de força tática de outros municípios da nossa região e ao término da operação, essa é uma demanda já há algum tempo, existente aqui na região, com relação a esses jovens (*expressão inaudível*) e por conta das viaturas e do número de atendimentos e ocorrências que nós temos geralmente no sábado à noite não é possível, pela quantidade de pessoas ali existentes, você mandar um contingente policial que não faça frente, ou que não iniba, né, os comportamentos desviantes dos jovens. Então, como nessa data nós tínhamos esse efetivo, a nossa intenção foi justamente ir naquele local para que as pessoas cessassem os comportamentos desviantes. A pessoa quer se divertir, quer curtir um lazer, acha ali bacana, conversar com a namorada, com o colega, sem problema nenhum. O que nos é relatado, o que é denunciado via 190, são outros comportamentos: agressivos, com relação a uso de entorpecentes, bebida por parte de adolescentes, depredações. Então por conta disso, nós aproveitamos esse contingente policial que nós tínhamos nesta data justamente para o quê? Para que naquele local nós pudéssemos dissuadir as pessoas para irem embora. Só que as pessoas não tiveram esse comportamento, ou algumas das pessoas ali no local não tiveram esse comportamento. Daí começaram a jogar pedras nas viaturas, começaram a danificar comércios locais, começaram a agredir pessoas que tinham os seus patrimônios ali e tudo isso foi registrado (JORNAL CIDADE DE RIO CLARO, 2014).

A partir do relato do Major fica claro que a presença da polícia neste episódio gerou os conflitos. O Major ainda explica que tudo isso foi registrado, houve boletins de ocorrência e a prisão em flagrante de um dos agressores.

Vejam vocês que situação complicada para todos. O encontro gerou incômodos e denúncias via 190 e a única alternativa da polícia foi agir para que o encontro se dispersasse, ‘cessasse’, entretanto, isso gerou um confronto. Se faz necessário analisar os motivos das denúncias dos moradores citados pelo Major (quatro motivos): ‘uso de bebidas por adolescentes’ e ‘uso de entorpecentes’ não são motivos de uso de força policial repressiva, não constituem crimes. No caso dos adolescentes que consomem bebidas alcoólicas, inclusive, são vítimas de outros crimes que, estes sim, precisariam ser combatidos com eficiência, como a venda de

bebidas alcoólicas para estes adolescentes³⁸. O uso de entorpecentes é uma questão de saúde pública. Outras duas situações relatadas pelo Major podem constituir crimes: 'comportamento agressivo'. Mas precisamos nos perguntar: houve alguém agredido? Como isso se deu? Quais foram as medidas tomadas para isso? Há vítimas? Elas registraram ocorrência? O mesmo vale para a depredação do patrimônio.

Não é possível que um grupo todo, de incalculáveis jovens seja vítima de uma força repressiva de forma aleatória. Se alguém cometeu esse crime, esse alguém precisa ser punido e não o grupo todo que o cerca. Essa inconsistência nas reais motivações de ação da Polícia nos parece enfraquecer a sua atuação e reforçar o argumento de que o que se cobrava desta instituição era uma postura moralizante, ou seja, sobre o comportamento das pessoas e não sobre o cometimento de crimes previstos em lei. Em seu depoimento o Major salienta que 'a nossa legislação ela é fraca, a pessoa não se sente intimidada frente à legislação que existe' e faz uma crítica às famílias que permitem que os seus filhos adolescentes fiquem na rua durante a noite. Interessante que estas posições da Polícia Militar convocam outras instituições para o debate, no caso, o poder legislativo, rede de garantia de direitos da criança e adolescentes, que deve sempre ser provocada e acompanhada pelo Conselho Tutelar e a família. Realmente, consideramos que é um assunto que deve ser debatido por todos, somente a aproximação entre os diversos setores da cidade, inclusive os próprios jovens, poderemos pensar em alternativas para o convívio mais solidário, onde seja possível conciliar a diversidade de participações das pessoas no espaço urbano.

4. Considerações: procurando diálogo com os parceiros políticos

Fizemos uma opção política (forças com as quais nos aliamos) que desembocou em uma opção metodológica (reflexão sobre a forma de produzir conhecimento) que

³⁸ O Artigo 81 do Estatuto da Criança e do Adolescente proíbe a venda de bebidas alcoólicas para crianças e adolescentes (BRASIL, 1990).

se opõe ao modelo identitário, tentando pensar a diferença de outra forma da abarcada pela noção de 'diversidade'. Não estamos tratando de uma possível convivência entre identidades diferentes, entre 'eus' totalizados. Esse jeito de pensar a diferença, sempre reclama por um nome, uma definição, gerando, então, a exclusão. A definição circunda um território, ou seja, cria um fora, cria um de dentro e outro de fora, um que pode existir e outro que não pode, um que é certo e outro que não é, ele permite que políticas de repressão possam existir e ao mesmo tempo produz subjetivações. Na nossa opção 'levar a diferença a sério significa que temos de desistir da ideia de que podemos e devemos compreender e conhecer a outridade e a diferença antes de nos relacionarmos adequadamente com ela' (BIESTA, 2013, pag. 136).

As diferenças às quais me refiro não tem um sentido identitário, estabelecido a partir da perspectiva da representação - as supostas características específicas de cada indivíduo ou grupo, que os distinguiriam de todos os outros. Ao contrário, refiro-me às diferenças no sentido daquilo que justamente vem abalar as identidades, estas calcificações de figuras, opondo-se à eternidade. O inatural, o intempestivo. Diferenças que fazem diferença (ROLNIK, 1995).

No nosso trabalho, a diferença tem este sentido: ela se refere na possibilidade de produção da diferença em nós mesmos, estado que consideramos interessantíssimo na composição de novos modos de existência. Entendemos a subjetivação como o processo da produção da diferença em nós (em maior ou menor grau) seguido da convocação do pensamento, para ajudar a compor novos territórios existenciais, ainda inéditos, ou seja, novos modos de existência. Em menor grau (a diferença acontecendo com menos intensidade) tenderá a produzir o que chamamos de identidade, ou 'calcificações de figuras' (ROLNIK, 1995). Em maior grau, as diferenças podem fazer 'eclodir um acontecimento: imantação de uma multiplicidade de diferenças, necessariamente singular, que anuncia a transformação irreversível de nosso modo de subjetivação (ROLNIK, 1995)'. Compor, a partir das referências já existentes ou inventar os novos territórios existenciais é uma tarefa que se faz num árduo trabalho de produção de si, sempre

na relação com o outro. É o outro que nos provoca a diferença capaz de suscitar estes estados inéditos, esses desassossegos.

Acontece que os processos de subjetivação estão em disputa. Se ele depende do grau de diferença produzido em nós, nos interessa perguntar o que pode fazer eclodir a diferença. Segundo Rolnik (1995), seriam as forças/fluxo, diz: 'Somos povoados por uma infinidade variável de ambientes, atravessados por forças/fluxos de todo tipo' que vão 'fazendo certas composições, enquanto outras se desfazem, numa incansável produção de diferenças'.

Portanto, levantamos a suspeita a partir de nossas investigações neste trabalho: estaria o poder, cada vez mais interessado em operar para interferir no controle, não mais dos sujeitos já constituídos e suas condutas, mas agora no controle das forças/fluxos que tornariam possíveis a diferença?

Pensamos também com Deleuze ao fazer estudos de Espinosa, que as forças/fluxos capazes de promover a diferença estão presentes na noção de Afeto, que seria exatamente o grau de variação contínua da potência de agir. E um extremo deste 'deslizamento' estaria a alegria, de outro a tristeza. Isso vai levar Deleuze a afirmar que 'inspirar paixões tristes é necessário ao exercício do poder' (DELEUZE, 1978).

Temos, portanto, a suspeita de que as novas estratégias do capital têm sido de se colocar neste espaço, nestes 'entres'. Têm nos feito impermeabilizar a pele, no sentido de não permitir que este desassossego aconteça. Ficamos tão fixados no mapa já instituído de representações que não nos permitimos a diferença. Agimos nós mesmos para impedi-los e, quando não o fazemos, há forças prontas para fazê-lo, se necessário, forças militares de repressão. E, para quando ainda assim elas escapam, há forças que operam para a acomodação disso nos mesmos termos já estabelecidos anteriormente no mapa cultural que operava anteriormente. São essas forças que vimos atuando nos episódios que analisamos: forças militares que operaram para impedir o surgimento de estados inéditos no encontro com o outro ou forças que operaram para capturar a riqueza de experiências e, através dos discursos produzidos, recolocaram as coisas nos seus 'devidos lugares'.

Em tempo, precisamos dizer que estes estados inéditos são o que, na nossa visão, constituem a possibilidade de novos arranjos de mundo. É essa a matéria-prima que pode permitir que grandes acontecimentos coletivos de transformação possam surgir quando esta situação recorre a um desejo coletivo de transformação. São essas interdições que, ao operarem, tornam visíveis o desejo de uma sociedade em que a vida possa se afirmar de forma mais plena, onde a liberdade de ser outro é condutora da organização das coisas. Quando este poder interruptivo opera, surgem as resistências e é dessas resistências que surgem novas possibilidades de existência e de organização coletiva da vida. Esse é o medo do capital e, porque não dizer, do Estado também. Gert Biesta destaca que o capitalismo global não está interessado nas diferenças, exceto quando elas podem gerar novos nichos de mercado (BIESTA, 2013, pag. 139). Portanto, entendemos que analisamos episódios em que as forças de mercado, aliadas com forças estatais, operaram transformações urbanas e limitações nas possibilidades de existência, confirmando essa afirmação de que 'o capitalismo global ameaça as oportunidades para que existam diferentes modos de levar a vida e ser humano', tendem a 'um modo de subjetividade para o qual não há alternativa, é nesse sentido que para Biesta a Globalização é a nova face do colonialismo.

Vimos nestes episódios esses poderes operando sobre os corpos, impedindo o encontro, a produção da diferença, que acreditamos ser liberadores da imaginação política. Vimos jovens imbuídos do desejo de resistir a mesmificação operante da sociedade, à brutalidade com que vem sendo consumidos os corpos da juventude, presa em meios de transporte de massa ou de informações cibernéticas que os transformam em gados ou fórmulas de algoritmos, com o sempre pronto poder militar operando na prática e marcando os corpos ou as mentes através do medo.

E o desejo, convocado para lidar com este mal-estar, produz ações que distraídos podemos achar aleatórias, mas que no fundo são muito coerentes. De uns tempos pra cá temos visto intensificarem as lutas da juventude que procuram um espaço coletivo para habitarem. Das lutas estudantis aos Rolezinhos, dos movimentos de rua aos fluxos (bailes *funk* realizados nas ruas da periferia), das questões urbanas por parques e ciclovias, aos encontros de *gamers* ou grafiteiros, os coletivos de juventude negra, de mulheres, LGBT, entre outros, há uma busca por

postarem seus corpos junto de outros corpos no espaço público, ou ao menos, no espaço comum, já que nestes nossos episódios o público não demonstrou ser comum ao convocar seus poderes de administração para interromper o movimento.

Há desassossegos que vêm se tornando intoleráveis para parte da população. Há diferenças que estavam abafadas, 'Brasis' que não se conhecia que ao virem à tona e se tornarem visíveis geraram situações insuportáveis. A parca ascensão econômica pela qual passaram as classes mais pobres neste início de século, naturalmente provocou encontros dos corpos, seja nas universidades, antes restritas às elites e agora minimamente popularizadas com as cotas ou programas de bolsas; seja nos aeroportos, antes restritos a endinheirados e agora popularizados, por exemplo, por milhões de nordestinos que puderam voltar a visitar sua terra natal depois de décadas de semiescavidão no sudeste; seja na população das periferias urbanas que, com um pouco de excedente de recursos, principalmente no formato de crédito, passaram a frequentar espaços centrais das cidades, onde se encontram as principais oportunidades de lazer e consumo, como os *shopping centers*. Estes brasileiros que não entram em todos os espaços do seu país, que são refugiados dentro de seu próprio país, estranhos, indesejados. O encontro foi de corpos nestes espaços e, já falamos aqui que entendemos que corpos em encontro produzem diferenças, algo que vemos com muito bons olhos, mas que também podem provocar sensação de desestabilização insuportáveis. O poder é então acionado para colocar as coisas no 'seu lugar'. O contexto de repressão aos rolezinhos não é diferente do golpe jurídico-midiático-parlamentar-rentista³⁹ em curso no Brasil.

Suely Rolnik nos fala deste assunto, dizendo que:

O que muda de uma cultura a outra ou de uma época a outra é a política de desejo predominante, o modo de resposta do desejo à experiência da desestabilização e ao mal-estar que esta provoca. Essa diferença não é nem um pouco neutra, pois cada tipo de

³⁹ Vários autores classificam como 'Golpe Parlamentar-Jurídico-Midiático' o impeachment da Presidenta Dilma e tudo que se desdobra deste processo, como as primeiras medidas do Governo Temer, notadamente a PEC 241 (corte de gastos). Acrescentei aqui o viés rentista do golpe que privilegia os negócios dos que lucram sem produção, ou seja, bancos e especuladores de terra. Mas ainda poderiam ser acrescentados outros adjetivos ao golpe, tais como machista, racista, misógino, ruralista, imperialista, entre outros.

resposta do desejo imprime um certo tipo de destino às formas de realidade – são distintas formações do inconsciente no campo social (ROLNIK, 2016).

No fundo, estamos falando de como lidar com estas diferenças sem o risco da desintegração, na condição de lidar com isso, o que Rolnik chama de ‘política do desejo’. Ao mesmo tempo que precisamos resistir às ofensivas do capital, cada vez mais sedento por mercantilizar a vida, por nos colocar no jogo dos negócios. Se a vida, seus estilos e modos de expressão, é o que está sendo comercializado neste cenário do capitalismo atual é compreensível que as estratégias do capital se preocupem com estes encontros. E é compreensivo que o Estado, seu aliado histórico mais fiel, também opere neste processo de interdição. Pierre Dardot e Christian Laval nos provocam a pensar isso no contexto da sociedade neoliberal, que eles fazem questão de chamar de “sociedade”, não resumindo o neoliberalismo a uma ideologia ou tipo de política econômica, mas como “um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida” (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 07).

Para Rolnik há duas possibilidades de políticas do desejo convocadas para lidar com o mal-estar da desestabilização: uma ativa e a outra reativa. Segundo a autora, ‘a escolha do que será rastreado pelo desejo depende do tipo de interpretação que a subjetividade faz de seu desconforto’. Ela nos alerta que nenhuma existe em estado puro, mas para efeito do nosso pensamento, vejamos o que cada uma delas significa. No primeiro extremo, diz ela:

aquele de uma de uma micropolítica ativa, há as condições para se manter à escuta dos afectos e perceptos responsáveis por sua desestabilização (...) A ação desejante, neste caso, consistirá num processo de criação que, orientado pelo poder de avaliação dos afectos (o saber-do-corpo), irá materializá-los em imagem, palavra, gesto, obra de arte, modo de existência ou outra forma de expressão qualquer. E se essa operação conseguir se realizar plenamente, ela dará uma consistência existencial ao mundo de que tal germe é portador, ao dotá-lo de um corpo sensível (ROLNIK, 2016).

Em contraposição à micropolítica ativa, está a reativa. Se no primeiro caso, o vivente busca na criação alternativas para lidar com o desconforto, no segundo o que ocorre é o oposto: a busca é logo para retomar as coisas ao mapa cultural vigente. O sujeito, sentirá a necessidade de retomar as coisas ao ‘seu lugar’, ao conhecido, ‘interpretável’, nas palavras da autora:

Vou me ater ao exemplo da micropolítica reativa. Esta se define precisamente pela desativação da potência que o corpo tem para decifrar o mundo a partir de sua condição de vivente – ou seja, o saber-do-corpo, neste caso, encontra-se inacessível. Por estar bloqueada a experiência fora-do-sujeito – composta pelos efeitos do mundo no corpo -, esse tipo de subjetividade vive o mundo como se estivesse fora dela e passa a existir e a se orientar somente a partir de sua experiência como sujeito. Constitui-se assim uma subjetividade “antropo-falo-ego-logocêntrica”, como costume designá-la, cujo horizonte começa e termina no próprio sujeito: um si-mesmo concebido e vivido como indivíduo – um contorno cristalizado formando uma suposta unidade separada das demais supostas unidades que constituem um mundo, este igualmente concebido como uma suposta totalidade. E como o sujeito se estrutura na cartografia cultural que lhe dá sua forma e nela se espelha como se fosse o único mundo possível, a subjetividade reduzida ao sujeito e que com ele se confunde interpreta o desmoronamento de “um” mundo como um sinal do fim “do” mundo e dela mesma. Em outras palavras, esse tipo de subjetividade vive a tensão entre aquelas duas experiências como uma ameaça de autodesagregação. Tomado pelo medo, o mal-estar que essa experiência paradoxal lhe provoca se transforma, então, em angústia do sujeito. Dessa perspectiva, só restam à subjetividade duas escolhas para interpretar a causa de seu mal-estar: seja uma suposta deficiência de si mesma, o que transforma o mal-estar em sentimento de culpa, inferioridade e vergonha, seja a maldade que lhe estaria sendo supostamente dirigida por alguém de seu entorno, o que transforma seu mal-estar em ódio e ressentimento. O desejo é então convocado a recobrar um equilíbrio apressadamente e o faz orientando por uma bússola moral, cuja agulha se situa numa cartografia preexistente, na qual a vida se encontra materializada naquele momento. Ela conduz o desejo na direção do rastreamento de formas de existir que compõe tal cartografia – com suas imagens, narrativas e objetos – para que a subjetividade possa consumi-las de modo a se refazer rapidamente um contorno reconhecível e se livrar de sua angústia (ROLNIK, 2016).

Se, para certa parcela da população se tornou insustentável a diferença produzida no encontro dos corpos no espaço urbano, reconfigurar a cidade se torna tarefa imediata. As estratégias são múltiplas: constroem-se condomínios, elevam-se

as tarifas de transporte urbano, ampliam-se os poderes militares de repressão, cercam-se praças. A própria migração do comércio dos centros das cidades para espaços como *shopping centers* pode ser entendido neste processo. O *Shopping* é o espaço ‘higienizado’, pensado aos moldes dos comportamentos de certa elite, é o espaço seguro, vigiado, orientado. Não é possível que no *shopping* se perca em um corredor não previsto onde se encontra com o inesperado, com um músico de rua, com uma pintura de parede, com um jovem dançante, com uma arquitetura diferente ou mesmo com paisagens naturais, como as estrelas, a lua, uma árvore. Não é à toa que entre o ano 2000 e 2014 o número de *shoppings* no Brasil foi de 280 para 495. Teresa Sá⁴⁰, estudiosa da obra do antropólogo Marc Augè, afirma, sobre os Centros Comerciais:

Para a análise desses locais [centros comerciais], é interessante entender as relações que ali se estabelecem entre nós e os outros: a ausência de uma relação com os empregados (que estão em constante mudança); a impossibilidade de “caminhar” procurando novos percursos; a relação com o ambiente (ar, luz, sol); a homogeneidade dos frequentadores (não há mendigos, guardadores de carros, toxicodependentes) etc. (...) O tipo de ação social pretendida nesses locais está associado à circulação e ao consumo, ou seja, trata-se de um uso econômico e não político ou social (...) Pensemos como isso é possível quando caminhamos em um centro comercial: ali escolhemos o quê em detrimento de quê? Que sensações temos quando passamos pela Zara ou pela Lacoste? Que surpresa temos quando olhamos para as lojas que se seguem umas às outras, todas mais ou menos iguais? Enfim, que tipo de caminhada fazemos quando circulamos em um centro comercial que não seja a do consumo, ou que não esteja “suspensa” pelo consumo? (SÁ, 2014)

Neste trecho, Teresa Sá nos ajuda a pensar que a organização dos *shoppings* é feita para não provocar (ou impedir) a diferença, uma nova sensação, uma nova questão. É o espaço da homogeneidade e da tranquilidade doentia que ela nos traz, como se ali todas as nossas necessidades fossem estar satisfeitas em segurança ao mesmo tempo que provoca um atordoamento a partir de tantos estímulos de consumo. Ao colorir o ambiente dos *shoppings* com seus estilos, os

⁴⁰ Teresa Sá é professora auxiliar no Departamento de Ciências Sociais e do Território da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.

adolescentes correram o imenso risco de submeter este público à diferença e esta, como estamos vendo, pode ser assustadora, desestabilizadora. O Professor Peter Pal Pélbart nos fala destes conflitos contemporâneos entre modos de existência:

Há conflitos entre modos de existência que colidem, formas de vidas distintas em embates flagrantes, anseios plurais. É fácil constatar que modelos de vida majoritários, por exemplo, da classe média tomada como padrão, propagada como imperativo político, econômico, cultural, de consumo desenfreado e que se impôs ao planeta inteiro, dizima cotidianamente modos de vida “menores”, “minoritários”, não apenas mais frágeis, precários, vulneráveis, mas também mais hesitantes, dissidentes. Ora tradicionais, como dos quilombolas e indígenas, ora ao contrário, ainda nascentes, tateantes, ou mesmo experimentais. Não é fácil recusar a predominância de um certo modo de vida genérico (COLÓQUIO CIDADES, 2016).

Se esta é a situação, é evidente que a cidade, na sua arrumação física, vai se moldando para atender a estes interesses. O capital, sedento por uma reprodução cada vez mais ilimitada e urgente, vai conduzir seu excedente para construção, destruição e reconstrução das cidades, evidentemente, nestes moldes⁴¹. Grandes conjuntos habitacionais com casas minúsculas vão sendo construídos nas periferias urbanas, separando ainda mais a população da possibilidade de convivência. Não são poucos os poderes operando para dar conta desta tarefa urgente ao capitalismo contemporâneo: impedir que o encontro dos corpos permita o surgimento de novos modos de existência. Ou ainda: impor o modo de vida neoliberal como o predominante.

O neoliberalismo não destrói apenas regras, instituições, direitos. Ele também produz certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades. Em outras palavras, com o neoliberalismo, o que está em jogo é nada mais nada menos que a forma de nossa existência, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos. (DARDOT & LAVAL, 2016, pag. 16)

⁴¹ Ver Harvey, 2014.

O Professor Peter Pal Pélbart tem dito sobre episódios como as manifestações de junho e as ocupações de escola, que a juventude está promovendo um destampe do imaginário político, segundo ele: “Imaginação política se destravou. A imaginação política não é uma esfera sonhadora e desconectada da realidade, ao contrário, é precisamente a capacidade de se conectar com as forças reais que estão presentes numa dada situação, as forças do entorno, mas também as vossas forças” (PÉLBART, 2016).

Então, toda a questão é como alargar o campo da política, ou pensar a dimensão política das formas de vida, e da sensibilidade que lhes corresponde, ou para formulá-lo de maneira ainda mais precisa: como pensar a própria política à luz dessa questão das formas de vida que lhe antecede? (PÉLBART, 2016).

Sobre essa questão da imaginação política Dardot e Laval também apontam que há uma ‘pane de imaginação’ na esquerda contemporânea:

Se quisermos ultrapassar o neoliberalismo, abrindo uma alternativa positiva, temos de desenvolver uma capacidade coletiva que ponha a imaginação política para trabalhar a partir das experimentações e das lutas do presente. O princípio do comum que emana hoje dos movimentos, das lutas e das experiências remete a um sistema de práticas diretamente contrárias à racionalidade neoliberal e capazes de revolucionar o conjunto das relações sociais. (DARDOT, 2016, pag. 09)

O Professor Peter Pal Pélbart (PÉLBART, 2016) nos provoca com a questão ética, antes de nos provocar com esta questão diante dos atuais movimentos de juventude. Diz ele que uma das definições de ética é discutirmos se estaremos à altura dos desafios de nosso tempo. Então, que postura ética pede o nosso tempo?

Tentaremos dialogar com Suely Rolnik sobre a questão ética como essencial para a reinvenção das noções de cidadania e democracia no Brasil. Entretanto, a ética aqui não é esta muito falada atualmente e que se resumiria a adesão a preceitos morais estabelecidos sabe-se lá por quem e externamente aos sujeitos,

como se fosse uma adaptação dos modos de vida ao mapa cultural vigente, aos padrões de comportamento esperados. A ética aqui é justamente o contrário, é a eclosão da diferença e as possibilidades de vida que se abrem a partir disto. Então ela nos diz sobre o homem da ética:

[homem da ética] é um tipo de homem que entendeu que ordem e caos são indissociáveis e que aquilo que inquieta sua consciência é uma diferença que se engendrou no caos, à sombra da ordem atual; por isso a inquietação para ele não é o aterrador sinal de sua possível destruição, mas o apelo de uma necessidade de criar que se impõe no invisível campo dos afectos. E ele se dispõe a acolher esse apelo; mais do que isso, ele deseja acolhê-lo (ROLNIK, 1992).

Pensando a partir disso e diante dos episódios que citamos, fomos sendo tocados por essa sensação de inquietude da consciência, da cara de espanto que nos faz perguntar, 'como assim?', como a Professora Virginia Kastrup já tinha nos dito ser o início da pesquisa. É algo que nos passa e que não encontra no 'mapa cultural vigente', nas formas atuais e conhecidas de explicação do mundo, um lugar para se ancorar. Estamos falando aqui de uma possibilidade ética de vivência desse incomodo em que não apelamos tão imediatamente para um retorno à ordem anterior, mas que deseja acolher a necessidade de criar, de inventar novos campos, novas possibilidades de existência onde a vida possa vir a se afirmar. O Professor Peter Pal Pélbart tem discutido, sobre os episódios de movimentos de juventude na cidade de São Paulo:

Mas eu posso dizer que eles operaram um pequeno corte na continuidade de nosso tempo político, isso significa que a percepção social e a sensibilidade coletiva da cidade de São Paulo sofreu uma pequena inflexão. É toda a dificuldade de uma ruptura, ela não pode ser lida apenas com as categorias disponíveis antes dessa ruptura, categorias essas que a ruptura está justamente em vias de colocar em cheque. A melhor maneira de marcar um acontecimento dessa ordem é reinseri-lo apenas no encadeamento causal, reduzindo aos fatores diversos que o explicariam e o esgotam, ao invés de desdobrar aquilo que eles trazem incontido ainda que de modo balbuciante ou embrionário, aquilo que eles trazem embutido de novo, inaugural, de fundante (COLÓQUIO CIDADES, 2016).

Essa forma de pensar nos abre um novo campo para questionar as noções de cidadania e democracia como já tratamos. Temos nos acostumado a chamar de cidadania esse 'respeito' pelo direito do 'outro', como se cada indivíduo, portador de um direito, devesse reivindicá-lo, lutar por ele. Se a cidadania é a mediação possível para a vida em sociedade se torna impossível pensar o direito dessa forma, individualizada, ou seja, como uma posse. Para muito além disso, o direito passa a ser essa mediação entre a possibilidade da vida se afirmar como vida, neste sentido ético de um vir-a-ser aberto a múltiplas possibilidades, dentro de um campo cultural que garanta nossa condição de vivência coletiva em sociedade. Acontece que o campo cultural, essencial para nossa vida em sociedade, é uma grade, essa grade pode ser mais ou menos porosa, pode ser o que permite que a vida se afirme, mas também pode ser o que sufoca a vida. A democracia, por sua vez, só pode ser entendida como essa dosagem, como essa insistência na afirmação da vida, nas múltiplas possibilidades que ela pode ter de se afirmar. Assim como a participação só pode ser as expressões que pedem passagem nesse processo, nas suas múltiplas formas.

Uma sociedade desejanse de posturas moralistas como a nossa jamais poderá ser democrática, quando impera o moralismo na forma de pensar das pessoas, estamos falando dessa necessidade que temos, uns contra outros, de dizer cada vez mais o que é a vida e forma melhor de ser vivida. É quando alguém se apropria do mapa cultural vigente e fala em nome dele, opera em nome dele, ergue grades, joga bombas em nome de um conjunto de ideias mais ou menos compartilhadas ou legitimadas por uma suposta maioria, que clama pelo reestabelecimento de uma suposta ordem anterior, aliada a essa moral. Deixamos de ter uma democracia se essa baliza não é mais feita por vias legítimas, como vimos operar neste caso analisado.

O homem da moral que nos habita é o vetor de nossa subjetividade que transita no visível: é ele que conhece os códigos, isto é, o conjunto de valores e regras de ação vigentes na sociedade em que estamos vivendo; ele guia nossas escolhas, tomando como referência tais códigos - daí porque chamá-lo de "moral". É o homem da consciência: o operador de nosso funcionamento no mundo

vigente, e enquanto tal é essencial para nossa sobrevivência. (ROLNIK, 1992).

Temos entendido que estes episódios promovem diferenças em nós, ou seja, desestabilizam as formas com as quais estávamos acostumados a pensar algumas questões, como as formas de expressão da vida nos espaços urbanos. A questão que se coloca é qual o vetor das forças que lançaremos mão a partir deste episódio, ou seja, se para o que estamos chamando de ética (afirmação das possibilidades múltiplas de vida) ou para a moral (reestabelecimento da ordem ao mapa cultural vigente)? Tomamos aqui o cuidado necessário para não fazer com que estas duas questões soem muito distantes, o que seria um pouco ingênuo da nossa parte. Conforme Rolnik (1992):

O problema que se coloca aqui não diz respeito a um questionamento da existência do homem da moral; isso seria um falso problema, pois não há vida sem sobrevivência - e, portanto, não há vida sem a atividade desse vetor em nossa subjetividade. O problema que se coloca aqui diz respeito à superação de uma subjetividade restrita a esse vetor. (...) Em outras palavras, é uma abertura que depende de suportarmos o caos, próprio da dimensão invisível da alteridade; de suportarmos a violência das diferenças que aí se engendram, sem associá-la ao perigo de desintegração, de modo que o caos deixe de ser tão aterrador.

(...)

Ou seja, já não se entende o caos, a dissipação de uma ordem, como seu negativo, e sim como uma dimensão na qual se engendra a processualidade do mundo: o movimento permanente de decomposição das ordens vigentes e de composição de novas ordens, em múltiplas direções, imprevisíveis. Em outras palavras, hoje a ordem deixou de ser o parâmetro. Ordem e caos passaram a ser pensados como indissociáveis: há sempre ordem e caos ao mesmo tempo; do caos estão sempre nascendo novas ordens; a processualidade é intrínseca à ordem (ROLNIK, 1992).

Então, estamos tentando cartografar o que foi operando nos processos de subjetivação em questão. A política do desejo escolhida pelos adolescentes foi altamente ativa, ou seja, criadora de novos gestos e modos de existência, criou-se um espaço de encontro, uma tentativa de estar juntos. Não é à toa: estão vivendo a dureza da vida na cidade, as pressões de um cotidiano cada vez mais controlado, estão vendo suas vidas e energias serem escoados pelo ralo na parca tarefa de

apenas sobreviver (“O coração dizendo: bata...”). Ao mesmo tempo veem um mundo magnífico passando a sua frente sem que possam participar, usufruir, desfrutar (... a cada bofetão do sofrimento⁴²). Então tomam a decisão mais sábia que poderiam: estar juntos. Juntar-se aos outros que igualmente estão passando por este desafio. Acredito, verdadeiramente, que o local é um mero acidente, em Rio Claro foram as praças, em São Paulo foi o *shopping*, no Rio de Janeiro é a praia, foi o que estava à mão, o que parecia mais óbvio e fácil, o importante é o encontro, é a escolha por uma subjetivação com o outro. O problema do local, do espaço, vem a ser um problema posterior, algo que muitos tentaram problematizar como sendo o central, com perguntas do tipo ‘mas por que o *shopping*?’, ‘por que perto da Igreja?’, ‘o que estão querendo dizer estes meninos?’, ‘estariam eles protestando ou denunciando algo?’. E a questão não é ‘o que queriam dizer’, mas ‘o que é dito’, o que é exposto sobre nosso modo de vida a partir destes episódios. O problema do espaço está nos efeitos que a presença dos corpos produz, mas na cabeça dos outros, não dos jovens. Está na ruptura que se produz já estabelecido e que a presença dos corpos, dançantes, erotizados, alegres, ou poderíamos dizer, corajosos de encarar a possibilidade de abertura para a alteridade, desejosos do caos que se instaura quando outro corpo se posta próximo ao seu, é nisso que resistiu o incômodo de uma sociedade moralista que opta por uma outra política do desejo para enfrentá-los, uma política reativa, compromissada com o reestabelecimento das coisas ao seu antigo lugar. Interpretam o que veem como o fim ‘do’ mundo e por isso, nos explica a autora, há duas possibilidades de consequências. A primeira é uma autodepreciação, um sentimento de culpa e, para isso, estarão disponíveis diversos instrumentos farmacológicos, igrejas e terapias salvadoras, que ‘transformação o seu sentimento de culpa em no final feliz’. O segundo caso, é quando o mal-estar é interpretado como uma maldade cometida com este sujeito, o que nos parece que aconteceu nas situações analisadas, neste caso, vejamos como a autora explica a atuação:

⁴² Trecho da canção “Rebento” de Gilberto Gil.

No segundo caso, o desejo conectará a subjetividade a narrativas que tenham como personagem principal um bode expiatório que lhe sirva de tela para a projeção de seu mal-estar transformado em ódio e ressentimento. E o personagem demonizado pode ser uma pessoa, um povo, uma cor de pele, uma classe social, um tipo de sexualidade, uma ideologia, um partido, um presidente e outros tantos. Isso pode levar a ações extremamente agressivas, cujo poder de contágio tende a criar as condições para o surgimento de uma massa fascista. O que visa a micropolítica reativa em suas duas versões é, pois, à conservação do status quo. Seu efeito é a diminuição da potência do vivo – uma espécie de anemia vital (ROLNIK, 2016).

Tudo isso que se opera na subjetivação opera igualmente na cidade, pois como nos lembra Stuart Aitkens, há algo no caráter das cidades que está operando na formação do caráter das pessoas e isso é muito simbólico no caso da Praça da Santa Cruz: um espaço pensado para a alteridade, para o convívio, precisa deixar de ter essa função, porque essa alteridade e o convívio com ela, não foi planejado para diferenças ‘tão diferentes assim’, foi pensado para a diferença da diversidade, ou seja, de pessoas mais ou menos parecidas que pudessem mais ou menos ocupar o mesmo mapa cultural vigente. Consegue-se codificar o encontro de identidades minimamente já definidas, estudadas, compreendidas, diagnosticadas. Acontece que ninguém avisou isso para estes jovens e eles vieram para o centro com seus hábitos já praticados onde moram, nada de novo, a não ser o encontro. E como vai se lidar com o caos produzido a partir disso? Como o pensamento foi acionado para operar nestes casos? Rolnik (1992) nos ajuda a compreender como o pensamento faz para tornar isso consciente:

Mas como a realidade nessa dimensão é invisível, o abrir-se para ela implica necessariamente uma abertura também no campo do pensamento, de forma a conquistar um acesso ao invisível: mais do que simplesmente uma mudança de concepção, faz-se necessária a conquista de um outro tipo de prática do pensamento. (...) A consciência é a dimensão de nossa subjetividade que nos dá a possibilidade de nos guiarmos neste mundo, mas apenas em sua constituição vigente, em sua visibilidade - ou seja, a consciência é um instrumento de conhecimento do visível; o recurso que ela nos oferece é o de conhecer, através da representação, a cartografia de nosso atual território de existência. Enquanto que o inconsciente é a dimensão da subjetividade mergulhada no invisível da alteridade, como caos e como devir-outro - ou seja, o inconsciente é a dimensão

onde se produzem as diferenças, nosso desassossego (ROLNIK, 1992).

É aqui que se opera a questão da forma de lidar com os desassossegos produzidos em nós e que se aliam com nossa opção política e metodológica. Foi preciso estarmos nos possibilitando desestabilizar para permitir a sensação, a afecção e com isso alcançar o invisível e não o aparente. De outro lado, as instituições operaram no retorno da ordem e não na possibilidade de novos modos de existência, acionaram os territórios disponíveis, os mapas já desenhados, para justificar o injustificável, o totalitarismo de suas ações de repressão. A confusão das autoridades ao escolher as palavras que justificaram suas ações ('dar uma saturada', 'dispersar os movimentos'), dão sinais claros de que é necessário evitar alguma coisa ainda não cartografada e o que se quer evitar aqui é exatamente esse não saber, essa desestabilização em nós que poderia vir a ser novos modos de existência no mundo, novas formas de sociabilidade. E está aí a origem do totalitarismo das medidas adotadas:

Uma consciência torna-se totalizante/totalitária quando dominada pela tendência a não se deixar desestabilizar pelas diferenças e a tomar o eu, especialmente em sua atual figura, como sendo a natureza toda da subjetividade. Quando isso acontece, o trabalho de pensamento fica inteiramente a serviço da reprodução desse eu (ROLNIK, 1992).

E junto com elas reclamamos pela postura ética de que estamos falando:

É somente quando a consciência se deixa desestabilizar pelas diferenças que se ativa no pensamento a potência de alcançar o invisível. Só que a ativação dessa potência depende de incorporarmos à prática do pensamento a apreensão por sensação, por afecto, que é o que lhe dá acesso ao inconsciente. O pensamento, nesse caso, passa a ser o próprio trabalho cartográfico do inconsciente: uma prática em que se criam universos de referência para novos modos de existência que venham encarnar diferenças - ou seja, novas cartografias para novos territórios de existência individual e coletiva (ROLNIK, 1992).

Disso podemos concluir: nesses episódios as autoridades, as instituições, as políticas públicas não acionaram o pensamento, prescindiram do pensamento. Nesse sentido podemos voltar aos meninos e meninas quando decidem estar nestes espaços. Há algo de mal-estar que estão tentando lidar, algo da vida na cidade, do embrutecimento, da revolta, do sufoco. Também há um desassossego operando que convoca o desejo a agir.

(...) é o mal-estar da crise que desencadeia o trabalho do pensamento – processo de criação que pode ser expresso por meio da forma verbal (...), mas também através de forma plástica, musical, cinematográfica, etc., ou de forma simplesmente existencial (ROLNIK, 2008, p. 26).

Nesse sentido o encontro nestes espaços também pode ser entendido como uma forma de expressão atualizada, ou seja, como uma nova linguagem que atualizou as formas de expressão. É nesse sentido que os movimentos sociais também precisam tomar um cuidado, pois há nestes, uma dificuldade imensa de compreender estas novas linguagens. Logo recorrem ao terreno conhecido de expressão: discursos, passeatas, negociações. Não percebem que o rebolado dos quadris, que a erotização, que a ostentação de bens de consumo e até mesmo o encontro, operam nestas novas cartografias que conseguiram eclodir a despeito de todo medo e repressão que está operando. Os jovens aqui, ao darem língua ao mal-estar que persegue a juventude da periferia das cidades romperam muitas barreiras, visíveis e invisíveis. Isso que vimos é só o que veio para a superfície, ainda há muitas camadas de sofrimento e desgosto presentes nestes corpos, esperando por novas formas de expressão. “Seja qual for o canal de expressão, pensamos/criamos porque algo de nossas vidas nos força a fazê-lo para dar conta daquilo que está pedindo passagem no nosso dia-a-dia” (ROLNIK, 2008, pag. 26). Ou como nos lembra Foucault ‘o novo não está no que é dito, mas no acontecimento a sua volta’ (FOUCAULT, 2006, p. 26). Diz-nos Rolnik (1992) sobre a inventividade desse ato, de reatualização das formas de existência como obra de arte, como uma forma de expressão totalmente atualizada, prestes a constituir novos mundos:

É importante deixar claro que essa passagem não tem nada a ver com tornar manifesta uma representação oculta, já que a noção de inconsciente tal como a estamos utilizando não é da ordem do oculto e muito menos da representação: é de uma outra ordem o que se passa na sombra. A passagem de que se trata aqui é a de um mergulho no invisível das sensações e de sua atualização em alguma forma de expressão a ser criada. Nessa travessia, o que acontece na consciência não tem nada a ver com uma incorporação de representações até então ocultas, mas sim com uma necessidade de operar com novas formas de expressão, com cartografias até então inexistentes (ROLNIK, 1992).

É a partir desta noção de postura ética que pretendemos estar à altura de nosso tempo:

Mudança na concepção de alteridade: abertura para sua dimensão invisível de caos e de devir-outro. Mudança na prática do pensamento: ativação de sua potência de acesso ao invisível e de apreensão por afecto e sensação. Mudança no estatuto da consciência que deixa de ser totalizante/totalizadora: ativação de sua potência de se deixar desestabilizar pelas diferenças. Estar-se-ia operando um processo de mudança no modo de subjetivação que predominou na modernidade, marcado pela hegemonia por vezes tirânica de um certo vetor que proponho chamar de "homem da moral": nossa subjetividade estaria deixando de se limitar ao vetor homem da moral para ativar um outro vetor, que proponho chamar de "homem da ética" (ROLNIK, 1992).

Apesar de termos utilizado aqui os dizeres dos adolescentes sobre seus atos, principalmente os registrados e tornados públicos através de entrevistas, tenho clareza de que a escolha de palavras articuladas para falar sobre a experiência é muito menor do que a experiência em si. Para nós, o que eles tinham para dizer foi dito nas ações que fizeram. Esse gesto foi a linguagem que escolheram e a escolha da linguagem já comporta grande parte do seu conteúdo, daquilo que se vai dizer. E Deleuze já nos havia alertado disso:

Mas isso [resistência] não ocorrerá em função de as minorias poderem retomar a palavra. Talvez a palavra, a comunicação esteja podre. Elas estão completamente impregnadas do dinheiro: não por acidente, mas por natureza. É necessário subverter a palavra. Criar sempre foi coisa diferente de comunicar. Importará, talvez, criar vacúolos de não-

comunicação, interruptores, para escapar ao controle (DELEUZE, 1990).

Ficamos lembrando daquele momento em que os meninos e meninas ocupavam a praça e apanhavam da polícia e nas tentativas que tomamos para incentivar que falassem sobre a experiência, o que para nós, militantes dos movimentos, partidos, representantes de ONGs, ajudaria muito para fazermos os embates públicos necessários sobre este tema. Lembramos de tentar por diversas vezes chamá-los para o debate público, mas eles ou não apareciam ou se calavam. Pensamos muito sobre isso e concluímos que não seria possível tirar deles as palavras necessárias para o enfrentamento público do embate que estava colocado. Isso era necessário? Isso representava uma derrota? Publicamente talvez sim. A Praça está cercada. Entretanto, pensando se, mesmo sem tanta consciência desta ação, a decisão que tomaram não é a mais certa para enfrentar as 'maluquices' da vida e todo o conjunto de interesses impronunciáveis que cercam as negociações políticas. Afinal, o que esteve em jogo o tempo todo foi a sustentação da vida e enfrentar um debate público poderia significar uma grande agressão à vida, ao que foi produzido ali nas suas ocupações, com sua linguagem: um discurso sobre a cidade, suas formas de exclusão através do controle do uso do espaço urbano.

Portanto, a fala dos meninos e meninas seria, no máximo, a representação que eles poderiam ter sobre aquilo, o território onde se ancorariam. A esta altura a cidade tentava a todo custo achar um território para isso: é manifestação? É festa? É bagunça? É tráfico? Ao negar falar sobre isso os meninos defenderam com muita beleza o que tinham construído na integralidade de suas intensidades e impediram que se achasse este território, este limite, que seria, certamente, um apequenamento. Na falta de um território existencial que pudesse resultar em políticas 'públicas' que 'dessem jeito na situação', partiu-se para a solução da guerra: estabeleceu-se um território físico, o cercamento. Se mundos se desmancham e se fazem ao se escolher palavras para ele, o que acontece agora? Como se chega ao real sem a representação da linguagem? Como se faz a disputa política pelo território?

Pensamos então em temas que marcam a nossa trajetória, a trajetória do pesquisar como pensamento e como atuação e que neste momento passam a ter outra dimensão, carregar outros pontos de interrogação. O tema, por exemplo, da participação. Atuamos durante toda a adolescência em espaços de participação: grêmios, grupos de voluntários, ONGs, movimentos, conselhos de políticas públicas. Todos estes espaços tinham como característica 'dar a voz' para a fala dos adolescentes. Diversos argumentos um pouco aleatórios foram sendo usados para encontrar um território para aquela participação, legitimá-la. Um muito recorrente foi de que o envolvimento dos adolescentes com as questões da cidade e a constituição de espaço de escutas destas 'vozes' diminuiria a violência, a depredação, a rebeldia. Hoje fico pensando se acho isso algo interessante. Pensamos se ao 'dar voz' não estamos circunscrevendo as possibilidades de participação a coisas que não mudam nada, se não estamos circunscrevendo o que pode ser mudado, e normalmente, o que fica dentro do que é circunscrito é muito pouco. A palavra circunscrever que apareceu aqui de repente nos fez pensar em algo interessante, pois uma circunscrição cria um território, algo sobre o qual estamos pensando. Então podemos sugerir que a cidade tenha lixeiras, mas não podemos discutir o interesse do mercado em produzir o desperdício. Podemos propor que se tenha habitação para pobres, mas não podemos propor passar os imóveis vazios já construídos para eles. Podemos propor criar espaços de lazer para os jovens, mas não ocupar a praça e fazer nossa própria festa. Será que o movimento dos meninos e meninas já não havia percebido, antes de nós, o engodo destes espaços de participação? Não é a voz que eles queriam, mas a ação, que como nos disse Arendt (2003), é o que traz o novo. A voz, a própria burocracia consegue reprimir, a ação depende de uma repressão muito mais violenta, no nosso caso, feita pela polícia. Ambos, burocracia e polícia, se articulam: enquanto uma marca no corpo o seu recado, a outra trata de não deixar território possível para a existência 'daquilo'. E o que não encontra território existencial não pode existir, por uma questão de exclusão. Se aquilo não é nada, não pode ser alguma coisa. Talvez, se os meninos tivessem podido agenciar melhor os seus interesses, tivessem criado um discurso para o que tivessem feito, com muito jeitinho, o debate público sobre isso, talvez, até estivessem ainda fazendo alguma coisa, mas num gesto de

grandeza decidiram: não nos venderemos como vocês, não estamos a venda e não nos negociamos.

Durante um tempo nos atormentou o fato de 'não fazer nada'. Não conseguimos, mesmos os militantes mais progressistas, dar território àquilo, não conseguimos impedir os ataques da polícia, da política, da burocracia, da Igreja, da mídia. A praça está cercada. Pensamos em fazer uma performance no dia da missa de inauguração da cerca. Entraríamos todos enjaulados em uma grade. Pensamos em cartazes, pensamos em acionar a justiça, pensamos em pressionar a prefeitura para que cobrasse o IPTU da Praça da Igreja. Pensamos em fazer reuniões com os jovens para que falassem com o Prefeito, com o Bispo, com a imprensa. Não fizemos. Hoje pensamos que foi melhor assim, seria muita covardia tê-los jogado os 'para serem comidos pelos tubarões'. E posso pensar com tranquilidade na nossa tarefa neste texto e do cuidado que tenho tomado de não falar em nome deles, mas quero pensar sobre os engendramentos que tornaram este episódio real, que ele acontecesse e que tivesse produzido em mim afetos e marcas, e que hoje, eu pudesse pensar sobre eles e assumir este risco que todos nós assumimos ao escrever: territorializar e desterritorializar. Este desassossego provocado pelas ações entendo como o papel de uma verdadeira obra de arte, abrindo a possibilidade da existência de novos mundos.

Referências bibliográficas

- AITKENS, Stuart C.. *Do apagamento à revolução: o direito da criança à cidadania/direito à cidade*. Educ. Soc., Campinas, v. 35, nº. 128, p. 629-996, jul.-set., 2014.
- ANDRADE, Oswald de. *Obas completas: Do Pau-Brasil à antropofagia e às utopias*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1970, 2ª edição.
- ARENDDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 2003.
- BERTELLI, Giordano Barbin & Feltran, Gabriel (orgs). *Vozes à margem – periferias, estética e política*. São Carlos: EDUFSCAR, 2017.
- BIESTA, Gert. *Para além da aprendizagem: educação democrática para um futuro humano*. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2013.
- BRASIL. LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm> acessado em 03 de Fevereiro de 2017 às 16:00.
- BRASIL. LEI Nº 12.852, DE 5 DE AGOSTO DE 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>, acesso em: 10 de fevereiro de 2017 às 14:44.
- _____. LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>.
- _____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>, acesso em 12 de fevereiro de 2017, às 17:15.
- BRUM, Eliane. *Os novos “vândalos” do Brasil*. El país, 23 de dezembro de 2013. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2013/12/23/opinion/1387799473_348730.html>, acesso em: 19/12/2016, às 15:45.
- BUENO, Francisco da Silveira. *Vocabulário Tupi-Guarani Português*. 3ª Ed. São Paulo: Brasiliavros Editora e Distribuidora LTDA., 1984.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. 1. Ed – São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Tradução de Waldívia Portinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- DELEUZE, Gilles. O devir revolucionário e as criações políticas – Entrevista de Gilles Deleuze a Toni Negri. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 28, p. 67-73, 1990. Disponível em: http://novosestudios.org.br/v1/files/uploads/contents/62/20080624_o_devir_revolucionario.pdf, acessado em 16/07/2017, às 15:05.
- DELEUZE, Gilles. *Cours Vincennes - 24/01/1978*. Disponível em: <http://bibliotecanomade.blogspot.com.br/2008/07/transcrio-de-aulas-de-gilles-deleuze.html>, acessado em 16/07/2017, às 16:00.
- DUNKER, Christian Ing Lenz. *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2015 (Estado de Sítio).
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1983.

- FOUCAULT, Michel. Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985, 7ª edição.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 13ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- FOUCAULT, Michel. *Subjetividade e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2016.
- GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. *Sinopses Jurídicas - Procedimentos especiais*. Volume 13. 6ª edição. São Paulo: Saraiva, 2007.
- GUIMARÃES, Deocleciano Torrieri. *Dicionário técnico jurídico*. 6ª ed. São Paulo: Rideel, 2004.
- HARVEY, David. *A liberdade da cidade*. Em: *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil / Ermínia Maricato...* [et al.] – 1ª Ed. – São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.
- HARVEY, David. *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. Tradução de Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- IASI, Mauro Luis. *A rebelião, a cidade e a consciência*. Em: *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil / Ermínia Maricato...* [et al.] – 1ª Ed. – São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.
- LARROSA, Jorge. *Tremores: escritos sobre experiência*. 1ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- LINS, Daniel. *A alegria como força revolucionária: ética e estética da alegria*. Em *Fazendo Rizomas / Beatriz Furtado ...* [et al.] – São Paulo: Hedra, 2008, pages. 45 à 58.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Para além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro*. São Paulo, ed. Martin Claret, 2004.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Sobre Verdade e Mentira*. São Paulo: Hedra, 2008.
- PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. *Pistas do método cartográfico: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre, Sulina, 2010.
- PÉLBART, Peter Pal. *Tudo o que muda com os secundaristas*. Outras Palavras, 13 de maio de 2016. Disponível em <<https://outraspalavras.net/brasil/pelbart-tudo-o-que-muda-com-os-secundaristas/>> acesso em 10 de fevereiro de 2017.
- PEREIRA, Alexandre Barbosa. *Rolezinho no shopping: aproximação etnográfica e política*. Revista Pensata. Volume 3. Nº 2. Maio de 2014. Disponível em: <<http://www2.unifesp.br/revistas/pensata/wp-content/uploads/2011/03/v3n2-3.pdf>>, acesso em: 10/02/2017 às 15:21.
- PEREIRA, Flávia Alessandra de Souza. *Organizações e Espaços da Raça no Oeste Paulista: Movimento Negro e Poder Local em Rio Claro (dos anos 1930 aos anos 1960)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFSCAR, 2008.
- RIO CLARO. Lei nº 3.999 de 23 de Novembro de 2009. Disponível em <<http://187.50.124.138/consulta.aspx?tp=1>>. Acesso em: 08 de Fevereiro de 2017.
- RANCIÈRE, Jacques. *A partilha o sensível – Estética e política*. São Paulo: Editora 34, 2009
- RANCIÈRE, Jacques. *Inconsciente estético*. São Paulo: Editora 34, 2009
- ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

ROLNIK, Suely. *À sombra da cidadania: alteridade, homem da ética e reinvenção da democracia*. Núcleo de estudos da subjetividade, 1992. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/homemetica.pdf>>, acesso em: 12/02/2017 às 21:17.

ROLNIK, Suely. *O mal-estar na diferença*. Anuário brasileiro de psicanálise. Rio de Janeiro: Relume-dumará, 1995. Disponível em: <http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/Malestardiferenca.pdf>, acessado em 16/07/2017, às 14:30.

ROLNIK, Suely. *Toxicômanos de identidade: Subjetividade em tempos de globalização*. Em Cultura e subjetividade: saberes nômades / Daniel Lins (org.). Campinas, SP: Papirus, 1997, pags. 19 à 24.

ROLNIK, Suely. *Uma insólita viagem à subjetividade: fronteiras com a ética e a cultura*. Em Cultura e subjetividade: saberes nômades / Daniel Lins (org.). Campinas, SP: Papirus, 1997, pags. 25 à 34.

ROLNIK, Suely. *Geopolítica da cafetinagem*. Em Fazendo Rizomas / Beatriz Furtado ... [et al.] – São Paulo: Hedra, 2008, págs. 25 à 44.

ROLNIK, Suely. *A hora da micropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2016.

SÁ, Teresa. *Lugares e não lugares em Marc Augé*. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 2., 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/97978/96778>>, acesso em 12/12/2017, às 20:26.

SARTRE, Jean-Paul. *O que é subjetividade?*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

SILVA, Tomaz Tadeu (org). *Identidade e Diferença – a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2000.

SEVERI, Fabiana Cristina; FRIZZARIM, Nickole Sanchez. *Dossiê Rolezinhos: Shopping Centers e violação de Direitos Humanos no Estado de São Paulo*. Ribeirão Preto: Faculdade de Direito de Ribeirão Preto FDRP/USP, 2015. Disponível em: <<https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/Repositorio/33/Documentos/Dossi%C3%AA-Rolezinhos.pdf>>, acesso em: 26/12/2016 às 18:00.

TELLES, Vera. *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte: Argumentum, 2010.

TURINO, Celio. *Ponto de Cultura: o Brasil de baixo pra cima*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

Notícias de Jornal

ARVOLEA, Adriel. *Santa Cruz terá reforço da Polícia Militar no Carnaval*. Jornal Cidade de Rio Claro, 18 de fevereiro de 2012. Disponível em <<http://www.jornalcidade.net/rio-claro-noticias/?cat3=87616>>. Acesso em: 08 de Fevereiro de 2017 às 17:12.

CAPRIGLIONE, Laura. *Mesmo sem crimes, "rolezinho" causou pânico e levou polícia a shopping de Guarulhos*. Folha de São Paulo, 16 de dezembro de 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/12/1386132-mesmo-sem-crimes-rolezinho-causou-panico-e-levou-policia-a-shopping-de-guarulhos.shtml>>, acesso em: 19/12/2016, às 15:00.

GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A. *Reportagem especial 'rolezinhos'*.

Profissão Repórter, 20 de janeiro de 2014-a. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=yG_bk_xHM8g>, acesso em: 20 de dezembro de 2016, Às 16:00.

GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A. *Jovens que criaram 'rolezinho' se dizem*

surpresos com tanta repercussão. Fantástico, 19 de Janeiro de 2014-b. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/fantastico/videos/t/edicoes/v/jovens-que-criaram-rolezinho-se-dizem-surpresos-com-tanta-repercussao/3088656/>>, acesso em 10 de Fevereiro de 2017, às 15:01.

GODOY, Janyne. *SEGURANÇA: comunidade quer cercar Praça do Santa Cruz para*

evitar atos de vandalismo. Jornal Cidade de Rio Claro. Rio Claro, 17 de maio de 2011.

Disponível em <<http://www.jornalcidade.net/rio-claro-noticias/?cat3=76092>>. Acesso em 06 de setembro de 2016, às 21:10.

JORNAL CIDADE DE RIO CLARO. *Praça da Igreja Santa Cruz acompanha tendência local*.

Jornal Cidade de Rio Claro, 02 de março de 2012. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=JBVAYwHRc70&t=22s>>, acesso em: 09/02/2017, às 17:53.

JORNAL CIDADE DE RIO CLARO. *Polícia Militar fala sobre os rolezinhos em Rio Claro*.

Jornal Cidade de Rio Claro, 29 de agosto de 2014. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=JuAzSRoKMHg&t=8s>>, acesso em 26/12/2016, às 18:00

MAGGIE, Yvonne. *Funk ostentação e rolezinho*. G1, 23 de janeiro de 2014. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/platb/yvonnemaggie/2014/01/23/funk-ostentacao-e-rolezinho/>>, acesso em: 19/12/2016 às 16:45.

NAVAS, Sidney; ARVOLEA, Ariel. *VÍDEO: PM combatendo a desordem na praça da*

Santa Cruz. Jornal Cidade de Rio Claro, 19 de fevereiro de 2012. Disponível em:

<<http://www.jornalcidade.net/rio-claro-noticias/?cat3=87661>>, acesso em: 07/09/2016, às 13:37.

NAVAS, Sidney. *Baderneiros entram em confronto com a PM*. Jornal Cidade de Rio

Claro, 21 de fevereiro de 2012a. Disponível em: <<http://www.jornalcidade.net/rio-claro-noticias/?cat3=87689>>, acesso em: 07/09/2016 Às 13:40.

NAVAS, Sidney. *PMs enfrentam frequentadores da praça do Santa Cruz*. Jornal Cidade

de Rio Claro, 23 de fevereiro de 2012b. Disponível em <<http://www.jornalcidade.net/rio-claro-noticias/?cat3=87751>>, acesso em: 07/09/2016 às 13:51.

NAVAS, Sidney. *Começa obra para cercar praça do Santa Cruz*. Jornal Cidade de Rio

Claro, 28 de fevereiro de 2012c. Disponível em: <<http://www.jornalcidade.net/rio-claro-noticias/?cat3=87941>>, acesso em: 07/09/2016 às 14:00.

OGASAWARA, Lucas; MUNIZ, Diógenes. *r0L3z1nh0*. Veja São Paulo, 16 de janeiro de

2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=X1mtOeJVAnU>>, acesso em 19 de dezembro de 2016, às 16:15.

RADIO GLOBO. *Qual é o certo: 'rolê' ou 'rolé'*. Radio Globo, 11 de fevereiro de 2014.

Disponível em <<http://radioglobo.globoradio.globo.com/com-a-palavra,-o-professor-pasquale/2014/02/11/QUAL-E-O-CERTO-ROLE-OU-ROLE.htm>>, acesso em: 20/12/2016 às

11:40.

SALLES, Rodrigo. *Praça da Santa Cruz é Terra Sem Lei*. Guia Rio Claro, 22 de Fevereiro de

2012.

SILVA, Joseh. *"Rolezinho": adolescentes são barrados em shopping de SP*. Carta Capital, 11 de janeiro de 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/speriferia/rolezinho-adolescentes-sao-barrados-no-shopping-campo-limpo-5578.html>>, acesso em: 06/12/2016 às 14:15.

TV BANDEIRANTES. Polícia 24 horas, 2012.

TV CARTA. *Entrevista com Jefferson Luís*. Carta Capital, 24 de janeiro de 2014. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=KigTaAhV2RQ>>, acesso em: 21/12/2016, às 15:40.

TV CLARET. *Praça da Santa Cruz começa a ser cercada em Rio Claro*. TV Claret, 03 de março de 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=o2TqateSYbo> , acesso em 09 de fevereiro de 2017às 17:57.

TV ESTADÃO. *"MC Chaverinho" comenta o episódio dos rolezinhos em SP*. Estado de São Paulo, 20 de janeiro de 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=MbsELiWs6KU>>, acesso em: 21/12/2016 às 15:15.

TV GAZETA. *Entrevista com Alexandre Barbosa Pereira sobre "rolezinhos"*. Jornal da Gazeta, 14 de janeiro de 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zyock7GcvzA&t=3s>>, acessado em 21/12/2016 às 14:30.

TV RECORD. *A Hora do Faro - Polêmica: MC Chaverinho fala sobre Rolezinhos e artistas revelam o que pensam*. Programa 'O Melhor do Brasil', 09 de abril de 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_d9QiFEVXJE&t=6s>, acesso em: 26/12/2016, às 15:00.

Eventos

COLÓQUIO CIDADES: experimentações sociais e criatividade política. Estética e Crítica de arte da USP, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RmLmMx_PN8o>, acesso em: 12/02/2017, às 21:02.

FIA. TERMO INSTITUIÇÃO DE GRUPO DE ESTUDO E TRABALHO. Ata eletrônica. Rio Claro-SP, 01 de julho de 2011-a. Disponível em <<http://www.udam.org.br/ATAS%20PDF/termo.pdf>>, acesso em: 06/09/16, às 22:33

FIA. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 01 DA "FIA – FORÇA INTEGRADA AZUL". Ata eletrônica. Rio Claro-SP, 18 de agosto de 2011-b. Disponível em <<http://www.udam.org.br/ATAS%20PDF/Ata18082011.pdf>>, acesso em: 06/09/16, às 22:31.

Jurisprudência

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Decisão/Mandado nº 4004450-43.2013.8.26.0007 - Interdito Proibitório. Requerente: CONSÓRCIO SHOPPING METRO ITAQUERA. Requerido: ROLEZINHO NO SHOPPING e outros. Juíz de Direito: Dr. Carlos Alexadnre Böttcher, 4ª Vara Cível do Foro Regional VII da Comarca de São Paulo, São

Paulo, 13 de dezembro de 2013-a. Disponível em: <<http://s.conjur.com.br/dl/rolezinho-metro-itaquera-dezembro.pdf>>, acessado em 12 de fevereiro de 2017 às 17:06.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Decisão - Ofício nº 4009786-64.2013.8.26.0577 - Interdito Proibitório - Esbulho / Turbação / Ameaça Requerente: FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO - FII ANCAR IC e outros. Requerido: movimento "SEXTA NO CENTERVALE" e outros. Juiz de Direito: Dr. Luís Mauricio Sodré de Oliveira, 3ª Vara Cível do Foro de São José dos Campos, Comarca de São José dos Campos, São José dos Campos, 19 de dezembro de 2013-b. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/juizes-divergem-em-decisoes-sobre-rolezinhos-5115.html/shopping-center-vale.pdf-6515.html/at_download/file>, acessado em 12 de fevereiro de 2017 às 17:25.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Decisão nº 1000325-19.2014.8.26.0114 - Interdito Proibitório - Esbulho / Turbação / Ameaça. Requerente: Condomínio Civil do Shopping Center Iguatemi Campinas. Requerido: movimento ROLEZINHO NO SHOPPING IGUATEMI e outros. Juiz de Direito: Dr. Herivelto Araujo Godoy, 8ª Vara Cível do Foro de Campinas, Comarca de Campinas, Campinas, 09 de janeiro de 2014-a. Disponível em: <<http://s.conjur.com.br/dl/rolezinho-iguatemi-campinas.pdf>>, acessado em 12 de fevereiro de 2017 às 17:42.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Decisão - Mandado nº 1000325-1000339-33.2014.8.26.0007 - Interdito Proibitório - Esbulho / Turbação / Ameaça. Requerente: CONSÓRCIO SHOPPING METRO ITAQUERA. Pessoas a serem citadas: movimento "Rolezinho SHOPPING RETORNO ![[OFICIAL]]" movimento "Rolezinho SHOPPING paRt. 3!" LUCAS LIMA / ANTONIO FERREIRA / ANDERSON KORINGÃO. Juiz de Direito: Celso Maziteli Neto, 3ª Vara Cível do Foro Regional VII – Itaquera, Comarca de São Paulo, São Paulo, 10 de janeiro de 2014-b. Disponível em: <<http://s.conjur.com.br/dl/rolezinho-metro-itaquera-janeiro.pdf>>, acessado em 12 de fevereiro de 2017 às 17:56.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Decisão - Despacho nº 1001597-90.2014.8.26.0100 - Interdito Proibitório. Requerente: WTorre Iguatemi Empreendimentos Imobiliários S/A. Requerido: Movimento "ROLEZAUM NO SHOPPIM" e outro. Juiz de Direito: Alberto Gibin Villela, 14ª Vara Cível, Comarca de São Paulo, São Paulo, 09 de janeiro de 2014-c. Disponível em: <<http://s.conjur.com.br/dl/rolezinho-jk-iguatemi.pdf>>, acessado em 12 de fevereiro de 2017 às 18:05.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Decisão - Despacho nº 1000656-46.2014.8.26.0002 - Interdito Proibitório - Esbulho / Turbação / Ameaça. Requerente: CAMPO LIMPO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. Requerido: MOVIMENTO ROLEZINHO NO SHOPPING CAMPO LIMPO II. Juiz de Direito: Luiz Gustavo Esteves, 5ª Vara Cível, Foro Regional II – Santo Amaro, Comarca de São Paulo, São Paulo, 10 de janeiro de 2014-d. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/juizes-divergem-em-decisoes-sobre-rolezinhos-5115.html/shopping-campo-limpo.pdf-5575.html/>>, acessado em 12 de fevereiro de 2017 às 18:43.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Decisão - Despacho nº 1001287-53.2015.8.26.0196 - Interdito Proibitório - Esbulho / Turbação / Ameaça. Requerente: CONDOMÍNIO FRANCA SHOPPING CENTER. Requerido: AGLOMERADO DE JOVENS INVASORES. Juiza de Direito: Julieta Maria Passeri de Souza, 4ª Vara Cível, Foro de Franca, Comarca de Franca. Franca, 29 de janeiro de 2015. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/arquivos/2015/2/art20150203-06.pdf>>, acessado em 12 de fevereiro de 2017 às 19:03.

Figuras

Figuras 01, 02, 03, 04 e 05: *Match up*: campeonato de *Free Step*.

Figura 06: Rio Claro – Igreja da Santa Cruz (CRISTO, 2011).

Figura 07: Igreja Santa Cruz terá praça cercada (BÁRBARA, 2012).

Figura 08: Termo de instituição de grupo de estudo e trabalho – FIA (FIA, 2011-a):

Figura 09: Foto de policiais reunidos ilustra reportagem sobre conflitos na praça da Santa Cruz (NAVAS & ARVOELA, 2012)

Figura 10: Carro da Polícia Militar ilustra reportagem sobre conflitos na Praça da Santa Cruz (NAVAS, 2012a).

Figura 11: Padre Jacob Tomazella dá entrevista sobre a decisão do cercamento da Praça (JORNAL CIDADE DE RIO CLARO, 2012).

Figura 12: Mulher e criança caminhando na praça da Santa Cruz em trecho da reportagem da TV Claret (TV CLARET, 2012).

Figura 13: A reportagem da TV Claret utiliza-se de imagens da reportagem do programa Polícia 24 horas, TV Bandeirantes, feitas durante a terça-feira do carnaval de 2012 (TV CLARET, 2012).

Figura 14: Janela quebrada. Foto tirada em uma casa na Rua 09, na lateral da Praça da Santa Cruz. Refletido no vidro da janela se vê a torre da Igreja (SALLES, 2012).

Figura 15: Convite para a “Missa da Paz”.

Figura 16: Jefferson Luis – MC de Guarulhos e organizador de um rolezinho – sendo entrevistado (TV CARTA, 2014).

Figura 17: Lucas Lima, organizador do Rolezinho no *Shopping* Itaquera, faz questão de mostrar as ruas do bairro onde mora na Zona Leste de São Paulo enquanto dá entrevista (MAGGIE, 2014).

Figura 18: Thifany da Silva dando entrevista ao canal G1 (MAGGIE, 2014).

Figura 19: MC Chaveirinho em entrevista a TV Estadão (TV ESTADÃO, 2014).

Figura 20: *MC Doug Kamikaze* em entrevista à *Veja* (OGASAWARA & MUNIZ, 2014).

Figura 21: *MC Doug Kamikaze* apresenta o bairro onde vive. (OGASAWARA & MUNIZ, 2014)

Figuras 22, 23 e 24: Fotos de Juan, Yasmin e Renatinho exibidas na reportagem do *Fantástico* (GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A., 2014-b).

Figura 25: Adrielly Navas em entrevista à *Veja* SP (OGASAWARA & MUNIZ, 2014).

Figura 26: Stheffanny de Sousa Aparecido – ofegante entrevista (OGASAWARA & MUNIZ, 2014).

Figura 27: Revista feita por policiais com adolescentes do Rolezinho (OGASAWARA & MUNIZ, 2014).

Figura 28: Correria depois da ação policial em Rolezinho (OGASAWARA & MUNIZ, 2014).

Figura 29: ‘Diálogo’ entre Policiais e adolescentes apreendidos em Rolezinho (OGASAWARA & MUNIZ, 2014).

Figura 30: “Rolezinho” de estudantes da USP no Shopping Eldorado (OGASAWARA & MUNIZ, 2014).

Figura 31: Entrevista coletiva dos representantes da Polícia Militar sobre os Rolezinhos em Rio Claro (JORNAL CIDADE DE RIO CLARO, 2014).

Músicas

A Cidade Ideal - Saltimbancos (Luiz Enriquez & Sérgio Bardotti – versão: Chico Buarque). Disponível em <https://www.cifraclub.com.br/os-saltimbancos/a-cidade-ideal/>, dia 24/07/2017, às 16h15

Aos pés da Santa Cruz (Zé Da Zilda & Marino Pinto). Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/joao-gilberto/46546/>, acessado em 24/07/2017, às 17:57.

Dê um rolê (Moraes Moreira & Galvão). Disponível em <https://www.cifraclub.com.br/os-novos-baianos/de-um-rolê>, dia 24/07/2017, às 17h55

Expresso da Meia Noite (Edy Rock & Racionais Mc’s). Disponível em <https://www.cifraclub.com.br/racionais-mcs/1488475/letra/>, dia 24/07/2017, às 17h46

Não recomendado (Caio Prado). Disponível em <https://www.cifraclub.com.br/caio-prado/nao-recomendado/>, acessado em 24/07/2017, às 16h40.

Negro Drama (Edi Rock & Racionais Mc’s). Disponível em <https://www.cifraclub.com.br/racionais-mcs/nego-drama/>, dia 24/07/2017, às 17h

Quando o Carnaval Chegar (Chico Buarque). Disponível em <https://www.cifraclub.com.br/chico-buarque/quando-carnaval-chegar/>, dia 24/07/2017, às 16h30

Vai Passar (Chico Buarque & Francis Hime). Disponível em <https://www.cifraclub.com.br/chico-buarque/quando-carnaval-chegar/>, dia 24/07/2017 às 16h20

Vida Loka (Mano Brown & Racionais Mc’s). Disponível em <https://www.cifraclub.com.br/racionais-mcs/vida-loka-parte>, dia 24.07.2017, às 17h05